



**Prefeitura de  
Fortaleza**

Instituto de Planejamento  
de Fortaleza

CADERNOS DO OBSERVATÓRIO  
VOLUME VIII



**A CIDADE E A PANDEMIA:  
OLHARES SOBRE FORTALEZA**





# Prefeitura de Fortaleza

Gabinete do Prefeito  
**ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA**

Vice-Prefeitura  
**MORONI BING TORGAN**

Gabinete Primeira-Dama CAROLINA CUNHA BEZERRA	SEGER – Secretaria Municipal da Gestão Regional RENATO CÉSAR PEREIRA LIMA	IJF - Instituto Dr. José Frota RIANE MARIA BARBOSA AZEVEDO
Chefia de Gabinete MARCELO JORGE BORGES PINHEIRO	SR I - Secretaria Regional I FRANCISCO RENNYS AGUIAR FROTA	IMPARH - Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos ANTÔNIO AGUIAR FILHO
SEGOV – Secretaria Municipal de Governo LAUDÉLIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA BASTOS	SR II - Secretaria Regional II JOÃO FREIRE NETO	IPEM - Instituto de Pesos e Medidas JOÃO MARCELO FERREIRA FACUNDO
PGM – Procuradoria Geral do Município JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO	SR III - Secretaria Regional III MARA JESSYKA BULÇÃO PIRES	IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza EUDORO WALTER DE SANTANA
SEPOG – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM	SR IV - Secretaria Regional IV FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA	IPM - Instituto de Previdência do Município RICARDO CÉSAR XAVIER NOGUEIRA SANTIAGO
SEFIN - Secretaria Municipal das Finanças JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO	SR V - Secretaria Regional V JOSÉ RONALDO ROCHA NOGUEIRA	Ouvidoria Geral do Município de Fortaleza RODRIGO FERNANDES TÁVORA PONTE
SCSP – Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos JOÃO DE AGUIAR PUPO	SR VI - Secretaria Regional VI DARLENE BRAGA ARAÚJO MONTEIRO	PROCON FORTALEZA – Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor CLÁUDIA MARIA SANTOS DA SILVA
SEINF – Secretaria Municipal da Infraestrutura ANA MANUELA MARINHO NOGUEIRA	SERCE – Secretaria Regional do Centro de Fortaleza FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE	URBFOR – Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza REGIS RAFAEL TAVARES DA SILVA
SMS – Secretaria Municipal da Saúde JOANA ANGÉLICA PAIVA MACIEL	ACFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental HOMERO CALS SILVA	<b>COORDENADORIAS ESPECIAIS</b>
SME – Secretaria Municipal da Educação ANTÔNIA DALILA SALDANHA DE FREITAS	AGEFIS – Agência de Fiscalização de Fortaleza JÚLIO FERNANDES SANTOS	Coordenadoria Especial de Articulação Política FRANCISCO BARROSO RODRIGUES
SEUMA - Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ	AMC - Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania FRANCISCO ARCELINO ARAÚJO LIMA	CPDROGAS - Coordenadoria Especial de Políticas Sobre Drogas JOSÉ HUMBERTO BESERRA LIMA FILHO
SDHDS - Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social MARCELO NOGUEIRA CRUZ	CERIF – Coordenadoria Especial de Relações Internacionais e Federativas PATRÍCIA MARIA ALENCAR MONTEIRO DE MACÊDO	CEPS - Coordenadoria Especial de Participação Social GILBERTO COSTA BASTOS
SETFOR – Secretaria Municipal do Turismo LEILIANE VASCONCELOS	CITINOVA - Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude LUIS FERNANDO DE FREITAS BARROS MUNGUBA
SDE - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico RAIMUNDO PACHECO DE PINHO	CLFOR – Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Fortaleza GEOVÂNIA SABINO MACHADO	COEPDC - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil LUCIANO AGNELO SALES DA SILVA
SECULTFOR – Secretaria Municipal da Cultura ANTÔNIO GILVAN SILVA PAIVA	CTC - Companhia de Transporte Coletivo CARLOS ALBERTO ALVES DE SOUSA	COPIFOR – Coordenadoria Especial de Programas Integrados REINALDO RIGAUD SALMITO
SECEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer FRANCISCO ARQUIMEDES RODRIGUES PINHEIRO	ETUFOR - Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza ANTÔNIO FERREIRA SILVA	
SESEC – Secretaria Municipal da Segurança Cidadã CEL. JOSÉ MARIA BARBOSA SOARES	FUNCI - Fundação da Criança e Família Cidadã/ Coordenadoria da Criança e do Adolescente GLÓRIA MARIA MARINHO GALVÃO	
CGM - Controladoria e Ouvidoria Geral do Município LUCIANA MENDES LOBO	GMF - Guarda Municipal RÔMULO REIS DE ALMEIDA	
	HABITAFOR - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza OLINDA MARIA MARQUES DOS SANTOS	

**PREFEITURA DE FORTALEZA**

Prefeito de Fortaleza  
**Roberto Claudio Rodrigues Bezerra**  
Vice-prefeito de Fortaleza  
**Moroni Bing Torgan**

**EXPEDIENTE**

**EDIÇÕES IPLANFOR**  
Cadernos do Observatório

**Comissão Editorial**

Cláudia Sousa Leitão  
Joseline Veras  
Louise Ferreira Gomes

**Edição de Arte**

Ademar Assaoka

**Capa**

Evilene Avelino

**Revisão/normalização textual**

Joseline Veras  
Louise Ferreira Gomes  
Rayana Vasconcelos da Costa

**Fotografias**

Arquivo Prefeitura Municipal de Fortaleza

**Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR**

Rua 25 de Março, 268 - Centro  
Tel.: (85) 3105-1283  
observatoriodefortaleza@iplanfor.fortaleza.ce.gov.br

**Superintendente**

Eudoro Walter de Santana  
**Superintendente adjunto**  
Mário Fracalossi Júnior

**Diretores**

Ana Cláudia Teixeira  
Cláudia Sousa Leitão  
Conceição Cidrack  
Juliana Sena  
Lia Parente

**Jornalista responsável**

Rebecca Fontes  
Mtb JP 830/04/36-CE

**Cadernos do Observatório: A Cidade e a pandemia: olhares sobre Fortaleza a partir da Covid- 19.**

Catálogo na Publicação – Joseline Veras

Cadernos do Observatório / Prefeitura Municipal de Fortaleza. – V.8, n.8, (2020)-  
– Fortaleza : IPLANFOR, 2020 - .

v. : il. Color. ; 21,5 cm

Anual

ISSN - 2595-2986

1.Políticas Públicas. 2.Gestão Pública . 3. Saúde Pública I. IPLANFOR (Instituto de Planejamento de Fortaleza). II. Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS. III. Título

CDD: 320.6

# SUMÁRIO

---

- 8** SEÇÃO I- A PANDEMIA E A CIDADE
- 9** A pandemia e nós
- 15** Em tempos de pandemia: olhares sobre Fortaleza
- 54** Análise da diversidade de olhares sobre a cidade de Fortaleza no contexto da pandemia
- 61** SEÇÃO II- UNIVERSIDADES E GOVERNOS TECENDO O SÉCULO XXI
- 62** Plano da Saúde - Fortaleza 2040 (Edição 2020)
- 72** Inovação e colaboração: um estudo a partir do planejamento participativo “Plano Fortaleza 2040”
- 80** Desafios da intersetorialidade: a experiência da Câmara de Governança do Plano Fortaleza 2040
- 87** Observatório de Fortaleza como instrumento de aprendizagem para estudantes da área do turismo e afins
- 95** Políticas culturais e cultura no século XXI: desafios e mudanças
- 103** O legado do Projeto São José para o desenvolvimento rural sustentável no Ceará

EUDORO WALTER DE SANTANA

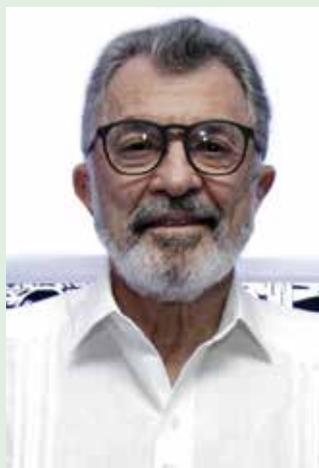
Superintendente do Instituto de Planejamento de Fortaleza-IPLANFOR

# Apresentação

Apresentamos a oitava edição dos Cadernos do Observatório, este ano dedicada, especialmente, aos olhares da Cidade sobre a pandemia. Sabemos que os países, os estados e, especialmente, as cidades vêm considerando a Covid-19 um divisor de águas em seus planejamentos. Essa compreensão é necessária e urgente. Afinal, diante da morte, todos os seres humanos são frágeis e dependentes. O ano de 2020 será, para a história do mundo, um ano de medos, frustrações, desafios, mas também de aprendizados.

O primeiro deles é que vivemos em um mundo de incertezas e que, por isso, necessitamos cada vez mais de estudos e pesquisas, de indicadores, de bons diagnósticos, que sejam capazes de subsidiar a tomada de decisão dos governos e das sociedades. A segunda lição diz respeito à consciência de que os problemas estruturantes do planeta aparecem, com cores ainda mais vivas, em tempos de pandemia. A desigualdade socioeconômica, a exclusão, a assimetria no acesso aos bens e serviços públicos, o desemprego, o desalento, a violência, a destruição da biodiversidade são as causas e não os efeitos do vírus. A terceira se refere aos papéis, cada vez mais importantes, das pessoas na solução dos problemas urbanos. O que temos observado nesses tempos trágicos é o crescimento dos movimentos individuais e comunitários, a potência solidária das pessoas que, como dizia o poeta Geraldo Vandré, “fazem a hora e não esperam acontecer”.

O Plano Fortaleza 2040 tem sido um importante aprendizado para a Prefeitura. Planejar é uma ação continuada e estruturante e sua natureza intangível muitas vezes a torna invisível e pouco prestigiada. Mais do que nunca, precisamos valorizar a cultura do planejamento e reconhecer que decisões empíricas, tomadas de forma voluntariosa por gestores



públicos, a reboque de interesses econômicos e político-partidários, são ameaçadoras ao interesse público. Ao mesmo tempo, todo plano é dinâmico e deve adaptar-se a novos contextos, cenários e respectivas variáveis. Estamos encerrando nossa gestão à frente do Instituto de Plane-

jamento de Fortaleza. Produzimos e estamos implantando um Plano que objetiva enfrentar a extrema desigualdade da cidade. Esperamos que as novas gestões municipais compreendam a importância estratégica do IPLANFOR na formulação e monitoramento de políticas públicas e, sobretudo, na sua governança.

O Observatório de Fortaleza simboliza o esforço do Plano Fortaleza 2040 em avançar, por meio do conhecimento científico, na produção de dados confiáveis sobre a nossa Capital, ao mesmo tempo na criação de um espaço de debates entre os diversos grupos que disputam narrativas, desejos e sonhos sobre a cidade.

Que possamos seguir juntos, cada vez mais fortes enquanto sociedade, nas lutas em favor da cidade. Afinal, a verdadeira *fortitudine*, a Fortaleza justa, acolhedora, criativa, inovadora já começou a ser construída.

CLÁUDIA SOUSA LEITÃO

Diretora do Observatório de Fortaleza

Instituto de Planejamento de Fortaleza-IPLANFOR

# Apresentação

*Não se vive mais para ser feliz, para suportar uma angústia, para medir forças com o destino; vive-se para entrar numa estatística. (Agustina Bessa-Luiz)*

É com grande alegria que apresentamos a oitava edição dos Cadernos do Observatório, organizada em duas seções. A primeira, denominada A PANDEMIA E A CIDADE, apresenta uma amostragem aleatória dos olhares sobre Fortaleza, a partir da pandemia. Para tanto, partimos das reflexões do sociólogo Bruno Latour, que, no seu artigo intitulado “Imaginar os gestos-barreiras contra o retorno da produção anterior à crise”,<sup>1</sup> propõe um pequeno inventário de perguntas sobre as expectativas que temos sobre nós e o mundo nos tempos que virão. Esperamos que as novas gerações possam acessar e aprender com as narrativas aqui apresentadas.



Na segunda seção dos Cadernos, nomeada UNIVERSIDADES E GOVERNOS TECENDO O SÉCULO XXI, acolhemos planos e artigos que, direta e indiretamente, complementam informações locais e globais sobre temáticas estratégicas para cidades, estados e nações: saúde, cultura, turismo e desenvolvimento. Nesta seção também apresentamos dois artigos sobre a importância da Governança e do Plano Fortaleza 2040 para a nossa Cidade.

Enfim, agradecemos aos parceiros e amigos do Observatório de Fortaleza o diálogo e a colaboração, especialmente, no estímulo à produção e à difusão do conhecimento científico e à cultura do planejamento e da governança, insumos essenciais à democracia. “Pessoas não podem ser reduzidas a estatísticas”, afirmou um dia a grande escritora portuguesa Agustina Bessa-Luiz. Essa é a compreensão que anima o IPLANFOR, desde a criação/implantação do Plano Fortaleza 2040, e que se expressa, de forma magistral, na figura do nosso superintendente Eudoro Santana.

Longa vida ao Observatório de Fortaleza e  
boa leitura!

---

<sup>1</sup>LATOUR, Bruno. Imaginar os gestos-barreiras contra o retorno da produção anterior à crise. Instituto Humanitas, Unisinos, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597852-imaginar-os-gestos-barreiras-contr-o-retorno-da-producao-anterior-a-cri-se-artigo-de-bruno-latour>. Acesso em: 10 de abr, 2020.

SEÇÃO  
1



# A pandemia e a Cidade



# A pandemia e nós

*Temos a cabeça demasiado pesada, mas as mãos vazias de novas fraternidades. (Gilbert Durand)*

*Não se vive mais para ser feliz, para suportar uma angústia, para medir forças com o destino; vive-se para entrar numa estatística. (Agustina Bessa-Luiz)*

O século XXI demorou a chegar, mas tudo indica que ele se faz anunciar por meio de um novo vírus e seus impactos monstruosos sobre as populações no planeta. A origem etimológica das palavras *mostrar, demonstrar e monstro* é a mesma, o que nos leva a compreender que é monstruoso tudo aquilo que se mostra em demasia. A pandemia mostra-se em excesso nas diversas dimensões da vida contemporânea (social, econômica, cultural, política e ambiental) e, por isso, é monstruosa. Ela demonstra que, além das pessoas, também instituições, governos, sistemas, lógicas e valores estão contaminados.

O mal-estar civilizacional moderno, que impeliu os indivíduos a se organizarem em sociedade para escaparem do sofrimento (FREUD, 2011), encontrou na pandemia sua maior representação, abalando as retóricas triunfalistas acerca dos modelos globais de desenvolvimento. A pandemia também mostra, monstruosamente, os impactos letais do sistema econômico neoliberal. A concentração de riquezas, tão genocida quanto o novo coronavírus, acabou produzindo o mais

inabitável dos mundos. Triste realidade: a avariza do ter parece ter substituído as generosidades do dar e do ser entre os humanos (DURAND, 1998, p.39).

A pandemia mostra a decadência do projeto civilizatório moderno, afinal, os sistemas jurídicos, políticos, sociais, culturais e econômicos, construídos nos últimos séculos, não conseguiram tratar os problemas vitais da humanidade. O contrato social, símbolo maior da civilização iluminista, demonstrou-se impotente em conter o “individualismo possessivo” (MACPHERSON, 1979), *ethos* maior da cultura ocidental,

---

<sup>1</sup>Doutora em Sociologia pela Sorbonne, Paris V e Mestra em Direito pela USP. Foi Secretária de Cultura do Estado do Ceará (2003-2006) e Secretária da Economia Criativa do MinC (2011 a 2013). Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará. Diretora do Observatório de Fortaleza, do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). Consultora em Políticas Públicas para a Cultura e a Economia Criativa e Consultora ad hoc da Unesco para a implantação dos indicadores de cultura da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

enfraquecendo solidariedades e desconectando o ser humano do planeta. Se nas Américas do Sul e Central os povos indígenas, sobreviventes aos genocídios coloniais, trouxeram para a contemporaneidade suas práticas harmônicas com a natureza e seu respeito à biodiversidade, também essas populações e seus territórios vêm sendo ameaçados por práticas extrativistas insustentáveis, frutos de interesses econômicos escusos. Notícias sobre o suicídio de baleias, desmatamentos, incêndios florestais, poluição dos oceanos, efeito estufa, qualidade precária do ar nas cidades, ganham, no entanto, notoriedade efêmera. O excesso de imagens contribui para o esvaziamento da capacidade de imaginação das sociedades e o respectivo enfraquecimento de seus imaginários. Essa inanição simbólica, ou seja, a incapacidade de imaginar, tão necessária à individuação, torna-se terreno fértil para a produção de patologias psíquicas. Não é por acaso que a depressão, doença tão ameaçadora quanto a Covid-19, vem produzindo transtornos em milhões de pessoas no planeta. O adoecimento das populações e do planeta possui relação direta com os modelos de desenvolvimento adotados pelas sociedades globalizadas. Fome, desigualdade, degradação ecológica, xenofobia constituem alguns dos sintomas de uma mesma patologia social que, há décadas, vêm anunciando a crise do “eu egocêntrico” diante do “nós solidário” (MORIN, 2010, p. 205), revelando a crise da própria humanidade. A economia mundializada, ao criar prosperidade, também fez proliferar territórios insustentáveis (MORIN, 2010, p. 261-262):

Lá onde o bem-estar material se estabeleceu, ele trouxe um mal-estar moral. Acrescentemos que esses desenvolvimentos hipertrofiaram as cidades, convertidas em megalópoles poluídas e estressadas, e desertificam as zonas rurais, entregues às monoculturas, às criações de gado industrializadas, aos pesticidas poluídos e poluidores

Em períodos de turbulência, afirma Michel Maffesoli (1993, p.12) é necessário abordar os fenômenos sociais com o espírito livre de preconceitos. A pandemia revela o esgotamento dos ideais que sustentaram o Estado moderno, suscitando o (re)nascimento de novas éticas. Ao mesmo tempo em que constatamos a vul-

nerabilidade dos sistemas públicos no enfrentamento do novo coronavírus, observamos o crescimento de iniciativas solidárias oriundas de Organizações Não Governamentais, associações de bairro, representações profissionais, grupos sociais, demonstrando o reaquecimento do ideal comunitário que também contamina as diversas dimensões da vida social.

A pandemia nos provoca perguntas desconcertantes. Quanto do progresso que realizamos poderemos ainda suportar? O que fazer quando a doença fica mais importante que o doente e a indústria farmacêutica global consegue transformar a droga em novo objeto de desejo? (DUPAS, 2006, p. 103-104). Como reagir, quando o ser humano, em nome de seus projetos econômicos e políticos, ameaça a si próprio e ao planeta? Quaisquer respostas a essas indagações partem de um *a priori*: é necessário rever modelos mentais e repensar os modos de conhecer. Edgar Morin (2010, p. 245) observa que o saber comporta uma parte irremediável de incerteza. Nesse sentido, a pandemia, enquanto fenômeno complexo, não deve ser reduzida à sua dimensão médico-sanitária, mas, pelo contrário, deve nos impulsionar em direção a novos modos de conhecer. A pandemia simboliza a ausência de conexão entre as ciências da natureza e a cultura humanista que afastou o indivíduo da condição humana, do bem viver e da cidadania planetária (MORIN, 2001, p.13-15). O conhecimento científico revela seus limites diante das grandes tragédias. Sua natureza é a da ordenação e da estabilidade, e seu tempo exige lentidão diante da rapidez dos movimentos caóticos do mundo. A pandemia mostra, monstruosamente, que a produção de vacinas exige um tempo estável e estruturado, um conhecimento testado e demonstrado, radicalmente oposto ao tempo da contaminação e da morte das populações. Por outro lado, os discursos científicos também demonstram suas contradições, ao representarem interesses de grupos industriais e de *lobbies* políticos. Essas contradições estão presentes em temas essenciais como o aquecimento global, os alimentos transgênicos e seus efeitos deletérios sobre a vida humana, (DUPAS, 2006, p.108) e, em tempos de pandemia, também se expressam por meio de protocolos, de medicamentos além de outros comportamentos propostos para o seu enfrentamento.

Enquanto produto e processo de comunicação, a

Covid-19 também pode ser compreendida como um *fait divers* (BARTHES, 1977) capaz de fundir e confundir dor e humor, vida e morte, vilezas e heroísmos, em nome da emoção e do espetáculo. Imagens da pandemia, divulgadas pelas televisões, jornais e redes sociais, parecem seguir roteiros de filmes-catástrofe, em um mundo que se habituou a espetacularizar, para exorcizar seus próprios pesadelos. Às imagens-catástrofe, em geral associadas àquelas da ficção científica (indivíduos trajados como astronautas, espetáculos artísticos, ritos religiosos e comemorações familiares realizados virtualmente), também se fundem e se (con)fundem com imagens medievais (covas rasas, caixões, cidades vazias), lembrando-nos que a história, longe de ser linear e evolucionista, é constituída de eternos retornos a experiências ancestrais. Enquanto metáfora da proliferação desordenada de imagens e de discursos, própria da indústria da comunicação, a pandemia surge como um “modo de viver juntos separados” (BALANDIER, 1988, p.168-170):

Essa comunicação em extensão, contínua, e simultânea, essa visibilidade que resulta da onipresença da imagem, não acontece sem riscos. Em particular, o espaço perde progressivamente sua função protetora, defensora...as imagens tornam-se não somente invasivas, mas inquisidoras...Na medida em que as categorias de tempo e de ordem estão sempre associadas, a prevalência do efêmero, do instante, do presente, contribui para a consciência da desordem... A urgência estabelece um modo de ser do tempo... O futuro imediato, e o que nele há de imprevisível, introduz uma espécie de violência no presente.

A comunicação da pandemia pelas mídias globais favorece, enfim, o pânico das populações, quando transmite informações e estímulos que ultrapassam amplamente a possível (re)ação de seus públicos (DUPAS, 2006, p. 106). As sociedades em rede “enredam” indivíduos em desejos e padrões comportamentais padronizados. Não precisaríamos também de proteção imunológica contra as agressões externas que sofremos ao estarmos conectados?

A pandemia é também um fenômeno econômico e político, cuja face monstruosa pode ser observada por meio do falso dilema entre a vida e o trabalho, entre o “ficar em casa” ou “sair para trabalhar”. O confinamen-

to dos corpos e o tempo paralisado da quarentena são simbólicos para que se compreenda o choque, protagonizado pela pandemia, tanto na ética da produtividade, quanto na do hiperconsumo. Para as elites econômicas e seus *lobbies* políticos a pandemia torna-se um novo vírus anticapitalista, uma espécie de esfinge que deve ser decifrada rapidamente, sob pena de sermos por ela devorados, caso não realizemos os seus ideais de produtividade e consumo. Se o desenvolvimento significa o esforço humano para a renovação dos modos de viver, essas forças que moldaram a economia burguesa, em sua tentativa de renovar as forças produtivas, compeliram indivíduos ao acirramento da competição e à dissolução das relações sociais. Esta realidade é descrita, de forma arrebatadora, por Karl Marx e Friedrich Engels no Manifesto Comunista (1998, p.12):

Esta revolução contínua da produção, este abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de ossificar. Tudo que é sólido se esfuma, tudo que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.

Tudo o que é sólido se desmancha no ar. A iniquidade dos processos globalizatórios produz assimetrias entre países, com impactos monstruosos sobre as populações, especialmente, em tempos de pandemia. É o que revelam as decisões equivocadas dos governos que, a partir de critérios meramente econômicos, abandonaram, por exemplo, a produção de artefatos da área de saúde (como máscaras e respiradores), demonstrando a incapacidade dos Estados em protegerem as populações ameaçadas pela contaminação da Covid-19. Se para o sistema econômico global, setores como educação, saúde e serviços sociais possuem orçamentos reduzidos, por serem considerados não-rentáveis, em tempos de pandemia, essas decisões mostram, monstruosamente, as iniquidades do Estado Mínimo e o conseqüente crescimento da concentração de renda, o

aumento da pobreza, a ampliação da informalidade, do desemprego, do trabalho precário, do desalento da juventude, da insegurança e da violência. Todos esses fenômenos são sintomas de uma modernidade-mundo que, em nome do livre comércio e da sempre crescente aspiração de consumo, subestimou suas contradições e a insustentabilidade dos seus valores. Enfim, o esgotamento da noção de progresso também faz parte do espírito do tempo, seja pela incerteza do futuro, seja pela frustração diante da performance das organizações públicas e de suas lideranças políticas.

O imaginário da pandemia também encontra nas artes o pano de fundo mítico e histórico para que possamos



refletir sobre a tragédia do desenvolvimento humano. Mais e melhor do que as ciências, as artes nos fazem mergulhar em facetas insuspeitas da condição humana

e, por isso, são essenciais para o conhecer o mundo. Por meio da literatura de Goethe e seu personagem Fausto percebemos as contradições do projeto de desenvolvimento moderno. Fausto simboliza o desejo de transformação do homem na sociedade industrial, que não concebe mudança em seu interior sem a modificação do mundo físico e social em que vive. A grande ironia é que o desenvolvimento intelectual, moral, econômico e social que ele protagonizará, vai lhe custar caro e ameaçará sua própria condição humana. (BERMAN, 1982, p.41):

Nas suas primitivas encarnações, Fausto vendia sua alma em troca de determinados bens, claramente definidos e universalmente desejados: dinheiro, sexo, poder sobre os outros, fama e glória. O Fausto de Goethe diz a Mefistófeles que, sim, ele deseja todas essas coisas, mas não pelo que elas representam em si mesmas. O que esse Fausto deseja para si mesmo é um processo dinâmico que incluiria toda sorte de experiências humanas, alegria e desgraça juntas, assimilando-as todas ao seu interminável crescimento interior; até mesmo a destruição do próprio eu seria parte integrante do seu desenvolvimento. Uma das ideias mais originais e frutíferas do Fausto de Goethe diz respeito à afinidade entre o ideal cultural do autodesenvolvimento e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento econômico.

Aí reside a grande tragédia do desenvolvimento moderno. O capitalismo é uma das forças primordiais no desenvolvimento de Fausto, significando o poder sobre a força de trabalho que, em nome da transformação do mundo, ignora o sofrimento que produz. Goethe considera a modernização do mundo material como uma sublime realização espiritual. Assim, atribui a Fausto a crença em um desenvolvimento com o mínimo de sacrifícios humanos (BERMAN, 1982, p. 66):

À medida que Fausto supervisiona o seu trabalho, toda região em seu redor se renova e toda uma sociedade é criada à sua imagem. Apenas uma pequena porção de terra da costa permanece como era antes. Esta é ocupada por Filemo e Báucia, um velho e simpático casal que está aí há tempo sem conta. Eles têm um pequeno chalé sobre as dunas, uma capela com um sino, um jardim repleto de tílias e oferecem ajuda e hospitalidade a marinheiros náufragos e sonhadores [...] Fausto se torna obcecado com o velho casal e sua pequena porção de terra [...] Ele oferece a Filemo e Báucia uma importância em dinheiro ou sua transferência para outra propriedade. Mas na sua idade, que fariam eles com o dinheiro? [...] Eles se recusam a mudar.

Na sua obsessão em transformar, Fausto livra-se de pessoas que podem atrapalhar o curso da história. Filemo e Báucia representam, com seus valores ingênuos e humildes, o que deve ser descartado. Em nome de ideias maiores, convoca Mefisto (a representação do diabo) e seus homens fortes para retirarem o casal do caminho. A tarefa é cumprida com a morte dos velhos. Ao saber do ocorrido, Fausto se desespera, chama Mefisto de monstro, revolta-se contra a violência perpetrada. A grande tragédia do desenvolvimento moderno é construir uma retórica de que o seu projeto de desenvolvimento está infenso a tragédias. Criar um novo mundo de mãos limpas, sem o sacrifício e o sofrimento dos indivíduos é uma ilusão e um destino. A morte de Filemo e Báucia é a morte do próprio Fausto. A consciência de sua tragédia é representada no romance pelo surgimento em seu espírito de quatro espectros, quatro mulheres: a Necessidade, a Pobreza, a Culpa e a Ansiedade.

Todas elas são forças que o programa de desenvolvimento de Fausto havia banido do mundo exterior, mas se insinuaram de volta...Fausto está perturbado, no entanto se mantém inflexível e expõe os três primeiros espectros. Todavia, o quarto, o mais vago e profundo deles, a Ansiedade, continuava a perseguí-lo. Ele diz: 'Ainda não consegui abrir inteiramente o meu caminho em direção à liberdade' [...] O problema é que não pode olhar de frente essas forças e conviver com elas [...] Fausto expulsa a ansiedade de sua própria mente [...] mas antes de partir, ela sopra seu bafo sobre ele- e cega-o com esse bafo. (BERMAN, 1982, p.70)



A cegueira de Fausto, em sua última cena na terra, não o afasta de sua lógica de destruição para a transformação. Em nome de objetivos elevados, sempre visando ao melhor futuro da humanidade, o herói representa a tragédia da sociedade capitalista industrial e sua utopia da integração de todos por meio do desenvolvimento das forças produtivas. No modelo faustiano e sua metáfora do “canteiro de obras”, a humanidade e suas descobertas científicas e tecnológicas produziriam abundância e bem-estar. Esta crença alimentou a esperança de Goethe até o final de sua vida. Ao longo do século XX, nos países onde a indústria e as tecnologias mais avançaram, o desenvolvimento propugnado por Fausto seguiu com maior adesão, cego à realidade dos países pobres, vítimas de políticas desastrosas de desenvolvimento. Em nome do progresso, ferrovias, estradas, rodovias, usinas, reatores nucleares fizeram do planeta um gigantesco “canteiro de obras”, mas, em muitos casos, não conseguiram mitigar seus rastros de destruição e devastação. Fausto é condenado à cegueira e à morte. O castigo do herói moderno é de lhe retirar aquilo que já lhe faltava: a visão de si e do mundo.

Ao longo da modernidade, a imagem da peste renasce em toda sua pregnância simbólica, mostrando, de forma monstruosa, que a pulsão de morte (Tanatos) cresce nas civilizações em que a sociedade se deixa escravizar pela hegemonia da dimensão econômica (acumulação e lucro), sobre a pulsão de vida (Eros) e sua razão sensível inspiradora do ideal comunitário (afetos, solidariedades, festa, criação e imaginação). Escritores e cientistas, como Franz Kafka, Mary Shelley, Norman O. Brown, Elias Canetti e Alvin Weinberg também

produziram, ao longo do século XX, obras magistrais, transfigurando o mito de Fausto. As metáforas da peste, da quarentena, da cegueira e do monstro atravessam o imaginário moderno alertando-nos para as ameaças de uma sociedade adocida, onde poucos conseguem ser saudáveis para ver. Albert Camus (1947) no seu magistral romance, *A Peste*, descreve admiravelmente uma epidemia que toma conta da cidade de Orão, na Argélia. A narrativa relata o sofrimento e a loucura, mas também a compaixão entre os indivíduos, em meio ao terror e à morte. No *Ensaio sobre a Cegueira*, José Saramago (1995) retoma as imagens da epidemia e da quarentena, quando narra a história

de um surto de cegueira branca que se espalha sobre uma cidade, obrigando indivíduos a se confinarem e a tomarem consciência, da forma mais atroz, de sua condição humana. Somente a morte nos dá uma imagem não deformada da vida, afirma Adorno (1991, p.75-76). Nesse sentido, a vida mal vivida não está distante da morte. As sociedades contemporâneas mostram, por meio das imagens da pandemia, a rigidez cadavérica dos seus mortos, mas também dos seus mortos-vivos.

Tempos pandêmicos são tempos de um eterno presente, que simbolizam a fadiga de uma razão evolucionista da vida social, interrompendo as crenças no tempo linear e mergulhando a humanidade em um tempo suspenso de espera. “*És um senhor tão bonito... compositor de destinos, tambor de todos os ritmos... Peço-te o prazer legítimo e o movimento preciso, quando o tempo for propício... E quando eu tiver saído para fora do teu círculo, tempo, tempo, tempo, tempo, não serei nem terás sido...*”. A poesia de Caetano Veloso, na sua *Oração ao Tempo*, não poderia ser mais oportuna em tempos de pandemia: o futuro é inimigo do homem e é preciso negociar com o tempo presente para viver intensamente o “aqui e agora”. Enquanto “tempo trágico” (ROSSET, 1991, p. 12) a pandemia imobiliza todos os tempos, mostrando-nos, monstruosamente, o nosso próprio destino. O “tempo trágico” é inverso ao tempo comum e deve ser compreendido de trás para frente. Assim, ela nos mostra que é uma ilusão acreditar que caminhamos em direção ao futuro. Pelo contrário, voltamos ao ponto de partida, mergulhando no passado do “tempo trágico”. Impossível lutar contra esse tempo. Somos espectadores impotentes diante do desfile

de imagens de um filme invertido. Quando chegamos ao começo, ou quando o começo chega até nós, somos nós que acabamos. O filme acaba no exato momento em que entramos na sala.

O Brasil vem atravessando uma grande crise política, que tem provocado retrocessos em áreas estratégicas como educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura, relações internacionais, direitos humanos, desenvolvimento econômico, entre outras. Ao mesmo tempo, a pandemia, ao indicar os estertores de uma era, aprofunda a crise, especialmente, dos modelos econômicos das sociedades industriais globais. Fortaleza, nos seus 294 anos de história, elege uma nova liderança para enfrentar as vicissitudes que a pandemia tornou ainda mais agudas. A cidade dos contrastes, a cidade apartada, desigual e violenta necessita, mais do que nunca, olhar-se no espelho e espantar-se. Há sempre tempo para a consciência.

## REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. *Le désordre: éloge du mouvement*. Paris: Fayard, 1988.

BARTHES, Roland. *Ensaio Críticos*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAMUS, Albert. *La peste*. Paris: Folio Gallimard, 1987.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.

DURAND, Gilbert. *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

\_\_\_\_\_. *O desafio do século XXI: religar os conhecimentos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: LeBooks, 2019.

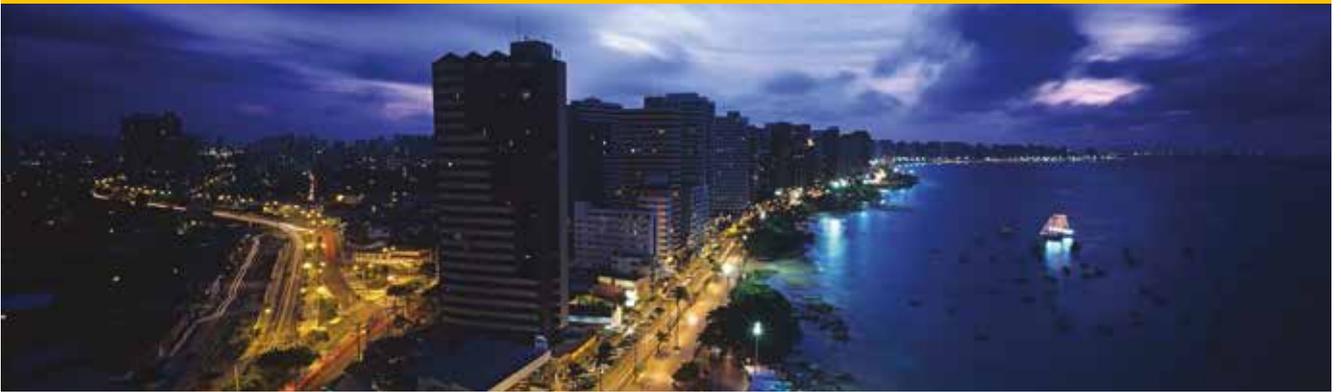
MACPHERSON, Crawford Brough. *A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MAFFESOLI, Michel. *La contemplation du monde: figures du style communautaire*. Paris: Grasset, 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Tradução Ridendo Castigat MORES. E-books Brasil, 1998.

ROSSET, Clement. *La philosophie tragique*. Paris: Quadrige/PUF, 1991.

# Em tempos de pandemia: olhares sobre Fortaleza



O Observatório da Governança Municipal convidou, por meio de uma amostragem aleatória, habitantes de Fortaleza para identificar suas percepções sobre os impactos da Covid-19 na nossa Cidade. Abaixo, elencamos as opiniões coletadas nessa amostragem, constituindo um registro valioso sobre as virtudes e sobre as vicissitudes de Fortaleza. Aos participantes dessa amostragem, solicitamos o registro de seu nome, idade e profissão, comunicando que as respostas e seus dados pessoais seriam publicados nesta edição. Para uma leitura mais fluída de nossos leitores, dividimos as respostas em duas partes, contemplado os aspectos negativos e os positivos, permeando a diversidade de olhares.



# 1

## Quais aspectos ou características negativas de Fortaleza você gostaria que desaparecessem ou que, pelo menos, fossem reduzidas/minimizadas depois da pandemia?

1. “Alta dos preços da cesta básica e politização da saúde.”  
*(Roberto de Carvalho, 42 anos, bibliotecário)*
2. “A falta de hospitais com equipamentos para rede pública e que os políticos cumprissem com suas promessas das campanhas eleitorais.”  
*(Linéia Diógenes, 55 anos, bibliotecária)*
3. “Violência (assaltos e mortes) e trânsito lento.”  
*(Ludmila da Silva Santiago, 40 anos, contadora)*
4. “Crianças pedindo dinheiro nos sinais e saneamento básico nas periferias.”  
*(Joana, 39 anos, funcionária pública)*
5. “Um transporte público mais humanizado e segurança nos parques.”  
*(Liliana, 61 anos, professora do setor público)*

6. “Violência e falta de saneamento/ falta de moradia digna.”

*(Priscilla, 37 anos, assistente social)*

7. “Violência. Falta de serviços estruturais na periferia, reformas de vias, praças, esgotos abertos.”

*(Maria de Fátima Oliveira Monteiro, 31 anos, designer de moda)*

8. “Segurança, mobilidade e saúde. Atenção às pessoas em situação de rua com políticas mais abrangentes, efetivas.”

*(Natacha Farias Xavier, 32 anos, psicóloga e professora)*

9. “O desemprego, que aumentou consideravelmente. A segurança, com ênfase nas abordagens policiais que são violentas, principalmente nas periferias.”

*(Marileuda Silvestre Ferreira, 36 anos, assistente social)*

10. “Primeiramente, a corrupção. E em segundo, queria que minimizassem a lentidão nos atendimentos hospitalares públicos.”

*(Wermesson Ferreira de Souza, 22 anos, corretor de imóveis)*

11. “Desassistência da população enquanto locomoção. Desassistência com a população na empregabilidade.”

*(Marilene Silvestre Ferreira, 31 anos, autônoma)*

12. “Insegurança, sujidades, barulho (música alta, buzinas etc.) e falta de educação no trânsito.”

*(Raíssa Furtado, 32 anos, tecnóloga em hotelaria)*

13. “Precarização do atendimento ao paciente psiquiátrico e a falta de respeito do setor público para com o profissional de saúde (cooperado).”

*(Ana Virgínia Silva Rogério, 32 anos, técnica de enfermagem e assistente social)*

14. “Violência, essa foi a que mais me agradou, pois diminuiu bastante. Descobrir que o governo sabe onde deve ser gasto o dinheiro público, não faz por má vontade e desrespeito para com a população.”

*(Maria Eriluce Rocha de Oliveira, 51 anos, agente administrativo)*

15. “A pobreza e atenção aos moradores de rua.”

*(Silvana Alexandre Guimarães, 40 anos, cuidadora de crianças)*

16. “Descaso na saúde e a falta de uma assistência para os moradores de rua.”

*(Jônatas Gadelha, 35 anos, designer gráfico e fotógrafo)*

17. “Violência nas periferias, desemprego, moradores de rua, saneamento básico e água potável nas periferias.”

*(Silvana Melo de Sousa, 51 anos, professora)*

18. “Melhoria do saneamento básico em áreas mais preocupantes, principalmente à margem de rios e lagoas, até mesmo a retirada e mudança dessas comunidades para locais mais apropriados, visando a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social.”

*(Pedro Wilkson, 24 anos, assistente administrativo)*

19. “Desigualdade social, sendo uma das cidades mais desiguais do país e do mundo, infelizmente. Assim como mobilidade urbana, que não é muito boa, a Cidade não tem muitas opções de transporte público (eficaz) onde os(as) trabalhadores(as) não têm opção para se locomover, entre outras coisas.”

*(Brenda Viana, 26 anos, estudante)*



**“A pobreza e atenção aos moradores de rua.”**

*Suzana Alexandre Guimarães*

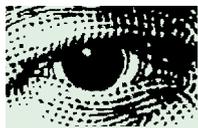
20. “Violência e a desigualdade social.”  
(Danilo Ramalho Gurgel, 31 anos, professor)

21. “A violência urbana e a alta polarização ideológica são fatores que já estavam elevados antes mesmo da pandemia, mas que potencializaram-se durante a quarentena. Mais tranquilidade ao caminhar nas ruas e leveza nas discussões políticas trarão harmonia nessa importante retomada.”  
(Diego, 30 anos, designer gráfico)

22. “Baixo índice de postos de saúde em pleno funcionamento e de profissionais de saúde para atendimento à população. Falta de atendimento hospitalar adequado para atender a grande demanda de habitantes no município de Fortaleza.”  
(Leonardo Alves da Costa, 34 anos, desenvolvimento de software)

23. “Desigualdade social, insegurança, descuido com o meio ambiente, pouca capilaridade do sistema de saúde em algumas regionais, desvalorização da produção cultural e artística local. Os poucos parques, bosques e praças existentes na periferia estão sucateados. Não integração do metrô às demais modalidades de transporte. Pouca arborização urbana.”  
(João Batista Salmito Alves de Almeida, 50 anos, agrônomo)

24. “Violência urbana. Trânsito engarrafado. Péssimo atendimento de saúde.”  
(Maria Helena Rodrigues Campelo, 31 anos, psicóloga e assistente social)



“Diminuição da pobreza na capital, bem como uma maior conscientização da população sobre a coletividade.”

Moacir de Souza Júnior

25. “As desigualdades sociais são características marcantes da cidade de Fortaleza e isso gera uma sub-característica que é a desigualdade racial. O desaparecimento ou a redução desses dois elementos são capazes de definir a densidade da “muralha” que separa ricos e pobres, além de reduzir os efeitos da herança escravagista brasileira, o racismo.”  
(José Cristiano Lima Pereira – Nick, 37 anos, gestor de projetos)

26. “Trânsito hostil para ciclista e transporte coletivo precário.”  
(Vitória Maria Ribeiro, 22 anos, estudante)

27. “Existe uma espécie de isolamento social da periferia e os centros sociais. A população de Fortaleza, infelizmente, se desloca apenas na perspectiva de produção mercantilista e os espaços, em suas comunidades, de arte, lazer e cultura não são garantidos pelos entes públicos, onde muitas vezes quem decide é o guarda de plantão, sem existir de fato uma política pública que incentive ou assegure a realização do que já existe culturalmente nas comunidades, já que elas não têm acesso aos locais tradicionais de fomento e divulgação social e cultural.”  
(Tiago Ribeiro Lima, 33 anos, produtor cultural)

28. “Esgoto a céu aberto, falta de banheiro e chuveiros públicos.”  
(Jana Alencar Eleuterio, 34 anos, assistente social e professora)

29. “Violência e buraqueira.”  
(Alexandre Maia, 41 anos, agrônomo)

30. “Lixo acumulado nas esquinas e aglomeração nos terminais.”  
(Fabiola Pessoa Pontes, 48 anos, assistente social)

31. “Diminuição da pobreza na capital, bem como uma maior conscientização da população sobre a coletividade.”  
(Moacir de Souza Júnior, 51 anos, professor)

32. “Desrespeito e desvalorização com o trabalho dos professores. A importância da escola.”

*(Lícia Maria, 37 anos, professora)*

33. “A desigualdade social e a discriminação para com as pessoas de rua.”

*(Tânia Maria Gonçalves da Silva Cruz, 57 anos, dona de casa e graduada em Serviço Social)*

34. “Descaso com o sistema público de saúde. Situação dos moradores de rua.”

*(Diony Maria Barroso de Alencar, 67 anos, professora)*

35. “Saúde, saneamento básico, segurança e educação.”

*(Rogério Sousa, 61 anos, professor)*

36. “Pobreza e ausência de senso de coletivo.”

*(Bia Fiuza, 36 anos, empreendedora)*

37. “Durante a pandemia, me emocionei com a questão da dificuldade das pessoas se consultarem, de conseguiram vagas em hospitais. Ter um mínimo de atendimento. Assisti as pessoas chorando na porta dos hospitais, eu não queria que isso acontecesse com ninguém. Saúde é direito de todos. Outra questão foi a quantidade de animais nas ruas, solitários, ajudei a alguns e a uma amiga, com dois cachorros em casa, porque ela não tinha dinheiro para dar comida a eles. A questão que me deixou mais irritada, foi a falta de água para as famílias carentes, um mínimo de saneamento e água nas torneiras é um direito de qualquer cidadão.”

*(Raimunda de Paula, 58 anos, funcionária pública)*

38. “O insuficiente saneamento básico e ambiental. A enorme desigualdade social.”

*(Sara Maria Cavalcante Barroso, 71 anos, médica sanitária)*

39. “Insegurança. Descaso das autoridades e grande quantidade de famílias/pessoas em situação de rua.”

*(Hedla Viana, 45 anos, empreendedora, autônoma e dona de casa)*

40. “Favela do Lagamar na entrada de Fortaleza.”

*(José Milton Sales Lopes, 59 anos, consultor)*



**“Desrespeito e desvalorização com o trabalho dos professores. A importância da escola.”**

*Lícia Maria*

41. “A falta de assistência médica às pessoas que não tem acesso à saúde privada. Uma política de controle de qualidade nas poucas unidades que oferecem serviços de saúde. Nesta crise (pandemia) ficou evidenciado de forma desumana, a falta de estrutura da maioria desses locais.”

*(Maria Elisabeth Melo Sampaio, 67 anos, professora)*

42. “A pobreza e a violência são, com certeza, as piores mazelas que afetam nossa cidade, principalmente quando situamos a nossa periferia.”

*(Diego David Lemos de Sousa, 33 anos, editor de vídeo e designer gráfico)*

43. “O uso do aparelhamento público na promoção de postulantes a vereadores de Fortaleza. Suspensão dos serviços de telefonia nas repartições públicas, passando o serviço a ser totalmente on-line, visto que os telefones não atendem e o custo ao contribuinte é muito alto!”

*(José Erivan de Sousa Aguiar, 60 anos, corretor de imóveis)*

44. “Nós, que realizamos um trabalho de Liderança nas comunidades, e que somos conhecedores das dificuldades do nosso povo, em nossas áreas de atuações, que mesmo nesse momento de solidariedade e de isolamento social, nós deveríamos ter tido uma atenção diferenciada dos nossos governantes municipal e estadual, com o envolvimento das lideranças em seus projetos sociais emergenciais que foram realizados na

Cidade e no Estado, para amenizar um pouco o sofrimento daqueles que mais precisam. Dito isso, mesmo com todo os esforços e trabalhos que foram realizados pelos nossos governantes, municipal e estadual, os quais eu quero aqui parabenizar, com os seus projetos sociais emergenciais, muitos dos nossos irmãos fortalezenses e cearenses ficaram de fora desses projetos por não terem o título de cidadão brasileiro, ou seja, uma Certidão de Nascimento, RG ou CPF. Nesse aspecto, é onde chegaria o papel da liderança.”

*(Francisco Paulo de Almeida – Motoca, 56 anos, conselheiro municipal de planejamento participativo)*

45. “Pobreza e desinformação das pessoas.”

*(Rômulo Andrade da Silva, 31 anos, analista de planejamento e gestão e estatístico)*

46. “As informações sobre velórios sem presenças familiares (pânico). O péssimo acolhimento para com os usuários do SUS nas Unidades de Saúde, nas UPAs, nos hospitais de Fortaleza (revolta).”

*(Lúcia Silva, 57 anos, gestora hospitalar)*

47. “A redução das desigualdades é a principal delas, pois era uma realidade invisível para muito. Importante que o CRAS faça uma busca ativa desses atores invisíveis, pois muitos nem recebem o Bolsa Família. Outra coisa que me chamou a atenção foi o número de famílias que só tem o Bolsa Família e de que forma a SDHDS pode incidir com formações e oficinas que devolvam a dignidade para esse público.”

*(Alilian Gradela, 56 anos, gestora social)*

48. “Trabalho mais intensivo nos bairros que apresentaram mais casos da doença, com uso de carro de som e cartazes. Orientação aos moradores sobre a higiene doméstica, colocar o lixo fora de casa somente nos dias da coleta, pois o bairro ficou muito sujo.”

*(Max Pinheiro, 44 anos, técnico de informática)*

49. “Proteção e cuidado para crianças, mulheres e homens em situação de rua. Alimentação, higienização, documentação, formação, dignidade humana e direitos.”

*(Ana, 31 anos, professora)*



**“Gostaria que Fortaleza tivesse menos asfalto, menos pessoas em situação de rua e menos desigualdade social.”**

*Carla Weyne*

50. “A falta de acesso, pela parcela mais necessitada da população, a direitos básicos como moradia digna e saneamento básico. A desvalorização dos profissionais da educação com relação aos salários e condições de trabalho.”

*(Carmem Ciene Pinheiro Santos, 35 anos, professora)*

51. “Pessoas em situação de rua deveriam ser acolhidas e cuidadas, sobretudo agora em tempos de pandemia da Covid-19. Precisamos garantir seus direitos à dignidade, saúde e cultura. É uma demanda social urgente e uma questão de saúde pública.”

*(Luciana Pereira de Freitas, 33 anos, pesquisadora acadêmica)*

52. “Abandono ou pouco cuidado/manutenção dos espaços públicos de uso coletivo como praças, parques, ruas. Calçadas irregulares e pouco incentivo para pedestres se locomoverem. Ruas mal iluminadas que geram insegurança para circulação noturna. Linhas de ônibus lotadas e caras.”

*(Lara Denise Oliveira Silva, 32 anos, professora)*

53. “A violência e o saneamento básico nas periferias.”

*(Wellington Nascimento, 38 anos, pedagogo)*

54. “A sinalização das ruas para os carros.”  
(Reinaldo Araújo Gregoldo- amigo Alê, 31 anos, pedagogo)

55. “Falta de atendimento hospitalar. Esporte e lazer na cidade para acesso de todos.”  
(Alexandra Maria Souza, 38 anos, promotora de vendas)

56. “Gostaria que Fortaleza tivesse menos asfalto, menos pessoas em situação de rua e menos desigualdade social.”  
(Carla Weyne, 39 anos, psicóloga)

57. “Na minha opinião, o aspecto mais negativo vem sendo a falta de conscientização da população por não respeitar o isolamento social.”  
(Catiulce, 40 anos, pedagoga)

58. “Acúmulo de lixo em vias públicas e ausência de lixeiras, especialmente na Praia de Iracema. Projetos de arborização com espécies nativas ou adaptadas ao nosso ecossistema.”  
(Natália de Castro Medeiros, 22 anos, estagiária)

59. “Gostaria que Fortaleza fosse uma cidade com mais dignidade e justiça social para as pessoas, com espaços públicos acessíveis e seguros, como as praças, saneamento básico e transporte público de qualidade.”  
(Isabel Sousa, 33 anos, advogada e consultora de projetos)

60. “Gostaria que, após a pandemia, a população usasse melhor os equipamentos de lazer da cidade, como praças e parques. A ocupação dos espaços públicos é um fator essencial de qualidade de vida.”  
(Santino Loruan Silvestre de Melo, 27 anos, professor)

61. “Gostaria que fosse reduzida a criminalidade na nossa cidade. A ocupação de espaços públicos é um dos fatores que podem ser decisivos para isso.”  
(Renato Barros Alves, 33 anos, designer gráfico)

62. “A ingente desigualdade social que, estatisticamente, é uma das maiores no mundo, configura Fortaleza numa cidade tensamente rachada entre poucos muito ricos e muitos muito pobres, o que impede qual-

quer bem-estar para a população como um todo, ricos e pobres. Certa urbanidade tóxica que destrata desde o patrimônio histórico ao conforto térmico, podando árvores ao toco.”

(Paulo Roberto Vianna Júnior, 44 anos, diretor de TV e produtor cultural)

63. “Redução da população de moradores de rua, através de políticas específicas para atendimento a esta população. Maior atenção à saúde da população que utiliza exclusivamente a saúde pública, com políticas de atenção à saúde básica, que podem diminuir as comorbidades da população.”

(Soraide Paz de Oliveira Lima, 56 anos, professora)



**“Crise no emprego. Queda na receita nos setores de turismo e construção civil. Aumento da desigualdade econômica e social. Aumento das agressões domésticas as mulheres.”**

Márcia Rocha Holanda

64. “As desigualdades sociais e a violência. A primeira influencia diretamente na segunda, sendo os mais pobres os protagonistas da violência, como vítimas ou como autores, provocados pelas desigualdades sociais.”

(Jéssica Santana, 29 anos, historiadora)

65. “Todo tipo de violência, mas principalmente as ligadas às facções por aliciar os jovens e adolescentes. Tráfico de drogas ilícitas e desigualdade social percebidos pelo pouco investimento nas periferias quando comparado aos bairros nobres.”

*(Antônio Pereira de Moura Júnior, 35 anos, pastor)*

66. “A falta de infraestrutura nas comunidades carentes, onde vemos esgotos a céu aberto. As violências domésticas contra as crianças e as mulheres.”

*(Manoel Santana, 53 anos, educador social)*

67. “Altos índices de violência urbana. Insuficiência da política de mobilidade urbana.”

*(Pedro Silva, 34 anos, professor)*

68. “A falta de saneamento básico, principalmente na periferia. E a falta de iluminação pública, em praças e áreas ao ar livre.”

*(Camila Garcia, 36 anos, jornalista)*

69. “A invisibilidade que as periferias sofrem. As políticas públicas que não são direcionadas as mesmas por não estarem tão a vista como os demais locais.”

*(Ana Érica Araújo, 23 anos, estudante)*

70. “Os lixos nos canteiros e as abordagens policiais violentas.”

*(Ana Larisse Santos Barbosa, 23 anos, pesquisadora)*

71. “Gostaria que todos os cidadãos de Fortaleza tivessem acesso à rede pública de saúde, sobretudo em relação aos leitos de UTI, que se apresentam em número insuficiente para a população, bem como saneamento básico nas comunidades mais carentes.”

*(Sulamita Alves Teixeira, 44 anos, defensora pública)*

72. “A falta de acesso à cidade é um dos aspectos negativos, sendo uma característica do cotidiano da cidade que deve desaparecer. Um outro aspecto negativo são as mortes desenfreadas de crianças, adolescentes e jovens das periferias da cidade.”

*(Lucas Ferreira Lima, 24 anos, educador social e psicólogo)*

73. “Engarrafamentos no trânsito e melhoria do saneamento básico nas regiões periféricas.”

*(Maria Loren Matos de Sousa, 26 anos, professora)*

74. “A desigualdade social e a desinformação estão entre os problemas que ficaram ainda mais evidentes durante a pandemia. O caminho que devemos percorrer para superá-los passa, primordialmente, pela educação.”

*(Sávio Cunha da Paz, não informou a idade, educador e empresário)*

75. “Não sei se estou sendo pessimista, mas está bem difícil enxergar em que aspectos a pandemia pode gerar as reflexões sociais necessárias para mudanças positivas em nossa cidade. De qualquer forma, gostaria que a nossa juventude se sentisse mais segura para se expressar, para ocupar as ruas e para sonhar com um futuro incrível. Isso para mim significa mais segurança, menos preconceito e escolas cada vez mais vivas e plurais para promover isso aos adolescentes da cidade.”

*(Igor Pelúcio, 30 anos, empreendedor)*

76. “É inadmissível que tenhamos tantas pessoas em situação de rua nessa cidade. Não que elas não possam ocupar a cidade, é direito delas, mas todas as mazelas sociais a que essa população é submetida pela situação de rua. É fundamental a criação de novos projetos e programas para minimizar essa realidade.”

*(Lucivânia Lima de Sousa, 30 anos, assistente social)*



**“A falta de infraestrutura nas comunidades carentes, onde vemos esgotos a céu aberto. As violências domésticas contra as crianças e as mulheres.”**

*Manoel Santana*

77. “Diminuição da violência urbana. Melhoria na coleta de lixo. Garantia da universalidade ao acesso à política de saúde pública.”

*(Milena Cerqueira Monteiro, 39 anos, assistente social)*

78. “Desigualdade social. Os empregos informais, para abertura de espaço aos formais.”

*(Regivânia Marques Cordeiro de Castro, 33 anos, bancária)*

79. “O desemprego e a falta de igualdade de oportunidades.”

*(Sara Cavalcante Góis, 38 anos, psicóloga)*

80. “A principal questão, envolvendo a pandemia e a cidade, é o saneamento básico. Ainda hoje muito aquém do que deveria ser bom ou regular e, em muitos bairros, inexistente. A pandemia só enalteceu o tamanho da escassez de questões primordiais para os cidadãos, como a atual necessidade de atendimento de água e esgoto para todos. Outro fator que gostaria de ver modificado, é o aumento significativo de pessoas em situação de rua. É estarrecedor ver as praças do Centro, e até mesmo avenidas da periferia, tomadas de famílias sem moradia.”

*(Débora Silva, 33 anos, tatuadora e artista visual)*

81. “A falta de saneamento básico e o número excessivo de habitações precárias na cidade. Seria importante a última milha de ligação do esgoto sanitário e, pelo menos, a construção de novos banheiros nas habitações.”

*(Célio F. B. Melo, 54 anos, economista)*

82. “Que o centro de Fortaleza fosse reordenado, embelezado, retirado o lixo e controlado os depósitos. Na Praça do Ferreira não fosse permitido o que tem sido até agora, que lhe torna feia e insegura. Que a segurança da cidade fosse garantida dia e noite. Que não se divulgasse mazelas, coisas negativas da Cidade, apenas as coisas bonitas e atrativas ao turismo e se despoluísse a orla.”

*(Luzia Neide Coriolano, 69 anos, professora)*



**“Engarrafamentos no trânsito e melhoria do saneamento básico nas regiões periféricas.”**

*Maria Loren Matos de Sousa*

83. “Desigualdade no acesso às tecnologias sociais, às mídias, redes de computadores e *internet*. Educação de qualidade para todos. Investimento para suporte às “equipes de ponta”, redes de atendimento com contato direto com populações em situação de maior vulnerabilidade social.”

*(Ticiano Santiago de Sá, 38 anos, psicóloga e professora)*

84. “É preciso criar condições econômicas para que os pequenos empreendedores tenham capacidade de se desenvolverem, gerarem renda e oportunidades nas suas comunidades. É fundamental uma política de segurança pública que respeite os direitos humanos, equitativa, com condições de trabalho para os agentes de segurança pública e participação social efetiva nas ações desta política.”

*(Maurício Bastos Russo, 46 anos, sociólogo)*

85. “Diminuir as desigualdades sociais ainda presentes em nossa cidade, criando mais oportunidades para essas pessoas reencontrarem o entusiasmo e motivação para suas vidas. Diminuir o desemprego aumentando assim a justa renda.”

*(Gilberto Costa Bastos, 64 anos, médico veterinário)*

86. “Uma pergunta muito ampla, o que nos leva a sonhar. Mesmo que não diretamente associados. Gostaria que no “novo” mundo que surgirá depois da pandemia, pudéssemos gozar de menos desigualdades sociais e econômicas, entre nossos concidadãos. Mais ainda, gostaria que a gestão, em seus diversos níveis,



**“Diminuição da violência urbana. Melhoria na coleta de lixo. Garantia da universalidade ao acesso à política de saúde pública.”**

*Milena Cerqueira Monteiro*

pudesse adotar uma visão mais humana, em que as pessoas deixem de ser apenas números em uma planilha.”

*(André Soares Lopes, 41 anos, professor e arquiteto)*

87. “Gostaria de ressaltar a fragilidade da saúde pública, que mostrou-se vulnerável aos atendimentos em grande escala. E as desigualdades sociais entre as pessoas em situação de rua.”

*(Francinete Cabral Lima, 76 anos, agente social)*

88. “Uma coisa negativa são as obras que iniciam e parecem não ter mais fim, como a obra que ocorre neste momento, há um bom tempo, no viaduto próximo ao Makro. Além disso, é notória a dificuldade das pessoas de se deslocarem em Fortaleza. O transporte público é muito precário ainda.”

*(Adriano César Carneiro Loureiro, 47 anos, professor)*

89. “Violência urbana e lotação dos transportes públicos.”

*(Vitória, 32 anos, psicóloga)*

90. “A desigualdade social e econômica, problemas que foram intensificados pela pandemia, e requerem políticas públicas eficazes e urgentes para seu enfrentamento.”

*(Ana Samary Sérgio Costa, 27 anos, turismóloga)*

91. “A distribuição geográfica da concentração de renda na cidade e a extrema violência nas periferias.”

*(Eduardo Aparício, 53 anos, jornalista e designer gráfico)*

92. “Desigualdade e falta de amor pelo Estado.”

*(Vanessa, 47 anos, professora)*

93. “A desigualdade social: dá para reduzir essa desigualdade investindo pesadamente no projeto de renda mínima para toda a população. Déficit habitacional: forte investimento na construção de habitações, lotes urbanizados e mutirões, utilizando os vazios urbanos que estão dentro da cidade.”

*(Antônio Silvestre Leite, 54 anos, economista)*

94. “A falta de consciência coletiva das pessoas e a desvalorização dos profissionais da educação e cultura.”

*(Larissa Montenegro, 33 anos, atriz e produtora cultural)*

95. “Duas questões precisam ser avaliadas: 1) o processo de comunicação/educação em saúde na atenção básica, sobre risco e prevenção, pois percebeu-se uma grande dificuldade de adesão ao uso da máscara e isolamento social na periferia; 2) a adaptação e inovação em relação às mídias sociais por professores e alunos (comunicação e acesso), o que certamente ocasionará desvantagem para alunos da periferia.”

*(Manoel Dias da Fonseca Neto, 73 anos, médico)*

96. “Redução de favelas. A problemática, além de evidenciar a desigualdade social, envolve a ausência do mínimo necessário para uma vida digna. Considerando que uma das razões do crescimento de favelas é o êxodo rural, necessário se faz a criação de uma política pública voltada especialmente para a manutenção do homem no campo. Outra questão é a mobilidade urbana, sendo notória a insuficiência, em qualidade e quantidade, de transporte público para a população.”

*(Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, 76 anos, promotora de justiça)*

97. “Segurança e saúde são aspectos que sempre serão considerados pontos de discussão. É preciso investir em capacitação, estrutura e bons salários desses profissionais, que não só durante a pandemia, mas desde de sempre estão na linha de frente da sociedade.”

*(José Luiz Tavares, 32 anos, publicitário)*

98. “Gostaria que os espaços culturais e locais de circulação de pessoas não se mantivessem ociosos e fossem ocupados mais frequentemente com diversas linguagens. Que o trânsito de pedestres fosse priorizado nas regiões de concentração cultural, permitindo mais ações de rua em lugar aberto. Precisamos minimizar a ociosidade de espaços relevantes na cidade.”

*(Lindemberg Bezerra de Menezes, 35 anos, músico e artista autoral independente)*

99. “Falta de saneamento básico, água limpa, coleta de esgoto e de pavimentação nas ruas da cidade. Abandono do centro da cidade, que sofre.”

*(Flávio Henrique Vilar de Melo, 32 anos, biólogo)*

100. “Violência, inclusive por parte da polícia, cada vez mais truculenta. Abandono da periferia.”

*(Aluizio Moisés de Medeiros, 61 anos, músico)*

101. “A grave desigualdade que nos afronta diariamente, do Meireles ao Bom Jardim. Cada criança pedinte em um sinal é a destruição de um futuro. Cada morador de rua é o atestado de que estamos falhando como sociedade.”

*(Marcelo Monteiro, 49 anos, servidor público)*

102. “Falta de paridade do ensino público com o privado (encontrar forma de inclusão dos estudantes na educação- na pandemia, 90% ficaram sem o estudo). Moradores de rua (ampliar a política da PMF no aspecto da ressocialização e inclusão (família) em atividades que gerem bens para a sociedade e renda para

eles, a exemplo de hortas, centros de coletas/reciclagem, de tecnologia para jovens.”

*(Thereza Neumann Santos de Freitas, 62 anos, engenheira eletricista)*

103. “Desigualdade social. Falta de educação para com o outro.”

*(Rodolfo Lira, 33 anos, músico)*

104. “Desigualdade social e violência policial.”

*(Monyse Ravena, 32 anos, jornalista)*

105. “Criminalidade e pessoas passando necessidades básicas, como alimentação, vestuário, higiene pessoal etc.”

*(Aline Campêlo, 34 anos, atriz, palhaça e produtora cultural)*

106. “A pandemia escancarou como a educação e a saúde ainda constituem privilégios em nossa cidade. Observar a situação dos alunos da rede pública nesse cenário é alarmante – estudantes sem as mínimas condições estruturais para assistir às aulas *on-line*. De natureza igual, as classes mais pobres pouco conseguiram manter os cuidados necessários à saúde – labutavam como uma exigência inadiável.”

*(Daniel Alencar de Carvalho, 28 anos, professor)*

107. “Falta de manutenção adequada dos espaços públicos por parte dos órgãos pertinentes. Dificuldades de deslocamentos de pessoas entre moradia e locais de lazer. Violência em bairros com população de menor renda familiar.”

*(Rodrigo Ponce de Leon, 46 anos, arquiteto e urbanista)*

108. “Precarização da saúde e segurança. Gostaria que os recursos públicos fossem melhor alocados nessas áreas. A pandemia possibilitou que emendas e leis fossem propostas para fortalecer essas áreas no município. Rogo pelo bom senso da gestão para transferir e utilizar melhor os recursos arrecadados pelo município.”

*(Augusto Feitosa, 27 anos, desenvolvedor de sistemas)*

109. “Gostaria que fosse minimizada a questão da lotação do transporte público (ônibus e vans), que já é



**“A distribuição geográfica da concentração de renda na cidade e a extrema violência nas periferias.”**

*Eduardo Aparício*

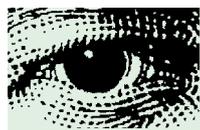
um problema antigo em Fortaleza, mas que por conta da segurança sanitária durante o período da pandemia isso se agravou. Outro aspecto negativo que gostaria de ver reduzido é a falta de acesso à rede de saneamento, que provoca uma série de problemas de saúde pública.”  
(Ellen Garcia da Silveira, 34 anos, socióloga)

110. “O trânsito muito engarrafado e a insegurança.”  
(Anderson Passos Bezerra, 35 anos, economista)

111. “Como, no início da pandemia, a mídia pôs muito medo nas pessoas, mas a vida pede passagem, entendo que seria bom que as pessoas perdessem o medo de sair de casa.”  
(Francisco de Assis Costa Cavalcante, 63 anos, empresário)

112. “Não apenas em Fortaleza, mas uma redução no consumismo desenfreado por produtos sem a menor necessidade.”  
(Maria Eugênia de Queiroz Ferreira, 62 anos, economista)

113. “Sujeira, mobilidade urbana precária, má qualidade do transporte público, carência de parques e espaços de convivência para famílias e animais, degradação do Centro da cidade (praças, teatros, ruas, calçadas, pessoas em total desamparo). Pouca oferta de eventos e espaços culturais de relevância para as famílias, pouca divulgação da história de Fortaleza.”  
(Robertta Braga Mota de Souza, 44 anos, administradora de empresas)



“A falta de consciência coletiva das pessoas e a desvalorização dos profissionais da educação e cultura.”

Larissa Montenegro

114. “Não há dúvidas que gostaria que as profundas desigualdades diminuíssem.”  
(Eudoro Santana, 84 anos, engenheiro civil)

115. “De alguma forma, com a pandemia exacerbou-se o aloprado, o intolerante e o insensível. Vimos em alguns lugares a delicadeza e cuidado ceder espaço a atitudes antes não imaginadas.”  
(Daniel Cardoso, 53 anos, professor e pesquisador)

116. “A precarização do trabalho, o desemprego, a insegurança alimentar, a falta de moradia digna, as áreas de risco, a violência urbana, social e doméstica.”  
(Adriana Araújo de Aragão, 51 anos, funcionária pública estadual)

117. “Redução do desemprego. Diminuir a valorização do ter, e reduzir as desigualdades sociais.”  
(Desirée Custódio Mota, 56 anos, economista)

118. “Extrema desigualdade social é falta de conhecimento básico dos direitos e deveres dos cidadãos.”  
(João Eduardo Arraes de Alencar, 57 anos, economista)

119. “A desigualdade extrema se manifesta em uma exclusão social e territorial em Fortaleza, é necessário proporcionar condições aos mais vulneráveis e gerar oportunidades para a sua inserção competitiva na economia.”  
(Lauro Chaves Neto, 51 anos, professor)

120. “A desigualdade social parece ser o grande ponto negativo sobre o qual estão assentadas as mais diversas formas de expressão da violência em meio urbano: a criminalidade, a violência policial, problemas de acesso à educação, saúde, lazer e alimentação de qualidade.”  
(Kadma Marques Rodrigues, 55 anos, professora)

121. “O grande fluxo de automóveis e a concentração de riqueza em poucos bairros.”  
(Selma Maria Santiago Lima, 55 anos, gestora cultural)

122. “A falta de oportunidade e acesso em relação às iniciativas empreendedoras que precisam chegar em todas as áreas da cidade.”

(Ana Valéria Escolástico Mendonça, 58 anos, administradora hospitalar)

123. “Vou reforçar as palavras de John Lennon: *“imagine all the people, living life for peace. No need for greed or hunger. A brotherhood of man”*, uma cidade mais justa, igualitária, sem pedintes, sem moradores de rua. Uma cidade boa para se viver, para moradores e turistas.”

(Régis Medeiros, 53 anos, hoteleiro)

124. “Uma característica que gostaria que diminuísse diz respeito, principalmente, a uma problemática grave que a cidade vive: a desigualdade social. Esta se mostrou ainda mais letal nesse momento de pandemia. Apesar de todos sofrermos de diferentes formas, o momento trouxe ainda mais a tona as diferenças estruturais entre as regiões da cidade.”

(Byanca Pinheiro Augusto, 28 anos, especialista do Observatório da FIEC)

125. “O desrespeito às normas e orientações de segurança. A violência extrema e a sensação de insegurança. Corte desnecessário de árvores. A precariedade do transporte público.”

(Camile Queiroz, 40 anos, produtora cultural)

126. “Fortaleza ainda é muito centralizada e desigual, o que não condiz com o modo como ela cresce. Essa desigualdade faz com que as pessoas não acessem do mesmo modo os recursos disponíveis, gerando violência, fome e miséria. Já a centralização faz com que as potencialidades dos vários polos econômicos e culturais dentro da cidade não se desenvolva, pois a cidade está sempre voltada pro Litoral, o que é um equívoco, é talento comercial, cultural, criativo que é desperdiçado.”

(José Talles da Silva Soares, 31 anos, poeta, editor e mediador de leituras)

127. “As péssimas condições sanitárias, de moradia e desemprego na periferia da cidade. A ausência de políticas públicas claras e transparentes em relação ao



**“A grave desigualdade que nos afronta diariamente, do Meireles ao Bom Jardim. Cada criança pedinte em um sinal é a destruição de um futuro. Cada morador de rua é o atestado de que estamos falhando como sociedade.”**

Marcelo Monteiro

meio ambiente, especialmente no tocante à arborização, recuperação dos recursos hídricos e aprovação de obras com forte impacto na natureza urbana e no perfil da cidade.”

(José Borzacchiello da Silva, 75 anos, professor)

128. “Violência e sujeira das vias públicas.”

(Tecla Vieira Carvalho, 50 anos, executiva e química industrial)

129. “A falta de resiliência e atenção com os diferentes, vem crescendo e fazendo parte da polarização criada nos últimos anos. A politização de temas como saúde e economia foram muito utilizados nesse período, trazendo efeitos negativos para o desenvolvimento de soluções que permitam a cidade sair dessa crise sanitária.”

(Paulo Francisco Barbosa Sousa, 37 anos, economista)

130. “Que nossa cidade possa ser menos violenta e desigual. Que seus espaços públicos sejam cada vez mais limpos, floridos e bem cuidados.”

(Ana Stela Vieira Mendes Câmara, 35 anos, professora)

131. “A pandemia explicitou nossa grave apartação social. Uma banda da cidade de Fortaleza tem acesso ao saneamento básico, opções culturais e de lazer, oportunidades de emprego e renda. A maioria que vive nas periferias ficam excluídos(as). Gostaria de políticas públicas que quebrassem os muros imaginários da Fortaleza que tudo tem, da que vive das migalhas.”

*(Marcos Alberto de Oliveira Vieira, 52 anos professor, sociólogo e fotógrafo)*

132. “A primeira delas seria a desigualdade social, visível a olho nú, como atestam nossas periferias. Outra seria a violência que, em grande parte decorrente da primeira característica, segue presente em suas várias tonalidades, desde as mais explícitas – em associação direta com a criminalidade –, até as mais “sutis” e igualmente perversas, como a que se manifesta por meio da discriminação para com os grupos minoritários e socialmente vulneráveis.”

*(Duarte Ferreira de Sousa- Duarte Dias, 55 anos, cineasta)*

133. “A pandemia deixou claro o quanto as periferias estão carentes de apoio e isso deveria acabar. Políticos que se locupletam às custas das tristezas e doenças das pessoas. Políticas sendo realizadas apenas visando resolver problemas de curto prazo ou pensando em reeleição.”

*(Fabrício Monte Mendes, 31 Anos, empreendedor social)*

134. “Gostaria que a gente se entendesse como cidade, como sociedade que vive em coletivo. A pandemia revelou também uma face egoísta e ignorante de Fortaleza. Infelizmente tenho a impressão que falta ainda muito para compreendermos que a solidariedade, a cidadania, mais que uma questão de educação, é de sobrevivência.”

*(Rafael Limaverde, 44 anos, artista visual)*

135. “As desigualdades da cidade foram expostas e nos fizeram perceber todas as nossas fragilidades econômicas, morais e subjetivas. Nos percebemos como uma cidade mais suscetível às agruras da contemporaneidade e seu neoliberalismo. A pandemia não criou



“Não há dúvidas que gostaria que as profundas desigualdades diminuíssem.”

*Eudoro Santana*

nada disso, pelo contrário, nos fez ver com mais clareza nossos dilemas sociais. Nada disso fará falta nos tempos que virão.”

*(Lenildo Monteiro Gomes, 53 anos, gestor cultural)*

136. “Eu gostaria de sumir com a indiferença frente aos mais vulneráveis e com essa sanha de poder e dinheiro que nos acomete, vendo renascer uma cidade mais justa e igualitária. Também queria trocar a política da boçalidade que nos torna um dos lugares do mundo com maior concentração de renda entre os mais ricos, pela política da cooperação, aquela que trabalha em rede e cria oportunidades a partir de uma partilha sensível e criativa de habilidades e expertises.”

*(Ethel de Paula Gouveia, 49 anos, jornalista)*

137. “As pandemias são provocadas por transgressões. Como seres vivos, somos responsáveis por nossas ações e consequências. Fortaleza é forjada por todos. O lado negativo, certamente, nasce dessas nossas transgressões.”

*(Fernando Barroso, 65 anos, consultor em gastronomia e hospitalidade)*

138. “Afora as questões de desigualdades sociais bastante evidentes (segurança vem nesse contexto, claro). Mas, de modo mais objetivo, seriam: a) Mobilidade Urbana. Que os modais de transporte coletivo (ônibus, metrô e ciclovias) e sobretudo pedestres efetivamente tivessem toda a prioridade e que as calçadas fossem “caminháveis”. Cidade plana onde é praticamente impossível caminhar; b) Interligação total e fácil da orla

marítima desde o Mucuripe até o Pirambu; c) Ordenação (mínima) de atividades de serviços na cidade; d) Padronização municipal de indicações para (minimizar) o caos e a poluição visual e e) Espaços de arte popular (efetivamente) pois o segmento ficou sendo o mais atingido.”

*(João José Hiluy Filho, 59 anos, engenheiro químico e professor)*

139. “Acho que ainda valorizamos pouco o que é nosso. Precisamos nos engajar em proteger, apoiar e promover os produtos e produtores locais, principalmente na área da cultura. Cultura não é só música. Nosso cinema, moda, indústria e arte, de forma geral, para evitar a evasão de talentos por falta de apoio ao que é nosso. O turismo também precisa ser encarado de forma separada à imagem da praia. Somos muito mais que nossas belas paisagens.”

*(Leonardo Gonçalves, 43 anos, chefe de cozinha)*

140. “Concentração dos equipamentos turísticos nos bairros próximos a Beira- Mar e mobilidade para bairros periféricos.”

*(Christianne Coelho Silton, 58 anos, arquiteta)*

141. “A falta de estrutura nos hospitais públicos e privados para receber os pacientes afetados com a Covid-19 e outras enfermidades.”

*(Ethel Whitehurst, 66 anos, empreendedora social e consultora em artesanato e designer)*

142. “Carência de espaços urbanos abertos de decompressão, convívio e lazer. Para isso, investimento em infraestrutura de segurança, arborização e passeios.”

*(Marcus Novais, 54 anos, arquiteto)*

143. “Após a pandemia, quero viver em Fortaleza a continuidade das boas iniciativas de gestão pública, independente de partidarismos. Que a cidade e as pessoas sejam priorizadas através das boas ideias.”

*(Paulo Probo, 52 anos, educador)*

144. “Com relação a Praia de Iracema, como moradora e empreendedora, com o Café Teatro das Marias por mais de 18 anos ali, sinto que a manutenção na

iluminação, na limpeza e na segurança, deveres de casa do governo local já ajudariam, e muito, os que ali vivem.”

*(Valéria Maria Silton Pinheiro, 61 anos, agente e gestora cultural)*

145. “A principal delas é a brutal desigualdade econômica e social. A riqueza é concentrada em alguns poucos bairros e em algumas poucas pessoas. Tudo mais advém daí, é preciso repensar o modelo de desenvolvimento da cidade, orientando políticas públicas para as potencialidades econômicas da periferia.”

*(João Joaquim de Melo Neto Segundo, 58 anos, educador popular)*

146. “Gostaria que desaparecessem as duas coisas que mais me atingem dentro da minha capacidade empática, que é a falta de acesso à alimentação e a falta de acesso à educação. A alimentação de qualidade e a educação para todos deve ser prioridade pública. Todos os dois itens deveriam ser considerados como ferramenta de fortalecimento social, garantindo desenvolvimento para todas as outras instâncias.”

*(Vanessa Santos Silva, 47 anos, professora)*

147. “Deficiente assistência hospitalar e cuidados preventivos de saúde da população. Falta de estrutura e tecnologia nas unidades públicas escolares. Deficiência nas campanhas que fortalecem a necessidade de preservação do patrimônio público e do respeito ao meio ambiente.”

*(Jonila Ilza Silva Franklin, 63 anos, professora)*



**“A falta de oportunidade e acesso em relação às iniciativas empreendedoras que precisam chegar em todas as áreas da cidade.”**

*Ana Valéria E. Mendonça*



**“Desigualdade social. Falta de acesso à cultura na periferia e falta de oportunidades de trabalho digno aos artistas.”**

*Narcélio Moreira Dantas*

148. “O descaso com o patrimônio edificado, bem como a ausência quase que total de políticas públicas para reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial. A inexpressiva presença de obras artísticas em espaços públicos e o desleixo com as poucas obras que existem. Esta questão envolve os níveis municipal, estadual e federal e ainda entidades de classes.”

*(Calé Alencar, 65 anos, cantor e compositor)*

149. “Falta de consciência e prática quanto à limpeza urbana, desrespeito ao meio ambiente e insegurança.”

*(Paulo Alcântara Saraiva Leão, 54 anos, analista de gestão de tecnologia da informação)*

150. “Desemprego e ocupação precária. Violência urbana e facções ligadas ao tráfico comandando comunidades na periferia. Residenciais, áreas habitacionais precárias e de risco ,ZEIS, não reconhecidas e desassistidas.”

*(Silvana Maria Parente Neiva Santos, 61 anos, economista)*

151. “A falta de individualismo implicando na cidadania.”

*(Ismael de Andrade Pordeus Júnior, 72 anos, antropólogo e professor)*

152. “Durante a pandemia, vimos vir à tona a desigualdade historicamente ignorada em nossa cidade. Desejo e espero, sinceramente, que Fortaleza nunca mais finja desconhecer a situação em que se encontram os seus filhos mais humildes.”

*(Carla Sofia Pereira, 51 anos, advogada e professora)*

153. “Desigualdade social. Falta de acesso à cultura na periferia e falta de oportunidades de trabalho digno aos artistas.”

*(Narcélio Moreira Dantas, 43 anos, artista e designer)*

154. “O maior problema da cidade é a desordem urbana, que se traduz em espaços públicos descuidados e sujos. Ausência de eventos e equipamentos culturais e esportivos nas praças e espaços públicos da cidade. Desvalorização de seu patrimônio natural e cultural. Essas características que gostaria que desaparecessem pós pandemia.”

*(Geovana Maria Cartaxo de Arruda, 50 anos, professora e advogada)*

155. “Depois da pandemia, gostaria que as pessoas se indignassem mais com as desigualdades sociais.”

*(Jair do Amaral Filho, 67 anos, economista e professor)*

156. “A falta de saneamento nas periferias, a desigualdade social levando muitos jovens a serem recrutados pelo tráfico, a violência presente, a saúde precária.”

*(Maria Aparecida Fonseca Lima-Cidinha Fonseca, 65 anos, artista visual)*

157. “Desejo de ver menos desigualdade social. O prefeito Roberto Claudio fez um excelente trabalho nesse sentido, mas essa é uma tarefa de todos e que depende sobretudo da união entre o poder público e a iniciativa privada.”

*(Alexandre Pereira Silva, 55 anos, administrador)*

158. “Ocupação desorganizada do espaço público, sem respeito ao ordenamento necessário. Em momentos como este, de restrições sanitárias, isto é um grande desafio.”

*(Antônio Gilvan Silva Paiva, 56 anos, sociólogo)*

159. “Uma cidade menos desigual. Uma cidade com menos espaços fechados e mais espaços abertos.”

*(Orlando Lustosa, 30 anos, empreendedor)*

160. “A falta de espaços comuns destinados ao lazer como praças arborizadas e similares.”

*(Samuel Alves Facó, 56 anos, advogado)*

161. “Fortaleza tem, ao longo de sua existência, desrespeitado a preservação de seu patrimônio natural, arquitetônico, histórico e afetivo. A pandemia nos mostrou que meio ambiente e sociedade estão intrinsecamente ligados. Espero que se construa um novo olhar sobre nossas lagoas, rios, praias, dunas, flora, fauna, edifícios históricos e memórias afetivas.”  
(*Maria Amélia Bernardes Mamede, 58 anos, jornalista e empreendedora cultural*)

162. “Essa segregação socioespacial que nega o direito à cidade a uma parcela grande da cidade, em especial, a juventude das periferias.”  
(*João Alfredo Telles Melo, 61 anos, professor e advogado*)

163. “A desigualdade, a violência, a falta de solidariedade e o preconceito.”  
(*Cláudio Ricardo Gomes de Lima, 61 anos, professor*)

164. “Durante esse percurso da quarentena, movido pelos ditames da pandemia, tenho indagado do porquê da ausência de uma cidadania histórica, urbana, cultural e afetiva mais ativa em nossa Fortaleza. Creio que esse seja um dos aspectos, somado a muitos outros, que nos dificultam restringir processos de desigualdades disseminados no seio da população.”  
(*Gylmar Chaves, 61 anos, escritor*)

165. “Em meio à pós-pandemia, mortes, desemprego, isolamento e a insegurança gerada a partir da fragilidade das pessoas pelas incertezas, o embate político, o problema de saúde pública, ou seja, um guarda-chuva que abriga questões e nos traz uma reflexão sobre o destino da sociedade que queremos. O maior enfrentamento vivenciado nos grandes centros, com certeza, é a realidade dos moradores de rua, principalmente aqui, no Centro de Fortaleza. A ausência de uma política pública mais incisiva para atender a essa população precisa ser implementada emergencialmente, para que possamos banir essa paisagem dos nossos olhos, das nossas vidas.”  
(*Francisca Andrade de Moraes, 67 anos, engenheira e gestora cultural*)

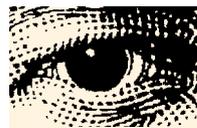
166. “Violência pública. Tráfico de drogas. Excesso de comércio informal que conturba o Centro da cidade

e o calçadão da Beira-mar. Infraestrutura do transporte público. Balneabilidade das praias. Limpeza urbana.”  
(*Circe Jane Teles da Ponte, 56 anos, professora e empresária*)

167. “A imensa apartação social que ficou exposta na pandemia.”  
(*Mônica Barroso, 66 anos, defensora pública*)

168. “A exaltação aos muros e à gentrificação. A remoção de comunidades com uso da força policial. O descaso ambiental.”  
(*Ramon Barroso Sales, 30 anos, artista visual e produtor cultural*)

169. “Na área da cultura falta investimento em equipamentos que possam absorver os talentos da cidade,



**“A insegurança na vida das pessoas nos bairros em geral e o desemprego para moradores da periferia.”**

*Anya Ribeiro*

com o trato profissional, incluindo também os talentos dos bairros da grande fortaleza, valorizando o fazer artístico numa mostra permanente.”  
(*José Amaro Alexandre Fonseca, 62 anos, músico e advogado*)

170. “Sem dúvidas, Fortaleza precisa reduzir suas desigualdades sociais e suas referências simbólicas dessa situação. Fortaleza é muito consumista e ostenta isso.”  
(*Glauber Santos Paiva Filho, 50 anos, cineasta*)

171. “A redução dos ambulantes nas ruas nas baracas de praia. Redução e ou treinamento dos vende-

dores de pacotes para praias na Beira-mar. Melhoria de limpeza das ruas. Ampliar e melhorar as estações de *bike*, isto reduz a transmissão de doença nos ônibus (caso vírus), uma questão de saúde pública. Implantar política de apoio aos eventos/ pequenos negócios turísticos.”

*(Enid Câmara de Vasconcelos, 49 anos, empresária do setor de eventos)*

172. “A primeira delas é a distância social que precede a pandemia, movida pela desigualdade, pelo preconceito, segregação e ódio às diferenças. A segunda é a concentração de riquezas e privilégios. A terceira emerge do individualismo, da multiplicação de muros e fortalezas, da ideia de que apenas importa a sua sobrevivência e de seus pares.”

*(Glória Maria dos Santos Diógenes, 62 anos, professora e antropóloga)*

173. “A desigualdade social que ainda é muito grande em nossa cidade. A falta de saneamento básico na maioria das moradias.”

*(Neuma Brito Figueiredo, 64 anos, produtora de eventos)*

174. “Características negativas: trânsito, insegurança, falta de estruturas para pedestres (calçadas, passagens), melhoria dos espaços públicos, como praças e parques.”

*(Celina Peixoto Lima, 61 anos, professora)*

175. “Melhorasse a segurança pública, melhorasse os locais para se estacionar nas vias da cidade, melhorasse também o atendimento ao público pois, ainda acho muito precário.”

*(Marília de Pontes Peixoto, 62 anos, economista)*

176. “Penso que o principal ponto negativo é como os cuidados pela cidade destoam entre regiões, amplificando as desigualdades. Quem precisa de mais deve receber mais, entretanto, essa não é a realidade. Meu desejo é viver em uma cidade mais justa pra todos.”

*(Leonardo Moura Leitão, 39 anos, empresário)*

177. “Fortaleza precisa enfrentar o desemprego, a alta concentração de renda e a desvalorização dos espaços públicos.”

*(Nágyla Drumond, 44 anos, socióloga e professora)*

178. “Insegurança. Ainda somos reféns de muita impunidade e violência em nossa cidade. Enquanto isso persistir, os espaços públicos não serão plenamente ocupados. Há hoje uma grande impunidade no trânsito da nossa cidade, não há fiscalização, principalmente de motocicletas, o que leva a um trânsito caótico e por vezes violento.”

*(José Eurico de Vasconcelos filho, 43 anos, diretor de tecnologia)*

179. “Crise no emprego. Queda na receita nos setores de turismo e construção civil. Aumento da desigualdade econômica e social. Aumento das agressões domésticas as mulheres.”

*(Márcia Rocha Holanda, 62 anos, economista)*

180. “A insegurança na vida das pessoas nos bairros em geral e o desemprego para moradores da periferia.”

*(Anya Ribeiro, 72 anos, consultora empresarial em planejamento, gestão e marketing em turismo)*

181. “A falta de segurança e a desigualdade entre as pessoas. Precisamos acreditar em um futuro igual para todos.”

*(Francisco Cláudio da Silveira, 58 anos, produtor de eventos)*

182. “Que tivéssemos um metrô realmente funcionando e que recortasse a cidade de forma a podermos utilizar e diminuir o fluxo de trânsito. Melhora na valorização da Praia do Futuro de forma condizente com o que se cobra de IPTU na mesma região.”

*(Indira Guedis Guimarães, 49 anos, administradora)*

183. “Uma cidade segura em que a vida e o patrimônio das pessoas são preservados, assim como a natureza, é a condição básica para a dignidade, o bem-estar e para a atração de visitantes, de talentos e de oportunidades. O nível de excelência no atendimento de serviços de saneamento, educação e saúde não pode depender do quanto se tem condições de pagar. A convergência no padrão e na amplitude na prestação de serviços públicos a todos os cidadãos garantem a equidade tão importante para o combate à pobreza e à desigualdade.”

*(Expedito José de Sá Parente Júnior, 40 anos, engenheiro químico)*

184. “Gostaria que houvesse foco nas desigualdades sociais, que através de um projeto de políticas públicas voltadas a crianças, jovens das periferias e moradores de rua, enfraquecêssemos o poder do tráfico e assim melhorássemos a segurança da Cidade.”

*(Edlisa Barbosa Peixoto, 48 anos, psicóloga e documentarista)*

185. “Estamos acompanhando um aumento do número de moradores de rua. Somos uma cidade sem políticas voltadas para população de rua. Não temos abrigos, dormitórios, políticas de recolocação profissional e nem assistência de saúde específica para este segmento.”

*(Andrea Vasconcelos Maranhão, 45 anos, socióloga e produtora cultural)*



**“Camarotização  
(segregação social).  
Violência urbana.  
Desigualdade social  
e gentrificação.”**

*Alexssandra Ferreira Ximenes*

186. “Neste tempo brutal que nos obriga, aos atentos, a enxergar e ouvir o invisível e o inaudível que nos cerca, espero que o melindre costumeiro do fortalezense e a reação provinciana ao outro e ao novo, desapareça. Assim, fazendo-nos crescer pela diversidade e pela soma dos que nos abrem os olhos para novos desafios e adequações necessárias para evoluirmos social e culturalmente.”

*(Rian Fontenele Cunha, 43 anos, artista visual e arquiteto)*

187. “Certamente o que temos em Fortaleza de mais negativo é o “apartheid social”, um problema nacional, mas que se destaca aqui pela alta concentração de renda. Um turista que sair do circuito Aldeota, e pular o “muro” virtual da Av. da Universidade vai conhecer uma periferia dominada por gangues, sem mando do poder público, de fazer “corar” as favelas do Rio.”

*(Antônio Mauro Barbosa de Oliveira, 66 anos, engenheiro)*

188. “O desaparecimento da desigualdade social seria um sonho, mas podemos começar pela universalização do acesso ao saneamento básico em Fortaleza.”

*(Annia Melo de Saboya Cruz, 54 anos, analista de sistemas)*

189. “Diminuísem a deficiência na educação, concernente a assuntos completamente ignorados, subestimados ou fragmentados. Os programas não colocam nos centros das preocupações, sobre formações dos jovens, futuros cidadãos, conhecimento pertinente, contextualizado, histórico e geográfico, ligando as partes ao todo e o todo às partes, possibilitando uma pressão consequente da opinião pública sobre os gestores.”

*(Francisco Eudório Fernandes, 75 anos, professor e advogado)*

190. “Gostaria de ver Fortaleza superar a triste posição de 5ª capital mais desigual do planeta. Retirar da situação de extrema pobreza as mais de 204.000 famílias que nela se encontram e retirar da situação de pobreza as mais de 39.000 famílias que assim vivem. É preciso erradicar a desigualdade que nos assola. Retirar da situação de rua as milhares de famílias que hoje não têm um teto para morar e encontram nas ruas de Fortaleza seu refúgio. Eliminar a violência doméstica contra mulheres, meninas, meninos, pessoas com deficiência e idosos que ainda nos envergonha por falta de uma política pública de prevenção eficiente.”

*(Larissa Maria Fernandes Gaspar da Costa, 37 anos, advogada e servidora municipal)*

191. “Camarotização (segregação social). Violência urbana. Desigualdade social e gentrificação.”

*(Alexssandra Ferreira Ximenes, 49 anos, artista visual)*



## 2 Quais aspectos ou características positivas de Fortaleza você gostaria que surgissem ou fossem ampliados depois da pandemia?

1. “Solidariedade e reinvenção das cadeias produtivas locais.”  
(Roberto de Carvalho, 42 anos, bibliotecário)
2. “A solidariedade do povo cearense com os mais necessitados.”  
(Linéia Diógenes, 55 anos, bibliotecária)
3. “Melhores alternativas de transportes públicos e mais creches e escolas de ensino fundamental em tempo integral.”  
(Ludmila da Silva Santiago, 40 anos, contadora)
4. “Preservação do meio ambiente e práticas ao ar livre.”  
(Joana, 39 anos, funcionária pública)
5. “Solidariedade e empatia. Uma Fortaleza saudável e culturalmente ativa.”  
(Liliana, 61 anos, professora do setor público)
6. “Que houvesse segurança para que o fortalezense pudesse desfrutar dos espaços públicos e do direito de ir e vir com tranquilidade.”  
(Priscilla, 37 anos, assistente social)
7. “Mais acessos às artes em geral para todos.”  
(Maria de Fátima Oliveira Monteiro, 31 anos, designer de moda)
8. “Investimento em esportes e atividades culturais. Bem como investimento em atendimentos que visem o cuidado da saúde mental.”  
(Natacha Farias Xavier, 32 anos, psicóloga e professora)

9. “O número de escolas públicas que vem sendo ampliado em algumas Regionais. A fomentação do acesso da população aos parques e praças.”

*(Marileuda Silvestre Ferreira, 36 anos, assistente social)*

10. “Marcar exames, mesmo em hospitais públicos, de forma virtual, bem como continuasse a acessibilidade digital para resolver problemas bancários.”

*(Wermesson Ferreira de Souza, 22 anos, corretor de imóveis)*

11. “Assistência de saúde mental para a população e a inclusão de educação emocional nas escolas (crianças e adolescentes).”

*(Marilene Silvestre Ferreira, 31 anos, autônoma)*

12. “Empatia, solidariedade e limpeza urbana. Atividades de lazer e esporte ao ar livre. Ciclovias/ciclofaixas.”

*(Raíssa Furtado, 32 anos, tecnóloga em hotelaria)*

13. “Aumento das unidades e profissionais de saúde.”

*(Ana Virgínia Silva Rogério, 32 anos, técnica de enfermagem e assistente social)*

14. “Mantivesse os investimentos que foram para a população como algo prioritário e a estabilidade na tranquilidade de vida do cidadão.”

*(Maria Eriluce Rocha de Oliveira, 51 anos, agente administrativo)*

15. “Cuidado com os idosos e crianças de rua.”

*(Silvana Alexandre Guimarães, 40 anos, cuidadora de crianças)*

16. “Auxílio com cestas básicas para a população carente. Diminuição de cobranças dos mais necessitados.”

*(Jônatas Gadelha, 35 anos, designer gráfico e fotógrafo)*

17. “Desejo que se amplie ou criem políticas sociais de atendimento às pessoas mais carentes com cestas básicas, bem como conjuntos habitacionais.”

*(Silvana Melo de Sousa, 51 anos, professora)*

18. “Um aspecto que deveria continuar era a limpeza frequente dos ônibus e topiques com álcool para prevenir doenças como a gripe.”

*(Pedro Wilkson, 24 anos, assistente administrativo)*

19. “Cena cultural, artistas locais e culinária, pois nossa cidade é riquíssima em cultura, assim como as praias e a beleza da natureza desta cidade.”

*(Brenda Viana, 26 anos, estudante)*

20. “Ampliação da qualidade e da oferta dos transportes coletivos. Reforço nos programas de habitação.”

*(Danilo Ramalho Gurgel, 31 anos, professor)*

21. “Após a pandemia, o que mais espero é o reaquecimento do mercado e a possibilidade de reocuparmos os espaços públicos e privados. Com certeza isso trará mais alegria e sorriso em nossa rotina.”

*(Diego, 30 anos, designer gráfico)*

22. “Mais incentivo e apoio para oportunidades de trabalho informais, a exemplo de vendedores ambulantes, motoristas de aplicativo e similares, para suprir a falta de empregos formais.”

*(Leonardo Alves da Costa, 34 anos, desenvolvimento de software)*

23. “Mobilidade urbana está melhorando na parte ciclística. Bilhete único funcionando.”

*(João Batista Salmito Alves de Almeida, 50 anos, agrônomo)*



**“Ampliação da qualidade e da oferta dos transportes coletivos. Reforço nos programas de habitação.”**

*Danilo Ramalho Gurgel*

24. “Melhoria da saúde, da segurança pública e do trânsito.”

*(Maria Helena Rodrigues Campelo, 31 anos, psicóloga e assistente social)*

25. “Melhorias na rede de mobilidade e na rede de educação. Estes dois aspectos podem melhorar a qualidade de vida dos fortalezenses em várias etapas da vida e em diferentes regiões da cidade. São políticas que têm impactos principalmente sobre as comunidades mais pobres da cidade e podem favorecer a mobilidade social da população negra e mulheres.”

*(José Cristiano Lima Pereira – Nick, 37 anos, gestor de projetos)*

26. “Melhor mobilidade para pedestres. Melhor sistema de ônibus.”

*(Vitória Maria Ribeiro, 22 anos, estudante)*

27. “Que Fortaleza pudesse ser mais plural, mais voltada não para o estrangeiro que virou turista, que nossa cultura pé de barro (frágil) pudesse ser de raiz, feita pelo povo e para o povo e não apenas para gringo ver! Que a criatividade e a autonomia pudessem ser estimuladas (o jeito cearense de ser) e não castradas e renegadas à marginalidade, colocadas na contramão e sufocadas pelos métodos repetidores, sem reflexão!”

*(Tiago Ribeiro Lima, 33 anos, produtor cultural)*

28. “Atividades de lazer e esporte gratuitas ao ar livre, programação infantil nos espaços públicos da cidade.”

*(Jana Alencar Eleuterio, 34 anos, assistente social e professora)*



**“Mobilidade urbana está melhorando na parte ciclística. Bilhete único funcionando.”**

*João Batista Salmito Alves de Almeida*

29. “Mais locais de lazer e melhoria da rede de transporte.”

*(Alexandre Maia, 41 anos, agrônomo)*

30. “Melhoria das ciclovias, como limpeza e iluminação.”

*(Fabiola Pessoa Pontes, 48 anos, assistente social)*

31. “A solidariedade deveria ser algo mais consistente na sociedade. Levar em consideração também a questão de empatia, algo que pouca gente pratica.”

*(Moacir de Souza Júnior, 51 anos, professor)*

32. “Valorização dos funcionários da saúde e educação. A importância da arte em nossas vidas.”

*(Lícia Maria, 37 anos, professora)*

33. “A concretização de mais ações solidárias para a população carente e a continuidade de ajuda através de remuneração aos mais necessitados.”

*(Tânia Maria Gonçalves da Silva Cruz, 57 anos, dona de casa e graduada em Serviço Social)*

34. “Saneamento básico. Mais acesso da população à saúde.”

*(Diony Maria Barroso de Alencar, 67 anos, professora)*

35. “Saúde e educação.”

*(Rogério Sousa, 61 anos, professor)*

36. “Preocupação com as pessoas em condições de vulnerabilidade. Cuidados com as praias e espaços públicos.”

*(Bia Fiuza, 36 anos, empreendedora)*

37. “Gostaria que o SUS fosse uma realidade, pois parece utopia falar em SUS. Gostaria de ver hospitais limpos e com equipe de profissionais da saúde sendo tratados com dignidade, desde o maqueiro ao auxiliar de limpeza, e que toda a turma tivesse os mesmos direitos. Gostaria de uma cidade limpa, que saneamento básico e água potável chegassem até o cidadão mais pobre.”

*(Raimunda de Paula, 58 anos, funcionária pública)*

38. “Ampliar o turismo sustentável com geração de

empregos e a malha metroviária.”

*(Sara Maria Cavalcante Barroso, 71 anos, médica sanitária)*

39. “Incentivo à educação, arte e lazer para as crianças e adolescentes e cursos profissionalizantes.”

*(Hedla Viana, 45 anos, empreendedora, autônoma e dona de casa)*

40. “Ampliação das Areninhas e projetos esportivos nas comunidades.”

*(José Milton Sales Lopes, 59 anos, consultor)*

41. “A presença dos representantes do poder público nos meios de comunicação durante a crise mostrava uma certa empatia e vontade de ajudar. Iniciativa de pessoas do povo que tiveram e continuam tendo atitudes de solidariedade com as pessoas que ficaram em situação de fragilidade.”

*(Maria Elisabeth Melo Sampaio, 67 anos, professora)*

42. “A distribuição de renda mais equilibrada, com certeza, junto a uma boa educação e capacitação de nossos jovens, viria a contribuir com a redução dos aspectos negativos da nossa cidade.”

*(Diego David Lemos de Sousa, 33 anos, editor de vídeo e designer gráfico)*

43. “Gostaria de ver os bairros de Fortaleza se desenvolvendo através das suas aptidões e características comerciais, gerando emprego e renda. Seria de grande valia a valorização e atenção aos agentes de cidadania, pois além de conhecer tudo sobre os bairros, prestam um serviço relevante sem remuneração. O mínimo que a prefeitura pode fazer em contrapartida é atender às suas solicitações.”

*(José Erivan de Sousa Aguiar, 60 anos, corretor de imóveis)*

44. “Todos nós somos conhecedores que Fortaleza, Ceará, Brasil, e o Mundo estão passando pela pior crise epidemiológica de todos os tempos, e que um fato dessa natureza só os nossos antepassados presenciaram há cerca de 102 anos, ainda na década de 1918 a 1920, com a gripe espanhola. Nos dias de hoje, 2020, com a contaminação do novo coronavírus, o nosso povo for-



**“Atividades de lazer e esporte gratuitas ao ar livre, programação infantil nos espaços públicos da cidade.”**

*Jana Alencar Eleuterio*

talense e cearense, nós só conseguimos obter sucesso na estabilização da contaminação graças a nossa atual conjuntura política e econômica, e a parceria dos nossos governantes municipal e estadual, que estão juntos por Fortaleza. E como estamos nos aproximando de um pleito eleitoral – 2020, que o próximo gestor da prefeitura da Cidade faça valer o Projeto do Ciclo Fortaleza – 2040, dando continuidade e mantendo os projetos que estão prontos, concluindo os que estão por terminar e melhorando os que precisam ser melhorados, com a sabedoria de procurar manter, preservar e valorizar a Coordenadoria Especial de Planejamento Participativo – CEPS.”

*(Francisco Paulo de Almeida – Motoca, 56 Anos, conselheiro municipal de planejamento participativo)*

45. “A compreensão com o próximo e melhoria da qualidade de vida.”

*(Rômulo Andrade da Silva, 31 anos, analista de planejamento e gestão e estatístico)*

46. “Que o teste para a Covid-19 fosse organizado, como fazem nas vacinas, nos profissionais de saúde, professores, militares, pessoas com prioridades (idoso, crianças, grávidas e pessoas com deficiência) e depois pessoas com doenças crônicas. E, por último, pessoas com suspeitas (agendamento). Psicólogos contratados temporariamente para consultas imediatas aos familiares que tiveram óbito de algum parente (urgente).”

*(Lúcia Silva, 57 anos, gestora hospitalar)*

47. “Um protocolo criança e adolescente com planejamento/orçamento de todas as secretarias unificadas para dar mais evidência na gestão e acompanhamento da sociedade. E a construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - PMLLLB (construção coletiva OG e OSC) e, a partir dele, Fortaleza ter ações concretas para o fomento à leitura e contribuir para uma sociedade mais justa, estabelecendo a literatura como direito humano.”

*(Alilian Gradela, 56 anos, gestora social)*

48. “Continuar as fiscalizações (AMC e Prefeitura), por exemplo, com relação às mesas nas calçadas, obstrução de acesso aos pedestres e lixo.”

*(Max Pinheiro, 44 anos, técnico de informática)*

49. “Atividades culturais, oportunidades de estudo e emprego para todas as gerações.”

*(Ana, 31 anos, professora)*

50. “Os espaços públicos, como praças e parques. A melhoria do transporte público, com ampliação do serviço nos pontos mais carentes, e regulamentação quanto aos horários e quantidade de veículos disponível.”

*(Carmem Ciene Pinheiro Santos, 35 anos, professora)*

51. “Precisamos de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua. Ampliação dos aparelhos e serviços especializados no cuidado e acolhimento, e qualificação da equipe profissional. É notório que o Centro Pop, albergues e abrigos não dão conta da demanda. Uma sugestão seria fazer parcerias com ONGs e projetos sociais, por seleção via edital, para o investimento em ações e projetos que viessem a engajar sociedade civil e órgãos públicos na assistência a essa população.”

*(Luciana Pereira de Freitas, 33 anos, pesquisadora acadêmica)*

52. “Incentivo à locomoção coletiva e de bicicleta e menos carros. Promoção de eventos e usos diversos dos espaços públicos.”

*(Lara Denise Oliveira Silva, 32 anos, professora)*



**“A solidariedade deveria ser algo mais consistente na sociedade. Levar em consideração também a questão de empatia, algo que pouca gente pratica.”**

*Moacir de Souza Júnior*

53. “O cuidado com a saúde da população da periferia, possibilidade de qualificar o home office.”

*(Wellington Nascimento, 38 anos, pedagogo)*

54. “A organização das barracas e respectivas ampliações.”

*(Reinaldo Araújo Gregoldo- amigo Alê, 31 anos, pedagogo)*

55. “Ciclovias. Acesso aos eventos culturais.”

*(Alexandra Maria Souza, 38 anos, promotora de vendas)*

56. “Gostaria que Fortaleza tivesse mais árvores, parques, áreas verdes e mais pessoas se encontrando e convivendo neles.”

*(Carla Weyne, 39 anos, psicóloga)*

57. “Desde o início da pandemia era para ter sido feito um planejamento de fiscalização com a população para minimizar o contágio da doença e seguir as normas orientadas pelos profissionais da saúde que estão na linha de frente. Sem fiscalização não há conscientização.”

*(Catiulce, 40 anos, pedagoga)*

58. “Higienização do transporte público. Obrigatoriedade de máscara e álcool em hospitais e postos de saúde (para diminuir a contaminação dos pacientes e dos profissionais de saúde).”

*(Natália de Castro Medeiros, 22 anos, estagiária)*

59. “Fortaleza é uma cidade de luz. Gostaria que a solidariedade entre as pessoas e organizações comunitárias perdurasse, bem como a capacidade de resposta interinstitucional.”

*(Isabel Sousa, 33 anos, advogada e consultora de projetos)*

60. “Gostaria que a cidade investisse mais em incentivo à arte, como música, teatro e dança, atingindo principalmente a periferia da nossa cidade.”

*(Santino Loruan Silvestre de Melo, 27 anos, professor)*

61. “Seria fundamental que os jovens, principalmente de regiões periféricas, tivessem mais oportunidades de lazer, com incentivos em música, teatro e arte.”

*(Renato Barros Alves, 33 anos, designer gráfico)*

62. “O espírito festivo de ciclos como o carnavalesco e o junino, o réveillon e outros eventos e manifestações coletivas que, aliados ao potencial artístico de Fortaleza, podem gerar uma agenda cultural das mais ricas e efervescentes, se houver políticas públicas atentas e adequadas. Outro ponto é a beleza da cidade, que possa ser usufruída pela ampliação de espaços verdadeiramente públicos e de qualidade.”

*(Paulo Roberto Vianna Júnior, 44 anos, diretor de TV e produtor cultural)*

63. “Aumentar o número de abrigos para acolhimento à população de rua. Aumento no número de médicos disponíveis para atendimento nos postos de saúde, no Programa Saúde da Família.”

*(Soraide Paz de Oliveira Lima, 56 anos, professora)*

64. “A educação e a política pública de juventude. Crescemos muito, mas somos muito grandes e ainda temos muito a crescer. Educação e PPJ têm trazido esperança às famílias.”

*(Jéssica Santana, 29 anos, historiadora)*

65. “Ampliação da rede de esgoto nas periferias. Praças de lazer com equipamentos para exercícios físicos e práticas esportivas. Ampliação da Rede Cuca com mais direcionamento dos jovens ao primeiro emprego. Melhorias no atendimento básico de saúde com mais médicos nos postos e UPAs, e na educação com construções de creches para as mulheres poderem desenvolver alguma atividade de crescimento pessoal.”

ções de creches para as mulheres poderem desenvolver alguma atividade de crescimento pessoal.”

*(Antônio Pereira de Moura Júnior, 35 anos, pastor)*

66. “Que os hospitais de campanha fossem aproveitados depois da pandemia para atendimento das comunidades. E que fossem criados projetos para os idosos.”

*(Manoel Santana, 53 anos, educador social)*

67. “Políticas públicas direcionadas para juventude. Apoio aos pequenos empreendedores culturais.”

*(Pedro Silva, 34 anos, professor)*



**“Valorização dos funcionários da saúde e educação. A importância da arte em nossas vidas.”**

*Lícia Maria*

68. “A política de cultura e ocupação dos equipamentos culturais feita pelo Governo do Estado. A qualificação de parques estaduais como o Cocó e o Adahil Barreto, que poderia ser estendida a locais como o parque Rio Branco, que é municipal.”

*(Camila Garcia, 36 anos, jornalista)*

69. “Reconhecimento e apoio às ações e projetos sociais.”

*(Ana Érica Araújo, 23 anos, estudante)*

70. “Mais feiras de artefatos regionais e a ampliação das atividades culturais nas periferias.”

*(Ana Larisse Santos Barbosa, 23 anos, pesquisadora)*

71. “Distribuição de equipamentos de proteção individual e material de limpeza nos abrigos de crianças e idosos, Centros Pop, Centros de Cumprimento de Medidas Socioeducativas, presídios, comunidades carentes

da cidade. Campanhas sobre a necessidade de higiene pessoal e ambiental para a prevenção e combate a doenças na nossa cidade.”

*(Sulamita Alves Teixeira, 44 anos, defensora pública)*

72. “Um dos aspectos para uma maior ampliação são os acessos à cultura da cidade. E também um aspecto que possa ser construído são espaços de lazer em todas as periferias da cidade, pois o que existem estão, especificamente, em bairros mais investidos e considerados socialmente.”

*(Lucas Ferreira Lima, 24 anos, educador social e psicólogo)*

73. “Mobilidade urbana sustentável. Maior investimento e incentivo ao uso dos equipamentos públicos.”

*(Maria Loren Matos de Sousa, 26 anos, professora)*

74. “A criatividade e a resiliência também afloraram nesse momento desafiador. Políticas públicas que promovam e potencializem essas características são muito bem-vindas.”

*(Sávio Cunha da Paz, não informou a idade, educador e empresário)*

75. “Que os nossos lugares mais marcantes, como o Dragão do Mar e a Beira-Mar, continuem sendo espaços de convivência, de apreciar cultura, de trocas e de alegria. Que as nossas ruas continuem sendo ampliadas para que o transporte coletivo, as bicicletas e os pedestres tenham mais segurança e facilidade para se locomover pela cidade.”

*(Igor Pelúcio, 30 anos, empreendedor)*

76. “A cultura. Infelizmente, as ações culturais têm sido fortemente afetadas nesse desgoverno. Os espaços históricos, grupos de dança, de teatro e de música têm sido apagados na rotina do cotidiano. É necessário investir mais nessas ações populares. Valorizar nossos e nossas artistas, investir em novos talentos, ampliar cursos e capacitações nessas áreas em espaços como a Vila das Artes.”

*(Lucivânia Lima de Sousa, 30 anos, assistente social)*

77. “Ampliação de serviços para crianças e adolescentes na Rede Cuca como forma de prevenir a conec-

xão desses sujeitos com o crime organizado. Garantia do acesso à educação de qualidade.”

*(Milena Cerqueira Monteiro, 39 anos, assistente social)*

78. “A higienização das pessoas e, principalmente, dos locais. Aumento de verbas para a saúde. Cuidados com a saúde mental.”

*(Regivânia Marques Cordeiro de Castro, 33 anos, bancária)*

79. “A solidariedade entre as pessoas e o fomento das campanhas de doações para as famílias em vulnerabilidade social, dando visibilidade ao que cada um de nós pode contribuir e fazer algo de concreto.”

*(Sara Cavalcante Góis, 38 anos, psicóloga)*

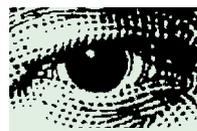
80. “A mobilidade urbana está cada dia melhor, vejo como um ponto positivo a ser ampliado ainda mais, não somente na Regional II, mas com ênfase também nas regiões que mais necessitam. Outro aspecto que vejo muito interessante, e que deve ser mantido, são os editais de cultura e arte, muitos equipamentos lançando ações e se movimentando para dar apoio aos artistas e profissionais ligados à arte.”

*(Débora Silva, 33 anos, tatuadora e artista visual)*

81. “A limpeza das praias e a capacitação da população no atendimento turístico de Fortaleza. É importante a avaliação constante das condições sanitárias da água do mar para o banho e a melhoria dos serviços de atendimento ao turista.”

*(Célio F. B. Melo, 54 anos, economista)*

82. “A cidade é bonita, aberta, ensolarada e espetacularizada, que se criasse lugares semelhantes aos cafés europeus a céu aberto. Aconchegos nas praças. Exce-



**“Atividades culturais, oportunidades de estudo e emprego para todas as gerações.”**

Ana

lentes viadutos e túneis que tornam o acesso rápido, ajuda muito. O povo é alegre e acolhedor, mas precisa aprender mais educação sanitária. Higienização dos mercados públicos.”

*(Luzia Neide Coriolano, 69 anos, professora)*

83. “Investimento em formação para professores em novas tecnologias e conteúdos transversais para produção de material didático e aulas mais dinâmicas e contextualizadas ao nosso tempo. Fortalecimento das práticas culturais nas comunidades para que a população tenha formas de simbolizar sua dor, construir juntos e de forma sensível, crítica e inventiva estratégias de mudanças sociais.”

*(Ticiane Santiago de Sá, 38 anos, psicóloga e professora)*

84. “Fortaleza, graças ao seu clima e topografia, é uma cidade propícia para fazer caminhadas ou andar de bicicleta. Gostaria que fossem ampliados os espaços para estas práticas em todos os bairros da cidade, garantindo acesso e segurança de todos e todas. Garantir e intensificar a preservação das belezas naturais da capital cearense, principalmente de seus parques e suas praias.”

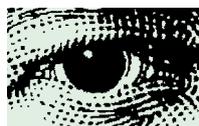
*(Maurício Bastos Russo, 46 anos, sociólogo)*

85. “Gostaria que houvesse um novo despertar para consciência coletiva entre os fortalezenses. Precisamos praticar ações concretas como cidadãos para o bem-estar social, diminuindo assim a dependência do setor público. Aumentar a oferta de emprego e oportunidades para jovens, adultos e idosos.”

*(Gilberto Costa Bastos, 64 anos, médico veterinário)*

86. “Queria que as pessoas fossem ainda mais às ruas, que pudéssemos tomá-las como de fato nossas. Não só no Centro e Meireles, onde este comportamento é forte, mas também no Pici, Monte Alegre, Jardins e tudo mais. Gostaria ainda que pudéssemos festejar nossas festas tradicionais, tantas mais vezes quantas perdemos. Múltiplas festas de São João, de carnaval, de Fortal. Para quem não gosta, que sejam múltiplos cinemas, museus e cafés. Múltiplos de tudo que é bom e perdemos.”

*(André Soares Lopes, 41 anos, professor e arquiteto)*



**“Incentivo à locomoção coletiva e de bicicleta e menos carros. Promoção de eventos e usos diversos dos espaços públicos.”**

*Lara Denise Oliveira Silva*

87. “A capacidade ampliada de atendimento aos pacientes nos hospitais, UPAs, postos de saúde e hospitais de campanha, ressaltando o bom atendimento aos pacientes. Os esforços dos governantes no combate à pandemia.”

*(Francinete Cabral Lima, 76 anos, agente social)*

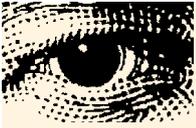
88. “As ciclovias construídas parecem bem úteis para uma parte da população e poderiam ser ampliadas, assim como campanhas para utilização dessas vias. Além disso, o turismo tem grande potencial em nossa cidade, e há necessidade de maior investimento nas áreas da cultura, esporte e lazer. Tudo ainda parece ser muito relacionado às praias. Precisamos ampliar esse potencial.”

*(Adriano César Carneiro Loureiro, 47 anos, professor)*

89. “A ampliação de ações de solidariedade que surgiram na pandemia. A maior ocupação e valorização dos espaços públicos pela população.”

*(Vitória, 32 anos, psicóloga)*

90. “O senso de comunidade que preponderou em meio a tantas adversidades e tragédias, onde Organizações Não-Governamentais – ONGs e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, o terceiro setor fortalezense como um todo, se prontificaram no combate ao coronavírus, contribuindo em diversas frentes. O altruísmo em Fortaleza, várias campanhas



**“Políticas públicas direcionadas para juventude. Apoio aos pequenos empreendedores culturais.”**

*Pedro Silva*

beneficentes foram criadas para arrecadar donativos para pessoas em situação de necessidade.”

*(Ana Samary Sérgio Costa, 27 anos, turismóloga)*

91. “Menos tráfego de veículos. Respeito a toda forma de vida que habita na cidade.”

*(Eduardo Aparício, 53 anos, jornalista e designer gráfico)*

92. “Projetos de assistência. O mar.”

*(Vanessa, 47 anos, professora)*

93. “Cuidado com os animais: ampliação dos trabalhos já realizados pela Prefeitura no tratamento com os animais domésticos, com hospitais e volantes nos Parques da Cidade. Na saúde, ampliação dos leitos hospitalares, aproveitando o que foi utilizado para combater a pandemia.”

*(Antônio Silvestre Leite, 54 anos, economista)*

94. “A reinvenção no momento da crise com o apoio nas plataformas digitais para divulgações e exposições de projetos artísticos-culturais, fortalecendo, aproximando e difundindo diferentes linguagens. A visibilidade e suporte necessários para os espaços e profissionais da cultura através do poder público (Lei Aldir Blanc firmada e ampliada).”

*(Larissa Montenegro, 33 anos, atriz e produtora cultural)*

95. “Nossas duas propostas de melhoria para Fortaleza seriam, entre outras, implantar o: 1 - PAI - Pro-

grama de Assistência ao Idoso. Nesta pandemia ficou clara a vulnerabilidade das pessoas idosas da periferia. Propomos desenvolver, em 100% das UBAs, o PAI, promovendo atividade física grupal, orientação dietética, prevenção de acidentes domésticos e assistência de saúde, assegurando longevidade com qualidade de vida. 2 - Comunidade Terapêutica Pública, há uma gritante deficiência, em Fortaleza, de um serviço público de atenção às pessoas em extrema vulnerabilidade devido à drogadição. Esta atenção está entregue às comunidades evangélicas, com suas visíveis distorções ou à Saúde Complementar, de acesso por parte da classe média que pode pagar. Propomos, portanto, a Construção de Comunidades Terapêuticas Públicas - CTP (01 CTP para duas Regionais de Saúde), visando acolher e oferecer cuidados contínuos de saúde, atividade física e terapia ocupacional, com funcionamento 24h/dia, para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, de ambos os sexos, que apresentem acentuada vulnerabilidade social e/ou familiar e demandem acompanhamento terapêutico e protetivo de caráter transitório.”

*(Manoel Dias da Fonseca Neto, 73 anos, médico)*

96. “Terra do sol com mar verdejante. Fortaleza é um dos destinos turísticos mais visitados no Brasil por suas belezas naturais. Incentivar, promover e divulgar cada vez mais nossa cultura, rica na simplicidade e acolhedora como nenhuma outra, repercute sobremaneira na economia do Estado, ao possibilitar o crescimento de emprego e renda.”

*(Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, 76 anos, promotora de justiça)*

97. “A urbanização é um ponto alto nesse quesito. Fortaleza tem investido bastante em obras de melhoria do fluxo de transportes, revitalizações de polos de lazer e infraestrutura. A educação também tem destaque na cidade como um todo, com a criação de creches, premiações para alunos e professores, estrutura e incentivos constantes no conhecimento.”

*(José Luiz Tavares, 32 anos, publicitário)*

98. “Gostaria que os órgãos gestores da cultura pensassem e implementassem políticas públicas contínuas durante o ano inteiro, com ocupação de seus espaços

culturais e da cidade como um todo. Gostaria de ver mais espaços restringidos para atividades de lazer e culturais, voltado para pedestres nos finais de semanas e feriados, permitindo uma maior integração urbana.”

*(Lindemberg Bezerra de Menezes, 35 anos, músico e artista autoral independente)*

99. “Reforço às atividades desenvolvidas pelos centros de arte e cultura, como a Rede Cuca. Incentivo ao estudo de Libras e idiomas estrangeiros nas escolas.”

*(Flávio Henrique Vilar de Melo, 32 anos, biólogo)*

100. “Fortalecimento do movimento antifascista, com formação para policiais e torcidas organizadas. Combate ao crime organizado.”

*(Aluizio Moisés de Medeiros, 61 anos, músico)*

101. “A educação transformadora e criadora de oportunidades para a vida. O estímulo ao esporte e à cultura. O fomento ao aprendizado de línguas estrangeiras, à educação financeira e o acesso e conhecimento à tecnologia e à codificação. Saúde como prevenção, ampliação do saneamento básico, 100% das residências com acesso à água e esgoto e o estímulo à alimentação saudável.”

*(Marcelo Monteiro, 49 anos, servidor público)*

102. “Que fosse mantido e ampliado o nível de medidas de atenção com a saúde básica da população, inclusive a mais carente. Mesmo com todas as dificuldades, Fortaleza e Ceará foram referências na pandemia.



“Menos tráfego de veículos. Respeito a toda forma de vida que habita na cidade.”

*Eduardo Aparício*

Política de limpeza urbana com ampliação da inclusão dos catadores de materiais recicláveis nos Ecopontos.”  
*(Thereza Neumann Santos de Freitas, 62 anos, engenheira eletricista)*

103. “Empatia e sustentabilidade.”

*(Rodolfo Lira, 33 anos, músico)*

104. “Acesso à cultura e programas sociais.”

*(Monyse Ravena, 32 anos, jornalista)*

105. “Mais reformas de base para a Educação. Isso diminuiria, mesmo que a longo prazo, a criminalidade na cidade. Proporcionar para a população mais ações que envolvam arte e cultura, como apresentações artísticas, atividades formativas etc.”

*(Aline Campêlo, 34 anos, atriz, palhaça e produtora cultural)*

106. “A pandemia impeliu os nossos olhares ao coletivo. Para enfrentarmos a Covid-19, deveríamos (e devemos ainda) cuidar dos outros, ampliar nossa atenção a todos aqueles que nos rodeiam. Penso que tal responsabilidade deva ser mantida após a pandemia, bem como uma maior atenção aos processos de higiene e saúde, algo que, até então, era visto como somenos em nossa cidade.”

*(Daniel Alencar de Carvalho, 28 anos, professor)*

107. “Cuidados com a qualidade da educação e atendimento social das crianças em creches e escolas. Maior e melhor efetivo profissional e equipamentos de saúde básica com distribuição territorial abrangente.”

*(Rodrigo Ponce de Leon, 46 anos, arquiteto e urbanista)*

108. “Gostaria que Fortaleza se tornasse um município favorável ao empreendedorismo, não precisaria criar novas leis, apenas revogar e rever aquelas que atrapalham o empreendedorismo na cidade. Regularização fundiária: Fortaleza possui imóveis aptos para moradia ou comércio que estão abandonados, sonho em ver isso resolvido de forma justa e ética.”

*(Augusto Feitosa, 27 anos, desenvolvedor de sistemas)*

109. “Gostaria que fosse ampliada a rede de assistência aos pequenos empreendedores, que tiveram a sua renda comprometida durante a pandemia. Outro aspecto positivo seria a redução da carga horária de trabalho presencial, proporcionando maior qualidade de vida aos trabalhadores.”

(Ellen Garcia da Silveira, 34 anos, socióloga)

110. “Maior uso de espaços públicos para eventos locais e de bairros. Maior oferta de serviços *on-line*.”

(Anderson Passos Bezerra, 35 anos, economista)

111. “Logo que me vi dentro desse pandemônio, imaginei que logo após tudo isso as pessoas seriam mais humanas.”

(Francisco de Assis Costa Cavalcante, 63 anos, empresário)

112. “A prática de trabalhar mais em *home office* reduziria a poluição causada pelos carros, bem como o barulho e os engarrafamentos.”

(Maria Eugênia de Queiroz Ferreira, 62 anos, economista)

113. “Além das soluções para minimizar os aspectos negativos mencionados, gostaria que as praias do Futuro e Iracema fossem revitalizadas para as famílias. Ambiente de negócios para empreendedores e investidores, abrigo e alimentação (preço popular) para moradores de rua e programa de educação para seus filhos. Centros veterinários e abrigos para animais de rua.”

(Robertta Braga Mota de Souza, 44 anos, administradora de empresas)



“Reforço às atividades desenvolvidas pelos centros de arte e cultura, como a Rede Cuca. Incentivo ao estudo de Libras e idiomas estrangeiros nas escolas.”

Flávio Henrique Vilar de Melo

114. “A melhoria de renda pela via do empreendedorismo criativo do nosso povo mais pobre.”

(Eudoro Santana, 84 anos, engenheiro civil)

115. “Noutro espectro, vimos a solidariedade escancarar. Esta que é filha da empatia e mãe da cidadania. Resta-nos a esperança.”

(Daniel Cardoso, 53 anos, professor e pesquisador)

116. “Capacidade de mobilização em prol de ações sociais urgentes, aumento da capacidade hospitalar e de iniciativas de prevenção a doenças, articulação política de alto nível entre governos e organismos multilaterais.”

(Adriana Araújo de Aragão, 51 anos, funcionária pública estadual)

117. “Aumentar o espírito de solidariedade entre as pessoas, sermos mais humanos. Aumentar o espírito empreendedor e a qualidade de vida das pessoas.”

(Desirée Custódio Mota, 56 anos, economista)

118. “A solidariedade foi um ponto positivo, bem como o comprometimento dos governantes.”

(João Eduardo Arraes de Alencar, 57 anos, economista)

119. “A Fortaleza acolhedora e iluminada, terra do sol e de oportunidades que a cada dia consolida a sua vocação de cidade de conexões aérea, marítima, rodoviária e de dados. Uma pluralidade cultural que deverá ser a mola mestra de um processo de internacionalização crescente com inovação e ganho de produtividade para uma economia sustentável e inclusiva.”

(Lauro Chaves Neto, 51 anos, professor)

120. “A cultura do pertencimento, sob suas mais diversas formas: na acolhida, no cuidado com os outros, na consciência da dimensão coletiva da vida urbana, no prazer de estarmos juntos, na energia para festejar e trabalhar de modo determinado e colaborativo. No interesse pela descoberta e pela invenção.”

(Kadma Marques Rodrigues, 55 anos, professora)

121. “Limpeza urbana, com mais garis, ampliação da coleta, implantação de coleta seletiva de verdade e efetivação de ações de paisagismo na cidade.”

(Selma Maria Santiago Lima, 55 anos, gestora cultural)

122. “Gostaria que a tendência natural para o Turismo que Fortaleza tem se expandisse em forma de turismo local.”

*(Ana Valéria Escolástico Mendonça, 58 anos, administradora hospitalar)*

123. “Uma Fortaleza que todos compartilhassem e zelassem ao mesmo tempo. Que houvesse a ocupação “afetiva” da cidade, da sua Beira-Mar, com seus esportes náuticos, das caminhadas ao final da tarde, na contemplação do pôr-do-sol, numa simples pedalada de bicicleta ou mesmo uma “pelada” numa Areninha. Uma reunião de amigos para apreciar um vinho, e ao som de Belchior, ou seja, uma cidade plural do próprio singular. E Fortaleza, então, será uma só.”

*(Régis Medeiros, 53 anos, hoteleiro)*

124. “Um dos principais aspectos que a pandemia nos mostrou é que precisamos atuar de forma colaborativa. A cooperação foi muito importante nesse período e eu gostaria que essa sensação de solidariedade e urgência em mudar o modo de viver em sociedade perdurasse.”

*(Byanca Pinheiro Augusto, 28 anos, especialista do Observatório da Indústria do Sistema- FIEC)*

125. “Maior limpeza do espaço urbano. Organização de espaços comunitários para apoio às pessoas em situação de rua ou vítimas de outras formas de vulnerabilidade econômica e social.”

*(Camile Queiroz, 40 anos, produtora cultural)*

126. “1) Juventude: Fortaleza se mostra muito jovem, ativa e inovadora, características de uma população que tem a juventude sempre correndo nas veias. Investir numa juventude com mais informações e possibilidades diversas de arte, cultura, ciência e esporte é uma característica que pode fazer de nossa cidade mais rica e mais potente. 2) Acolhimento: nossa cidade tem um povo extremamente acolhedor, sangue indígena de empatia em nossas veias, se investíssemos em um turismo que não se preocupasse em vender apenas o litoral e que deixa o restante da cidade morrer, e fizesse de nossos bairros, com cultura, mais possibilidades de acolhimento, nossa população já tem capacidade de fazer o restante. 3) História: Fortaleza herda uma histó-



**“A prática de trabalhar mais em home office reduziria a poluição causada pelos carros, bem como o barulho e os engarrafamentos.”**

*Maria Eugênia de Queiroz Ferreira*

ria do Ceará, pois é o ponto que recebeu gente de todo o estado, tem uma riqueza de saberes, conhecimentos, personalidades, que poderia ser valorizado, não existem roteiros culturais, de memória, de arte, de artesanato que não sejam os do litoral. Se aproveitássemos esse potencial teríamos uma cidade produzindo mais riquezas.”

*(José Talles da Silva Soares, 31 anos, poeta, editor e mediador de leituras)*

127. “Enfrentamento da pandemia da Covid-19, com respostas rápidas e eficazes. Implantação do binário Santos Dumont/Dom Luiz.”

*(José Borzacchiello da Silva, 75 anos, professor)*

128. “Apoio à inovação. Empreendedorismo, saúde e educação.”

*(Tecla Vieira Carvalho, 50 anos, executiva e química industrial)*

129. “Durante esse período, observei o surgimento de vários movimentos voltados para ajudar os pequenos empreendedores locais, tais como: Supera Fortaleza, Compre do Pequeno e Estímulo 2020. Essas ações que envolvem a sociedade civil organizada, o poder público e o setor privado possuem elevado poder transformador.”

*(Paulo Francisco Barbosa Sousa, 37 anos, economista)*

130. “Que todos possamos, indistintamente, aproveitar mais os espaços públicos ao ar livre da nossa cidade e valorizar as belezas naturais tão encantadoras que temos. Que nelas nos inspiremos para termos

cada vez mais tranquilidade, espontaneidade, empatia e gentileza e assim sejamos um povo cada vez mais pacífico e feliz.”

*(Ana Stela Vieira Mendes Câmara, 35 anos, professora)*

131. “Fortaleza tem territórios com características culturais próprias e essa riqueza é um valor que deve ser explorado. As cores, as danças, os sabores desses territórios podem florescer e criativamente incluir pessoas e grupos.”

*(Marcos Alberto de Oliveira Vieira, 52 anos, professor, sociólogo e fotógrafo)*

132. “Investimentos no campo da educação, saúde, cultura, esporte e lazer, além da infraestrutura urbana da cidade como um todo, incluindo a rede de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, despoluição de rios, riachos e lagoas. Ampliação da cobertura vegetal e espaços públicos de convivência.”

*(Duarte Ferreira de Sousa - Duarte Dias, 55 anos, cineasta)*

133. “Internacionalização. Fortaleza tem um grande potencial não apenas turístico, mas intelectual e devemos levar a visão de exportar conhecimento. Liberdade popular, vimos nessa pandemia que quanto mais liberdade o povo tem, mas eles têm capacidade de resolver seus próprios problemas comunitários e isso deve ser incentivado. Política educacional focada e alinhada aos avanços tecnológicos.”

*(Fabrício Monte Mendes, 31 anos, empreendedor social)*

134. “A passo que a cidade se mostrou muito mesquinha, mostrou-se também muito solidária. Descobrimos outras formas de estar juntos. O isolamento nos fez ter saudades dos nossos e de nossa cidade. Cada qual da sua Fortaleza particular. Quisera que depois dessa pandemia assumíssemos mais nossa cidade, suas áreas verdes, suas praias, seus habitantes, principalmente os mais vulneráveis. Quando tudo acabar, que venham os abraços em quem amamos e na cidade que insistimos em amar.”

*(Rafael Limaverde, 44 anos, artista visual)*



**“Aumentar o espírito de solidariedade entre as pessoas, sermos mais humanos. Aumentar o espírito empreendedor e a qualidade de vida das pessoas.”**

*Desirée Custódio Mota*

135. “Apesar de todas as características negativas expostas com a pandemia, uma parte da cidade e seus agrupamentos desenvolveu estratégias de colaboração e cooperação interessantes. Penso que isso não pode ser perdido. “Apesar de você”, há uma cidade que pulsa e que nos aponta saídas interessantes para toda essa crise.”

*(Lenildo Monteiro Gomes, 53 anos, gestor cultural)*

136. “Certamente o humor que nos é peculiar como forma de embelezamento da vida e abrasamento das emoções capazes de transformar o que parece impossível de transformar. A alegria de viver que pode ser revolucionária e mais contagiante do que o coronavírus.”

*(Ethel de Paula Gouveia, 49 anos, jornalista)*

137. “As pandemias, por outro lado, abrem à possibilidade de encarar nossas transgressões. Momento para refletir, encarar o complexo desafio de mudar. Reverter conceitos e atitudes. Oportunidade para transformar os pontos negativos em conquistas positivas para todos.”

*(Fernando Barroso, 65 anos, consultor em gastronomia e hospitalidade)*

138. “Trânsito menos caótico; higienização quanto ao descarte de lixo domiciliar; continuidade da redução sensível das atividades ruidosas noturnas, incluindo cultos religiosos; gentileza, embora ainda pequena,

e estímulo aos pequenos comerciantes e prestadores de serviço locais.”

*(João José Hiluy Filho, 59 anos, engenheiro químico e professor)*

139. “Fortaleza hoje é uma cidade cosmopolita. Isso é uma grande oportunidade. Ao mesmo tempo que recebemos o mundo, temos um potencial enorme de nos mostrarmos para o mundo.”

*(Leonardo Gonçalves, 43 anos, chefe de cozinha)*

140. “Criar espaços públicos com equipamentos esportivos em bairros periféricos como o Cuca da Barra do Ceará e centros profissionalizantes, em cada bairro.”

*(Christianne Coelho Silton, 58 anos, arquiteta)*

141. “A característica positiva foi a solidariedade de empresas, profissionais de várias áreas e voluntários se dedicando aos mais necessitados e carentes.”

*(Ethel Whitehurst, 66 anos, empreendedora social e consultora em artesanato e designer)*

142. “Condições climáticas, geográficas e potenciais socioculturais para sermos a cidade economicamente mais atraente da América Latina. Investimentos em infraestrutura com foco na redução das desigualdades sociais.”

*(Marcus Novais, 54 anos, arquiteto)*

143. “Sonho e quero realizar coletivamente a ideia de uma cidade conectada pela criatividade de sua gente aonde a inclusão e justiça social sejam agenda permanente. Tarefa de cada um de nós. Viva a utopia! Viva o Centro, Fortaleza!”

*(Paulo Probo, 52 anos, educador)*

144. “Fortaleza é linda, sua beleza natural precisa ser realçada, como, por exemplo, o morro Santa Tereziinha, o Poço da Draga. A própria Praia de Iracema, que ficou sem foco por tantos anos. O novo aterro da Beira-Mar está levando ainda mais problemas para Praia de Iracema (antiga). E as lagoas da Cidade, já pensou se fossem urbanizadas?”

*(Valéria Maria Silton Pinheiro, 61 anos, agente e gestora cultural)*

145. “O projeto mais estratégico de Fortaleza é o “E-Carroceiro”. Tem um componente ambiental, de geração de renda e fortalecimento das economias do bairro. O desenho articula poder público, empresa e terceiro setor numa mesma ação. Deveria ter 1.000 Ecopontinhos em Fortaleza trazendo para o centro do debate as emergências ecológicas e econômicas do pós-pandemia.”

*(João Joaquim de Melo Neto Segundo, 58 anos, educador popular)*

146. “Surgiram - e gostaria que continuasse após a pandemia - novas formas de comercialização de alimentos, de uma maneira mais criativa, sustentável e organizada, possibilitando maior eficiência e eficácia para os negócios gastronômicos. É de alta importância compreender que negócios gastronômicos comercializam necessidade primeira e tratá-los como tal pode contribuir como solução para questões alimentares da sociedade a que pertence.”

*(Vanessa Santos Silva, 47 anos, professora)*

147. “Manutenção e construção de hospitais públicos de qualidade que atendam a população. Obras públicas que facilitam a mobilidade urbana e o lazer da população. Valorização do magistério.”

*(Jonila Ilza Silva Franklin, 63 anos, professora)*



**“Maior limpeza do espaço urbano. Organização de espaços comunitários para apoio às pessoas em situação de rua ou vítimas de outras formas de vulnerabilidade econômica e social.”**

*Camile Queiroz*



**“Fortaleza tem territórios com características culturais próprias e essa riqueza é um valor que deve ser explorado. As cores, as danças, os sabores desses territórios podem florescer e criativamente incluir pessoas e grupos.”**

*Marcos Alberto de Oliveira Vieira*

148. “Que crescessem o envolvimento e a participação dos cidadãos nas festas do calendário popular e oficial, onde as manifestações culturais sejam apoiadas por políticas públicas de formação, fomento, manutenção e salvaguarda. Que surgissem programas de difusão e incentivo à coleta seletiva do lixo. Conscientização e apego sobre a importância de arborizar ruas e avenidas, criação de hortas comunitárias, incentivo à plantação de árvores frutíferas. Cuidar e preservar o meio ambiente, com atenção especial aos rios, às dunas, lagoas, mangue e praias.”

*(Calé Alencar, 65 anos, cantor e compositor)*

149. “Aumento da inclusão social, com melhoramento das condições de saúde e educação, principalmente nos bairros mais carentes. Colaborativismo entre empreendedores e cidadãos. Acesso à cultura de forma mais diversificada inclusive resgatando nossas tradições. Por exemplo, o fim do monopólio do forró “moderno”, com resgate do pé de serra e ritmos tradicionais e introdução de outros estilos musicais e artísticos de forma geral.”

*(Paulo Alcântara Saraiva Leão, 54 anos, analista de gestão de tecnologia da informação)*

150. “Iniciativas e projetos de estímulo a empreendimentos da economia solidária e da economia criativa

de base territorial. Sistema Único de Saúde- SUS fortalecido. Inserção de temáticas da educação financeira, educação fiscal, educação ambiental, empreendedorismo, liderança social e empreendedorismo da economia solidária na grade curricular da educação, em especial dos ensinos médio e profissionalizante. Sistema de participação cidadã no planejamento e gestão das políticas públicas, inclusive com ferramentas digitais e enfoque territorial.”

*(Silvana Maria Parente Neiva Santos, 61 anos, economista)*

151. “A solidariedade permitindo superar o fosso das desigualdades sociais.”

*(Ismael de Andrade Pordeus Júnior, 72 anos, antropólogo e professor)*

152. “A dualidade de nossa cidade há muito é uma realidade e, em razão do confronto forçado com ela, muitas iniciativas solidárias surgiram, além de uma vontade coletiva de (re)pensar a Terra da Luz, não percamos essa oportunidade.”

*(Carla Sofia Pereira, 51 anos, advogada e professora)*

153. “A força da união entre as pessoas de diferentes seguimentos e a colaboração entre entidades e produtores.”

*(Narcélio Moreira Dantas, 43 anos, artista e designer)*

154. “Mais espaços públicos de qualidade, como o Parque do Cocó. Mais espaços ambientais protegidos, esportes de natureza na cidade e locais públicos de encontro e cultura.”

*(Geovana Maria Cartaxo de Arruda, 50 anos, professora e advogada)*

155. “Seria positivo que as iniciativas de cooperação e solidariedade se multiplicassem permanentemente depois da pandemia.”

*(Jair do Amaral Filho, 67 anos, economista e professor)*

156. “O turismo em nossas praias maravilhosas. O estímulo às artes e ao esporte, de maneira geral, inserindo a comunidade vulnerável. Enfim criar novas e eficazes ações para excelência do nosso povo.”

*(Maria Aparecida Fonseca Lima - Cidinha Fonseca, 65 anos, artista visual)*

157. “Vejo que estamos mais solidários e espero que continuemos assim. É muito importante manter a alegria típica do fortalezense e cuidarmos da nossa Cidade.”

*(Alexandre Pereira Silva, 55 anos, administrador)*

158. “Mais investimentos nos setores criativos e culturais da cidade, focados em alternativas de emprego e bem-estar para a população.”

*(Antônio Gilvan Silva Paiva, 56 anos, sociólogo)*

159. “Uma cidade em que as pessoas caminhem nas calçadas. Os carros vão embora e ficam o caminhar e o apreciar a cidade. Um marco regulatório mais restrito para prédios altos perto da praia.”

*(Orlando Lustosa, 30 anos, empreendedor)*

160. “Gostaria que as pessoas fossem mais civilizadas e menos individualistas.”

*(Samuel Alves Facó, 56 anos, advogado)*

161. “A diversidade cultural e a hospitalidade de nosso povo têm conseguido fazer de nossa cidade um lugar querido, bom de se viver e visitar. Fortalecer a criatividade de nosso povo estimulando cada vez mais a construção de espaços criativos na arte, na culinária, na moda e no artesanato. Isso reforçará essa marca tão valiosa de nossa Fortaleza.”

*(Maria Amélia Bernardes Mamede, 58 anos, jornalista e empreendedora cultural)*

162. “A insurgência das juventudes periféricas ocupando, de forma criativa, espaços da Fortaleza “turística”, como na Praia de Iracema.”

*(João Alfredo Telles Melo, 61 anos, professor e advogado)*

163. “A criatividade, a cooperação entre as pessoas, o bom humor e a tolerância.”

*(Cláudio Ricardo Gomes de Lima, 61 anos, professor)*

164. “Refiro-me às características que dizem respeito à participação social: a população precisa se sentir responsável pelo dia a dia da cidade, principalmente nos tempos de intempéries pelos quais estamos atravessando, não contando somente com os mecanismos das redes sociais digitais, considerando-as como se

fossem principais e não secundárias, na construção da cidadania.”

*(Gylmar Chaves, 61 anos, escritor)*

165. “Solidariedade. Cada um a seu modo, do jeito que pode e ajudando a quem mais precisa, esse é o resultado que hoje acalma nossos corações, em meio à crise, um alento! Que na pós-pandemia possamos continuar conjugando o verbo “Esperançar” como nos ensinou o nosso grande educador Paulo Freire. Que a participação social esteja presente nas discussões e no fortalecimento das políticas públicas nas áreas da Educação e Cultura, principalmente as voltadas para a juventude.”

*(Francisca Andrade de Moraes - Maninha Moraes, 67 anos, engenheira e gestora cultural)*



**“Mais espaços públicos de qualidade, como o Parque do Cocó. Mais espaços ambientais protegidos, esportes de natureza na cidade e locais públicos de encontro e cultura.”**

*Geovana Maria Cartaxo de Arruda*

166. “Beleza da orla. A gastronomia. Valorização do patrimônio histórico. Urbanização da Barra do Ceará. Revitalização e organização das praças do Centro da cidade. Museus e centros culturais. Incentivo ao espírito hospitaleiro do Fortalezense. Fortaleza, capital dos eventos.”

*(Circe Jane Teles da Ponte, 56 anos, professora e empresária)*

167. “Uma incipiente iniciativa solidária que poderia permanecer depois de tudo isso.”

*(Mônica Barroso, 66 anos, defensora pública)*

168. “Manutenção e fomento aos espaços culturais, principalmente os “descentralizados”, como os Cucas, o Centro Cultural Bom Jardim e a criação de outros para acesso de maior parte da população, principalmente em zonas de baixo IDH.”

*(Ramon Barroso Sales, 30 anos, artista visual e produtor cultural)*

169. “O que temos hoje que merece toda atenção e aplauso é a mobilidade, que tem tornado o convívio mais humano. Espero que após essa Covid-19 cresça mais essa preocupação com o próximo, oferecendo espetáculos artísticos por toda cidade e valorizando também o fazer artístico.”

*(José Amaro Alexandre Fonseca, 62 anos, músico e advogado)*

170. “A ocupação das ruas, das praças, parques, lugares de convívio público sem necessariamente ter relação privada, de consumo.”

*(Glauber Santos Paiva Filho, 50 anos, cineasta)*

171. “Estação de bikes. Faixas de ciclovias. Políticas de apoio aos pequenos negócios devem ser ampliadas.”

*(Enid Câmara de Vasconcelos, 49 anos, empresária do setor de eventos)*



**“Estação de bikes.  
Faixas de ciclovias.  
Políticas de apoio  
aos pequenos  
negócios devem ser  
ampliadas.”**

*Enid Câmara de Vasconcelos*

172. “A potencialização de sentimentos coletivos que aqui permanecem, das lutas pela defesa dos direitos, dos elos de vizinhança, das redes de ajuda mútua, das teias de solidariedade e de reconhecimento, das artes, da criação e das reinvenções de si e do mundo. Uma cosmologia da compaixão, da fraternidade e da fome de liberdade.”

*(Glória Maria dos Santos Diógenes, 62 anos, professora e antropóloga)*

173. “A Prefeitura continuar investindo nas escolas em tempo integral e creches, pois a formação do ser tem de vir logo ao nascer e só com a educação vamos conseguir acabar com a miséria.”

*(Neuma Brito Figueiredo, 64 anos, produtora de eventos)*

174. “Características positivas: incentivo às atividades culturais, requalificação de bairros tradicionais como o Centro e Praia de Iracema.”

*(Celina Peixoto Lima, 61 anos, professora)*

175. “Aumentasse, ainda mais, o turismo na cidade para melhorar cada vez mais o crescimento econômico. Aumentasse as obras públicas, e a melhoria na iluminação pública nos bairros mais periféricos.”

*(Marília de Pontes Peixoto, 62 anos, economista)*

176. “O melhor clima do mundo é o nosso e, arrisco dizer, que temos a mistura perfeita de um povo que batalha e não perde a sua gaiatice. Entretanto, ainda precisamos continuar avançando no básico. Para citar alguns pontos: cidade limpa e saudável pra todos, e mais espaços públicos adequados.”

*(Leonardo Moura Leitão, 39 anos, empresário)*

177. “Para tanto, devemos implantar um potente plano municipal de emprego, nos setores da indústria científico-tecnológica. Arte, cultura e entretenimento, como forma de elevar a renda média do fortalezense, fomentar e descentralizar a economia nas mais diferentes regiões e bairros da cidade. Criar frentes comunitárias de serviços públicos locais para revitalização, manutenção e ocupação de espaços públicos arborizados, promovendo a convivência social, os laços comunitários e de vizinhança e o fortalecimento da segu-



**“Que Fortaleza seja cada vez mais essa cidade criativa que tanto inspira o nosso povo. Temos que ter esperança.”**

*Francisco Cláudio da Silveira*

rança pública local. Façamos florescer uma Fortaleza, verdadeiramente, de todos.”

*(Nágyla Drumond, 44 anos, socióloga e professora)*

178. “Melhoria contínua do trânsito e dos novos modais como bicicletas. Esses novos modais e a estrutura para tais vêm trazendo uma nova feição à cidade e promovendo, dentre outras coisas, uma cidade mais saudável. Mais espaços públicos de qualidade como praças bem estruturadas (e.g. Parque do Cocó). Mais verde na cidade. Ampliar o cultivo de árvores e áreas verdes.”

*(José Eurico de Vasconcelos Filho, 43 anos, diretor de tecnologia)*

179. “Criação das redes de solidariedade para ajudar a quem mais sofreu na pandemia. Descoberta de novos talentos. Surgimento de novos talentos. Reconhecimento da importância do SUS.”

*(Márcia Rocha Holanda, 62 anos, economista)*

180. “Acesso à educação e à cultura para todos, independente de idade e classe social.”

*(Anyá Ribeiro, 72 anos, consultora empresarial em planejamento, gestão e marketing em turismo)*

181. “Que Fortaleza seja cada vez mais essa cidade criativa que tanto inspira o nosso povo. Temos que ter esperança.”

*(Francisco Cláudio da Silveira, 58 anos, produtor de eventos)*

182. “Continuasse o investimento permanente de valorização da cidade e seus pontos turísticos e culturais.”  
*(Indira Guedis Guimarães, 49 anos, administradora)*

183. “A economia de Fortaleza precisa crescer de forma acelerada para produzir a riqueza que necessitamos. O mundo de desenvolvimento acelerado é aquele que aprendeu a industrializar sua cultura e seu conhecimento, um ativo imaterial, intangível e inesgotável. Temos que fortalecer o ecossistema de inovação de nossa cidade, empoderar as universidades em seu papel central pelo desenvolvimento da sociedade, integrá-las com a ambiência de negócio, fomentar a geração de ideias transformadoras, alavancar os empreendimentos inovadores, capacitar nossas empresas a inovar, atrair centros de pesquisa de grandes corporações, conquistar grandes talentos, agregar valor aos nossos produtos para serem competitivos globalmente, ampliar e melhorar continuamente os processos governamentais, desenvolver cadeias produtivas e arranjos econômicos de altíssima produtividade. Seremos palco e protagonistas de grandes inovações para serem aplicadas mundo afora.”

*(Expedito José de Sá Parente Júnior, 40 anos, engenheiro químico)*

184. “Que sigam sendo ampliadas alternativas para mobilidade urbana, menos carro e convivência social em lugares públicos da cidade.”

*(Edlisa Barbosa Peixoto, 48 anos, psicóloga e documentarista)*

185. “Penso que melhorar e ampliar a política de tratamento de lixo sólido. Temos os Ecopoints, mas precisamos de publicidade, formação para a população e de uma coleta de lixo seletiva, que valorize e fortaleça as associações e profissionais envolvidos.”

*(Andrea Vasconcelos Maranhão, 45 anos, socióloga e produtora cultural)*

186. “Torço que pela experiência que nos irmana neste tempo possa crescer a generosidade com os seus, construindo pontes sustentáveis entre as cadeias de produção e difusão local, sendo redescobertos (visibilidade) e valorizados autores, artistas, designers e produtores. Que a cultura e o produto locais sejam enxergados com a força e a potência que possuem.”

*(Rian Fontenele Cunha, 43 anos, artista visual e arquiteto)*

187. “A vida artística e boêmia dos bairros, com suas identidades manifestas e seguras, algumas delas perdidas para o calçadão da Beira-Mar e adjacências. Seria bacana termos, como no passado, com o Maguary (Centro), Clube de Regatas (Barra do Ceará) e outros, uma diversidade de points na cidade, que só acontecem nos períodos do carnaval.”

*(Antônio Mauro Barbosa de Oliveira, 66 anos, engenheiro)*

188. “O espírito solidário existe e pode ser fortalecido em nossa cidade. O respeito ao direito do outro ainda precisa surgir de uma forma mais estrutural, como um marco cultural do fortalezense.”

*(Annia Melo de Saboya Cruz, 54 anos, analista de sistemas)*

189. “Surgissem com mais força aspectos antropológicos, no dizer do Edgar Morin, porque ao ser humano incumbe resolver ao mesmo tempo a ética e a autonomia (as nossas responsabilidades pessoais), além de desenvolver a participação social, “as responsabilidades sociais”, ou seja, nosso contributo no gênero humano, compartilhando um destino comum.”

*(Francisco Eudório Fernandes, 75 anos, professor e advogado)*

190. “Gostaria que a requalificação dos territórios vulneráveis pudesse chegar aos 856 assentamentos precários que temos na cidade pra garantir uma vida digna ao nosso povo. Que áreas de lazer pudessem ser criadas e mantidas nos territórios vulneráveis para nossa juventude ter oportunidade de se desenvolver longe da violência. Que oportunidades de primeiro emprego fossem asseguradas aos nossos jovens. Que um programa de renda básica cidadã pago em moeda social por banco comunitário virasse uma realidade em nosso município. Que os catadores pudessem ter condições de trabalho dignas e serem incluídos no processo de coleta seletiva da cidade, numa perspectiva de gestão compartilhada dos ecopontos.”

*(Larissa Maria Fernandes Gaspar da Costa, 37 anos, advogada e servidora municipal)*

191. “Que surgissem centros culturais e esportivos. Acessibilidade urbana e segurança.”

*(Alexsandra Ferreira Ximenes, 49 anos, artista visual)*

# Análise da diversidade de olhares sobre a cidade de Fortaleza no contexto da pandemia











Do grupo de palavras “social/desigualdade”, verifica-se um leque de palavras como: periferia, básico, saneamento e violência. Duas respostas, por exemplo, tocam nesse aspecto: **Ind\_132** “A primeira delas seria a desigualdade social, visível a olho nú, como atestam nossas periferias. Outra seria a violência que, em grande parte decorrente da primeira característica, segue presente em suas várias tonalidades” e **Ind\_126** “Fortaleza ainda é muito centralizada e desigual, o que não condiz com o modo como ela cresce. Essa desigualdade faz com que as pessoas não acessem do mesmo modo os recursos disponíveis, gerando violência, fome e miséria. Já a centralização faz com que as potencialidades dos vários polos econômicos e culturais dentro da cidade não se desenvolva, pois a cidade está sempre voltada pro Litoral, o que é um equívoco, já que é talento comercial, cultural e criativo desperdiçado.”

A associação entre a palavra “mais” e “pandemia” ocorre na maioria das vezes no contexto de ligação ou agravamento aos problemas já existentes na cidade: **Ind\_74** “A desigualdade social e a desinformação estão entre os problemas que ficaram ainda mais evidentes durante a pandemia. O caminho que devemos percorrer para superá-los passa, primordialmente, pela educação.”

**Ind\_152** “Durante a pandemia vimos vir à tona a desigualdade historicamente ignorada em nossa cidade. Desejo e espero, sinceramente, que Fortaleza nunca mais finja desconhecer a situação em que se encontram os seus filhos mais humildes.”

**Ind\_106** “A pandemia escancarou como a educação e a saúde ainda constituem privilégios em nossa cidade. Observar a situação dos alunos da rede pública nesse cenário é alarmante – estudantes sem as mínimas condições estruturais para assistir às aulas on-line. De natureza igual, as classes mais pobres poucos conseguiram manter os cuidados necessários à saúde – labutavam como uma exigência inadiável.”

Em relação ao item 2 (ver Figura 4), que trata aspectos ou características positivas de Fortaleza que as pessoas gostariam que surgissem ou fossem ampliadas depois da pandemia, observa-se, com mais destaque, 4 grandes grupos que se formam em torno da palavra “mais”, que são compostos por um leque de palavras em torno de: “cidade”, “como”, “público” e “cultura”.

Do grupo formado pela predominância da palavra “cidade”, nota-se um ramo constituído por: oportunidade, emprego, renda e economia. Em interseção com oportunidade, verifica-se as palavras: Fortaleza, conhecimento, Ceará, turístico e mundo. Alguns exemplos que ilustram essas conexões: **\*ind\_119** “A Fortaleza acolhedora e iluminada, terra do sol e de oportunidades que a cada dia consolida a sua vocação de cidade de conexões. Aérea, marítima, rodoviária e de dados, uma pluralidade cultural que deverá ser a mola mestra de um processo de internacionalização crescente com inovação e ganho de produtividade para uma economia sustentável e inclusiva.

**Ind\_43** “Gostaria de ver os bairros de Fortaleza se desenvolvendo atra-

vés das suas aptidões e características comerciais gerando emprego e renda...”

Em relação ao grupo formados pela predominância da palavra “público”, forma-se um leque juntamente com a palavra “espaço”. Alguns exemplos:

**Ind\_110** “Maior uso de espaços públicos para eventos locais e de bairros. Maior oferta de serviços on-line.”

**Ind\_28** “Atividades de lazer e esporte gratuitas ao ar livre, programação infantil nos espaços públicos da cidade.”

**Ind\_36** “Preocupação com as pessoas em condições de vulnerabilidade. Cuidados com as praias e espaços públicos.”

No que diz respeito às ramificações formadas em proximidade com palavra “como”, percebe-se termos como cultura, praia, incentivo, Cuca, centro, rua, dentre outros. Algumas respostas que ilustram esse contexto:

**Ind\_18** “Um aspecto que deveria continuar era a limpeza frequente dos ônibus e topics com álcool para prevenir doenças como a gripe.”

**Ind\_112** “A prática de trabalhar mais em home office. Reduziria a poluição causada pelos carros bem como o barulho e os engarrafamentos.”

**Ind\_17** “Características positivas: incentivo às atividades culturais, requalificação de bairros tradicionais como o centro e praia de Iracema.”

A análise sobre os corpus textuais foi realizada por meio do software IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multi-dimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) 0.7 alpha 2, desenvolvido por Pierre Ratinaud.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.

\_\_\_\_\_. **Tutorial para uso do Software de análise textual IRAMUTEQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2013). Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais> Acesso em: 21/09/2020.

CSÁRDI G.; NEPUSZ, T. *The igraph software package for complex network research*. **InterJournal, Com-**

**plex Systems**, n. 1695. p. 1-9, 2006. Disponível em: [http://www.interjournal.org/manuscript\\_abstract.php?361100992](http://www.interjournal.org/manuscript_abstract.php?361100992). Acesso em 20 out. 2020.

MARCHAND, Pascal; RATINAUD, Pierre. **L’analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les premières socialistes pour l’élection présidentielle française**. In: JOURNÉES INTERNATIONALES D’ANALYSE STATISTIQUE DES DONNÉES TEXTUELLES, 11., 2012, Liège. Anais... Liège: JADT, 2012. p. 687-699.

OLIVEIRA, Denize Cristina et al. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Parede et al. (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 2005. p. 573-603.

PECORA, Ana Rafaela. Análise de Similitude. 74 slides. In: JORNADA INTERNACIONAL, 7. CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 5., 2011. **Minicurso**. Vitória, 2011.

R Development Core Team **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0, URL <http://www.R-project.org>. (2009).GBIF (Vienna).

SEÇÃO  
2



# Universidades e governos tecendo o século XXI





# Plano da Saúde - Fortaleza 2040 (Edição 2020<sup>1</sup>)

## 1 APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico de Saúde prevê a oferta de atenção e cuidados de promoção, proteção e recuperação da saúde e qualidade de vida da população, num sistema de saúde público, gratuito, efetivo, eficaz e humanizado, em consonância com os direitos fundamentais da pessoa humana. A Prefeitura Municipal de Fortaleza deve assegurar, na organização do Sistema Municipal de Saúde, o cumprimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS): universalidade de acesso, equidade social, igualdade no cuidado e integralidade da atenção, com efetiva participação e controle social na definição de prioridades e destinação de recursos.

No desenho deste Plano foi considerada a transição demográfica de redução da fecundidade e fertilidade e envelhecimento populacional progressivo; o predomínio das doenças crônicas não transmissíveis; a constância de elevadas taxas de morte por causas externas, homicídios, acidentes e suicídios; a persistência de doenças infecciosas e parasitárias; e taxas ainda elevadas de mortalidade materna. No enfrentamento destes desafios deve-se articular ações de assistência e promoção de saúde, com ações intersetoriais que possam intervir, conjuntamente, nos determinantes sociais do processo saúde-doença.

O escopo da proposta do Plano de Saúde do Plano Fortaleza 2040 está distribuído em linhas de ação relacionados com os ciclos de vida, a formação profissional adequada, a organização de serviços em redes de atenção e a convivência saudável em sociedade, como também atenções específicas para o atendimento adequado à população negra e população LGBT, além de atenções especiais a pessoas portadoras de deficiência. Na execução do Plano de Saúde será necessário estruturar uma rede solidária de atenção, inclusive intersetorial, com sistema de avaliação e controle, transparência na aplicação de recursos, gestão e governança democrática, controle e participação ativa da comunidade.

Cabe salientar que a saúde da população é objeto

tanto deste plano, como de vários outros planos de forma direta ou indireta, dentre os quais devemos destacar os seguintes planos:

- Plano de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental – uma vez que a salubridade do ambiente da cidade tem relação direta com a saúde da população, sendo a falta de saneamento uma das grandes causas do grande leque de doenças que afetam a saúde da população, tais como hepatite, zika, dengue, *chikungunya*, entre outras. Portanto, a universalização da infraestrutura e serviços de saneamento (água, esgoto, drenagem e gestão adequada de resíduos sólidos) é fator primordial para a melhoria da saúde da população de Fortaleza, posto que, sem tal garantia, postos, hospitais, policlínicas continuarão cada vez mais demandados. Mesmo os conjuntos ou condomínios já dotados de infraestrutura de saneamento vêm apresentando graves problemas decorrentes da gestão inadequada das ETEs (estações de tratamento de esgoto), que passam de solução a problema de saúde pública quando não geridas corretamente, haja vista a grande concentração de doenças em torno de ETEs de alguns conjuntos de baixa renda. Portanto, faz-se necessária uma fiscalização ostensiva nesses equipamentos, bem como nas estações de tratamento de esgoto e estação de tratamento do emissário marinho de esgoto da cidade. Este último vem contaminando o mar e poluindo o ar com gases de odor fétido em grande zona da cidade (Centro Moura Brasil, Praia de Iracema e Pirambu).
- Plano de Habitação de Interesse Social – acesso à moradia digna e salubre é outro direito imprescindível ao cidadão, que, quando não garantido, também produz problemas de saúde, físicos ou mentais, em toda a família. Considerando que mais de 42% da população reside em assentamentos precários, em áreas despidas de espaços de socialização e lazer, bem como de serviços e infraestruturas domiciliares, dentre os quais também se inclui o saneamento, o que contribui para a marginalização da comunidade e, conseqüentemente, para o aumento de conflitos. Estes espaços

---

<sup>1</sup>Essa versão do Plano está reduzida, para consulta do documento na íntegra acessar: <https://fortaleza.2040.fortaleza.ce.gov.br>. Ao final deste Plano consta em anexo o nome das pessoas que contribuíram na elaboração do mesmo. Ver página 71

precários concentram a maioria das mortes por doenças endêmicas e assassinato de jovens. Isto posto, não há melhoria da saúde da população enquanto houver a privação quase total de direito à cidade por parte desta expressiva parcela populacional.

- Plano de Inserção Produtiva – o acesso a oportunidades de trabalho ou de geração de renda para viver de forma digna na cidade é outra condição básica para que a população hoje excluída possa garantir seu direito à vida e venha a ter boas condições de saúde (física e mental). Sem a garantia de uma ocupação (emprego ou oportunidade de geração de renda), a população não tem como garantir a mínima qualidade de sua alimentação e estabilidade emocional, ficando ainda mais vulnerável ao consumo de drogas e atos de violência. Portanto, não há como reduzir a altíssima taxa de mortes por assassinato, intensificada na faixa de 15 a 29 anos, se este segmento da população não estiver na escola ou no trabalho, incluído socialmente e com subsistência garantida. Morte por causas externas vigora há alguns anos em primeiro lugar no *ranking* de causas de morte de jovens em Fortaleza.
- Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana – a maioria dos leitos do IJF (70%) estão ocupados com vítimas de acidentes de moto (motociclistas/ou acompanhantes) ou atropelamento por moto (pedestre), com alto índice de invalidez permanente. Em média, mais de 1.800 destas vítimas são atendidas por mês somente no IJF. Não é à toa que a motocicleta não é considerada solução para o transporte público em países desenvolvidos, sendo vista apenas como equipamento esportivo, dado o alto risco de acidentes que apresenta a seus usuários. Dito isso, campanhas educacionais voltadas a este segmento; uma fiscalização mais ostensiva para usuários de moto; e oferta de transporte público seguro, rápido e de qualidade são estratégias fundamentais para minorar este grande problema de saúde em Fortaleza, que já vem impactando também no aumento fora do padrão das despesas com previdência,

dado o brusco crescimento de pessoas com invalidez permanente decorrente de acidentes de moto. Se não houver foco nessas ações preventivas, os custos hospitalares restarão em patamares estratosféricos bem como os previdenciários.

- Plano de Segurança Cidadã e Cultura de Paz – Fortaleza apresenta números recordes de violência urbana a partir de 2012, impactando no aumento de mortes violentas, estupros e de transtornos mentais decorrentes do permanente estado de alerta e pânico em que vive hoje a população da cidade. Faz-se necessário firmar e implementar um grande pacto pela vida e executar com afinco todas as ações previstas no Plano de Segurança Cidadã e Cultura de Paz, para que se possa garantir a vida e a saúde da população da cidade.
- Plano de Segurança Alimentar e Nutricional – o plano de segurança alimentar é complementar ao presente plano, tratando de ações voltadas para a melhoria da qualidade e adoção de práticas mais saudáveis de alimentação, o que contribuirá com a redução do diabetes, da obesidade e de doenças cardíacas.
- Plano de Esporte e Lazer – o plano de esporte e lazer impacta sobremaneira na melhoria das condições físicas da população, aumentando a sensação de bem-estar e a saúde física e mental da população, além de contribuir na integração social das comunidades. Portanto, não há como garantir a saúde da população sem acesso à moradia, emprego e renda, saneamento e segurança, sem falar que estas questões, se não devidamente trabalhadas pelo poder público, acarretarão grande prejuízo ao sistema de saúde pública e à qualidade de vida da população.

O desenvolvimento da saúde pública em Fortaleza terá sua cadeia fortalecida também pela estratégia de desenvolvimento do Distrito de Saúde no polo de Porangabussu, matéria do Plano de Desenvolvimento Econômico e Plano da Nova Indústria e dos Serviços Avançados.

## 2 CONTEXTO

Os indicadores demográficos, socioeconômicos e de saúde de Fortaleza, comparando-se o Censo do IBGE de 1991 com o de 2010, expressam uma transição demográfica, uma relativa mobilidade social e uma acumulação epidemiológica. A transição demográfica caracteriza-se pela redução da taxa de fecundidade de 3,57 filhos para 1,84; redução da taxa de natalidade de 28,28 para 16,4nasc./1.000hab; crescimento da esperança de vida ao nascer de 61,76 anos para 72,6 anos (em 2012, esta passou para 72,9 na população geral, sendo 69 para homens e 76,9 para mulheres); índice de envelhecimento em ascensão, passando de 19,9% para 41,6%, sendo os idosos 10,8% da população. Estes indicadores apontam para o envelhecimento populacional progressivo (com destaque para o sexo feminino) para uma redução do crescimento populacional. Do ponto de vista dos indicadores socioeconômicos, que caracterizam uma relativa mobilidade social, destacamos: grau de urbanização crescente, redução da taxa de analfabetismo de 30,9% para 18,19%; redução de proporção de pessoas com baixa renda de 73,3% para 56,2% e redução de proporção de crianças em situação domiciliar de baixa renda de 83,9% para 72,8%. Do ponto de vista da acumulação epidemiológica, destacamos: redução de mortalidade infantil entre 1997 a 2013, de 31,6 óbitos/1000N.V. para 11,66/1000 N.V., com maior redução nas mortes pós- neonatais, passando a predominar o componente neonatal. Predomínio das doenças crônicas não transmissíveis, com destaque para as doenças do aparelho circulatório (AVC e infarto), o câncer e as doenças do metabolismo. Individualmente, no entanto, a causa básica de morte predominante em Fortaleza, a partir de 2012, passou a ser o grupo das causas externas, homicídio, acidente e suicídio, responsável por 106.750 anos potenciais de vida perdidos em 2013, com grande destaque para o homicídio, concentrado no grupo etário de 15 a 39 anos. Reforçando a característica de acumulação epidemiológica, temos a persistência de doenças infecciosas como dengue, zika, tuberculose, sífilis, hanseníase e AIDS e a mortalidade materna, ainda com taxas elevadas, penalizando principalmente mulheres da periferia da cidade. No que se refere à rede de atenção à saúde, observa-se a necessidade de redimensionar os pontos de assistência para permitir a cobertura universal; arti-

cular o acesso aos diversos níveis de atenção e vincular a clientela/território, tomando como referência a Unidade Básica de Saúde como porta de entrada e matriz primordial do Sistema Único de Saúde do Município.

## 3 PRINCIPAIS DEMANDAS

Os grandes desafios, no campo da saúde, para caminharmos no rumo de uma cidade em que as pessoas sejam socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres, são:

- Implementar, em todos os setores da sociedade, uma cultura de paz, tolerância, não violência e uma consciência cidadã, visando a reduzir homicídios, acidentes e suicídios, bem como a intolerância, o preconceito e a agressão, de que são vítimas preferenciais as mulheres, os jovens, os pobres, os negros, os que têm orientação sexual e religiosa diferenciada e outros grupos vulneráveis;
- Desenvolver, em todos os setores da sociedade, ações de promoção de hábitos saudáveis de vida; prevenção de doenças potencialmente crônicas e degenerativas, em todas as fases do ciclo de vida; criar ambiência e assistência qualificada visando ao estado de funcionalidade do idoso, que favoreçam o envelhecimento saudável;
- Assegurar, em todos os setores da sociedade, proteção à mulher, com ênfase no período grávido- puerperal, rompendo com uma cultura machista que tolhe sua autonomia e o pleno exercício de suas capacidades humanas; além da proteção da criança, desde o período fetal até, prioritariamente, a primeira infância;
- Romper com o imobilismo e conformismo da convivência com doenças infecciosas e parasitárias negligenciadas, articulando, em todos os setores da sociedade, ações de educação ecológica para ambientes saudáveis, saneamento básico universal e controle de endemias; e
- Organizar o Sistema de Saúde Municipal em redes de atenção e estruturar a Atenção Primária como coordenadora do cuidado e ordenadora das redes.

#### 4 PONTOS FORTES

- Existência do Plano Fortaleza 2040, que assegura o planejamento estratégico do desenho urbano e demais políticas públicas;
- Rede de instituições de educação técnica e superior, públicas e privadas, que possibilita a formação multiprofissional, técnica, humana e política, atendendo às necessidades da sociedade;
- Existência do Sistema Único de Saúde (SUS) e uma rede de serviços públicos de saúde abrangente e com níveis de atenção de progressiva resolutividade;
- Existência de rede de proteção social razoável, como creches, escolas e Cucas;
- Existência de rede de organizações da sociedade e do controle social; e
- Monitoramento e acesso, por parte da população usuária, de indicadores e informações em saúde.

#### 5 PONTOS FRACOS

- Instituições formadoras ainda desenvolvem conteúdo curricular fragmentado, mecanicista, especializado, com ensino demasiadamente tecnicista, descontextualizado e desvinculado de uma visão humanista da sociedade, favorecendo uma concepção mercantilista da saúde;
- Insuficiência, nos conteúdos curriculares nos ensinos fundamental e médio, de temática relacionada com a convivência democrática, formação de consciência cidadã na relação com a sociedade e o meio ambiente;
- A rede de atenção à saúde insuficiente e desarticulada, precisando de ampliação e ajustes geográficos e, principalmente, de resolubilidade técnica e humana;
- A incapacidade de enfrentamento da violência dentro de uma visão complexa da convivência, na tolerância, respeito e solidariedade com os grupos vulneráveis;
- Rede da proteção social com ação ainda tímida, desarticulada, o que dificulta o enfrentamento da violência, favorecendo a submissão e a não autonomia de setores marginalizados da população;
- Existência de uma cultura de assistência à saúde hospitalocêntrica, médico-centrada, curativa e fragmentada, focada na doença;

- O crônico déficit de saneamento básico, que penaliza mais fortemente as populações da periferia;
- Gestão pública ainda com características autoritárias, fisiologistas, partidárias, não profissional e vulnerável à ineficiência e à não transparência na aplicação dos recursos e políticas públicas; e
- Recursos públicos financeiros insuficientes (subfinanciamento) e precarização dos vínculos da força de trabalho.

#### 6 DESAFIOS

- Reduzir homicídios, acidentes e suicídios, por meio de uma cultura de paz, tolerância, não violência e consciência cidadã;
- Promover hábitos saudáveis de vida e prevenir doenças crônicas não transmissíveis, para o envelhecimento ativo e saudável;
- Proteger a mulher, particularmente em situações de risco e vulnerabilidade relacionadas com a violência e o estupro, o ciclo gravídico- puerperal e as doenças específicas da condição feminina, rompendo com a cultura machista que tolhe sua autonomia e o pleno exercício de suas capacidades humanas;
- Promover a educação ecológica, o saneamento básico universal e o controle de endemias; e
- Organizar uma rede de atenção à saúde resolutiva, humanizada e de acesso universal.

#### 7 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Comunidades valorizadas e integradas à sociabilidade urbana;
- Comunidade acolhedora, inclusiva com valorização e respeito à diversidade;
- Comunidade com elevado senso de pertencimento e afeição à cidade;
- Cultura de paz e segurança cidadã; e
- Comunidade saudável (saúde, esporte, lazer, educação alimentar).

#### 8 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- População saudável e bem acolhida no sistema de saúde, com amplo acesso à saúde pública de qualidade;
- Saúde pública preventiva e assistencial estruturada em rede, com ampliada capacidade e eficiência; e



- Alimentação saudável e adequada, com apoio de agricultura urbana orgânica e reeducação alimentar.

## 9 METAS E RESULTADOS ESPERADOS

- Redução da Mortalidade Infantil de 11,8 Óbitos em mil nascidos vivos (2013) para 5,7 (2040);
- Redução da Mortalidade Materna para 10 Óbitos/100.000 N.V;
- Redução da Taxa de Mortalidade Prematura (<70 Anos) por DCNT em 2% ao ano;
- Redução de 80.000 Anos Potenciais de Vidas Perdidas por Causas Externas;
- Elevação da Expectativa de Vida de 74,4 Anos (2010) para 80,2 anos (2040);
- Erradicar a Sífilis Congênita;
- Eliminar casos novos de hanseníase em menores de 15 anos;
- Reduzir o Coeficiente de Incidência da Tuberculose para menos de 10 casos por 100 mil hab. e o número de óbitos em 90%;
- Garantir saneamento básico e água potável de fluxo contínuo para 100% da população; e
- Garantir atendimento em saúde de acesso universal, integral, equânime e com qualidade, numa rede de atenção à saúde suficiente nos diferentes níveis de complexidade.

## 10 DIRETRIZES GERAIS

- Garantir, ampliar e qualificar a oferta e o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na justiça social, humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde;
- Garantir o cuidado integral às pessoas nas várias fases do ciclo de vida, considerando as questões de gênero, orientação sexual, étnico racial, religiosas e em situação de vulnerabilidade social;
- Garantir o atendimento às urgências, com expansão e adequação de unidades de pronto atendimento (Upa), de serviços de atendimento móvel de urgência (Samu), de hospitais e centrais de regulação, articuladas às outras redes de atenção;
- Promover a inovação e incorporação tecnológica em procedimentos e protocolos clínicos, baseados em evidências científicas;
- Estabelecer que as prioridades de ação, investimentos e ajustes curriculares, na formação profissional, sejam baseadas no perfil epidemiológico e necessidades da população;
- Implementar e consolidar a gestão democrática, integrativa e humanitária no acolhimento e organização dos serviços;
- Fortalecer a vinculação do processo de ensino aprendizagem acadêmica aos diversos níveis do sistema único de saúde;

- Profissionalizar a gestão pública, rompendo com o espontaneísmo, o compadrio, a ineficiência e o desperdício;
- Atualizar o código sanitário municipal, que ordene a prestação de serviços que afetem direta ou indiretamente a saúde da população, protegendo-a de riscos potenciais biológicos e não biológicos, ambientais e do trabalho, prevendo inclusive respostas imediatas diante de desastres naturais e emergência em saúde pública;
- Integrar e articular as redes públicas de educação e de saúde;
- Promover práticas corporais e atividade física nas escolas;
- Promover a alimentação saudável e adequada;
- Desenvolver ações focadas na prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas;
- Promover ações de cultura da paz e de prevenção das violências;
- Promover ações de educação em saúde nas escolas;
- Promover a articulação das políticas públicas afirmativas, que intervenham nos determinantes sociais da saúde, por meio de ações intersetoriais nos espaços dos territórios Regionais, na perspectiva da promoção e proteção da saúde.

## 11 DIRETRIZES PARA MARCOS LEGAIS

- Atualizar o Código Sanitário Municipal ordenar a prestação de serviços que afetem direta ou indiretamente a saúde da população, protegendo o usuário de riscos potenciais biológicos e não biológicos, ambientais e do trabalho, prevendo inclusive respostas imediatas diante de desastres naturais e emergência em saúde pública; e
- Criar o Sistema Municipal de Auditoria, Regulação, Controle e Avaliação – instituir a Política Municipal de Auditoria, Regulação e Avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) como instrumento de gestão que possibilite a plenitude do exercício das responsabilidades sanitárias pelo governo municipal.

## 12 DIRETRIZES PARA O MODELO INSTITUCIONAL

Adequar o modelo institucional no sentido de assegurar o acesso ágil, resolutivo e humanizado da po-

pulação de cada Unidade de Vizinhança Autônoma (UVA) aos serviços de saúde e basear os procedimentos gerenciais nos princípios de moralidade, legalidade, impessoalidade, publicização, eficiência e democracia participativa.

### SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- Constituir o Conselho Gestor Municipal de Saúde com representação do nível central, das Regionais de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, para acompanhar a implantação do Projeto Fortaleza 2040; e
- Fortalecer os Conselhos de Saúde para atuarem conforme suas competências na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

## 13 LINHAS DE AÇÃO / OBJETIVOS

Linha de Ação SA.1 – Inteligência em Saúde.

**Objetivo:** Desenvolver a Inteligência e contrainteligência Epidemiológica.

Linha de Ação SA.2 – Tecnologia e Inovação.

**Objetivo:** Desenvolver o Sistema de Informação em saúde e suas tecnologias, visando a Integração dos dados de todos os pontos da rede de atenção da rede da Saúde (RAS).

Linha de Ação SA.3 – Integração e Intersetorialidade.

**Objetivo:** Estimular e fortalecer a Intersetorialidade no enfrentamento articulado das ações e intervenções em saúde pública baseado no conceito ampliado de saúde; Reposicionamento da SMS como protagonista da Saúde do Município.

Linha de Ação SA.4 – Economia da Saúde.

**Objetivo:** Melhorar a gestão e a qualidade do gasto público em saúde.

Linha de Ação SA.5 – Ciclo de vida (gestação, primeira infância, adolescentes, adultos, idosos).

**Objetivo:** Ampliar o cuidado integral para todos os ciclos de vida do cidadão.

Linha de Ação SA.6 – Gênero (homem, mulher, identidade de gênero, orientação sexual).

**Objetivo:** Trabalhar os gêneros a partir de suas especificidades biológicas e sociais, incentivando a

autorresponsabilidade e a integralidade aplicada às políticas públicas de saúde.

Linha de Ação SA.7 – Saúde Mental (álcool e droga adicção, transtornos mentais).

**Objetivo:** Implantar uma rede integrada de saúde mental em todos os ciclos de vida e gênero; Desenvolver a saúde social e mental da comunidade por meio da integração social, atividades culturais, esporte, lazer e maior contato com a natureza; Promover a proteção de pessoas com transtornos mentais e adicção.

Linha de Ação SA.8 – Doenças Infeciosas, Evitáveis e Arboviroses.

**Objetivo:** Eliminar riscos socioambientais à saúde através de ação integrada da SMS com órgãos e instituições de saneamento e meio ambiente.

Linha de Ação SA.9 – Doenças crônicas (obesidade, diabetes, cardiovasculares), doenças congênitas, doenças genéticas, câncer e demais degenerativas.

**Objetivo:** Consolidar políticas e ações para o tratamento e Prevenção de doenças crônicas e promoção da Alimentação e Nutrição, Educação em Saúde e Atividade Física; Consolidar políticas e ações para prevenção do câncer e doenças degenerativas.

Linha de Ação SA.10 – Acidentes (trânsito e quedas).

**Objetivo:** Monitorar, elaborar políticas públicas e ações de saúde voltadas para o enfrentamento das causas externas relacionadas a acidentes.

Linha de Ação SA.11 – Violência.

**Objetivo:** Articular ações de enfrentamento à violência e suas repercussões na saúde da população de Fortaleza.

Linha de Ação SA.12 – Populações Vulneráveis (vulnerabilidade social, socioambiental, física e mental).

**Objetivo:** Promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e discriminação nas instituições e nos serviços do SUS, visando compreender que esses determinantes sociais implicam diretamente nas condições de saúde dessa população; Assistir à saúde integral da Pessoa com Deficiência; Implementar todas as ações previstas na Linha de Ação PD.2. Saúde, do Plano de Direitos da Pessoa com Deficiência; Promover a saúde integral da população em situação de rua e residentes de ambientes insalubres (assentamentos precários).

Linha de Ação SA.13 – Novas Práticas, Educação em Saúde e Assistência Farmacêutica.

**Objetivo:** Ampliar o protagonismo do cidadão nos cuidados com a saúde por meio do desenvolvimento da educação popular em saúde; Incorporar novas práticas integrativas e complementares em saúde na rede pública; Promover a atualização contínua do sistema de saúde quanto ao uso das melhores práticas em tecnologias médicas e serviços de saúde; Promover a assistência farmacêutica, uso e descarte adequado de medicamentos.

Linha de Ação SA.14 – Saúde do Trabalhador.

**Objetivo:** Promover a Saúde Integral do Trabalhador.

# Anexo

---

## PARTICIPANTES

---

### SMS

Alessandra Pimentel  
Ana Cristhina de Oliveira Brasil  
Ana Estela Leite  
Ana Verônica S. Onofre  
Anna Julyta dos Santos Albuquerque  
Antônio Lima  
Arethusa Moraes de G. Soares  
Arialdo de Sousa Inácio Monteiro  
Carlos Jerson Alencar  
Dayse Lima Fuques  
Denise de Lima Marques  
Drielle Soeira  
Eduardo Amendons  
Eduardo Ribeiro Moraes  
Érica de Castro Duarte  
Erlemos Soares  
Eugênia Maria Rocha de Oliveira  
Felipe José Gomes de Sousa Teles  
Francisco Rodrigo Linhares  
Francisco Wellington Bastos  
Harris Maria Andrade Pinto  
Hilton Filho da Silva  
Iara Maria da S. Jucá  
Isabella Faheina C. de Oliveira  
Israel Gomes de Araújo  
Ivana Paiva Maciel  
Jameire Machado Ferreira  
Jean Carlos Oliveira Portela  
Joana Maciel  
João Bastos Freire Neto  
João Paulo Ferreira da Silva  
Iara Maria da S. Jucá  
José Alexandre G. Pereira  
José Alisson Gomes da Costa  
José Augusto Esmeraldo Cordeiro  
Juliana Girão de Oliveira  
Karoline Rebouças Aguiar  
Karoline Cunha do Nascimento  
Larissa Andrade  
Larissa Castro  
Léa Dias Pimetel Gomes  
Leonardo Pereira da Silva  
Letícia Goveia  
Lidianny Barreto Araújo  
Luciana Passos Aragão  
Luziete Furtado da Cruz  
Magno Sousa Sampaio  
Marcos Cavalcante Paiva  
Maria Auxiliadora R. Tavares  
Maria Eli Lima Sousa  
Maria de Lourdes

Maria Ivanilia Timbó  
Maria Marina Nobre Saldania  
Mariana Rocha Silva  
Marta Dulcelia Gurgel Avila  
Natália Lopes Silva de Moraes  
Osmarina Pitombeira de A. Andrade  
Paulo Sérgio Rodrigues da Silva  
Raimundo Nonato Amorim  
Rita Erotildes Maranhão Mariano  
Robson Ramires Maia Andrade  
Rui de Gouveia Soares Neto  
Samia Nunes da Paz  
Samilly Girão de Oliveira  
Sandra Maria Martins e Silva  
Sandra Mendes Nunes  
Shirley de Faria  
Sidrônio Ferreira da Silva  
Silvines Firmino Sobrino  
Suellen C. de Sousa Vale  
Themistocles Machado Júnior  
Ticiania Mota Sales  
Tissiane Melo Matos  
Vânia Maria de Lima  
Walber Vasconcelos  
Walter Wesley de Andrade

### ESP-CE

Ana Heline de Lima Mendes  
Marcelo Alcântara Ibiapina  
Samylla Veras Teixeira

### EGP-CE

Marcos Rodrigues

### CPDROGAS

Andréa M. de A. Bezerra Lima  
Erasmus Leni César  
Karine Manzo

### SENAC

Carlos Rubem Barbosa Filho

### SME

Cefisa Maria Sabino Aguiar  
Débora Maria Chaves Braga Teixeira  
Hulda Barros Bastos  
Telma Regilda S. Luz  
Terezinha Lima de Castro Vilar

**AGENTE**

Cyra Nara Francisca Araújo  
Iran Maciel Moura

**Iplanfor**

Dalila Menezes  
João Paulo Costa  
Katharine Santos Vieira  
Larissa Menescal  
Lia Parente  
Lívia Socorro de Castro Fernandes  
Maria das Graças Guerra Lessa  
Rodolfo Sydrião Sanford

**SPDM-PAIS**

Daniel Masullo  
Priscila da Silva Oliveira

**AME**

Elizabeth Carneiro da Silva

**NÃO INFORMOU A INSTITUIÇÃO**

Eline Saraiva Silveira Araújo  
Francisca Enilce V. Rocha  
Francisco de Mesquita Dias  
José Antônio Pereira Barreto  
José Euclides da Silva  
Larissa Soares Cruz  
Luciana Carvalho de Albuquerque  
Mabel Kallyne Melo Beserra  
Margarida Saraiva  
Maria Elisabete Silva de Souza  
Milena Lima Teodoro  
Mirleide de Brito Figueiredo  
Priscila Bezerra Ribeiro Pessoa  
Robéria Leopoldo Lima de Alencar  
Sérgio Henrique Sousa Diniz  
Sílvia Amélia Feitosa de Souza  
Sinara Alves Tomás  
Vera Lúcia Silva Monte Alverne  
Verônica Nascimento da Costa

**COOID**

Francisca Eugênia Monteiro Chaves  
Lorayne Souto Holanda  
Sérgio Gomes Cavalcante

**CEPPS**

Hélio Castro Lima Júnior  
Lúcia Silva

**CMSF**

João Batista Gomes Leal  
Maycá Lobato Pequeno

**ESTAR URBANO**

Laura Rios

**SHS.RI**

Lucélia Keyla F. R. Rebouças

**UNIFOR**

Lucianna Leite Pequeno

**SEPOG**

Luiza de Lourdes Bezerra Mota

**ISGH**

Virgínia Silveira

**UECE**

Maria das Graças Barbosa Peixoto

**SDHDS**

Dediane Souza  
Mônica Dantas Sampaio Rezende



# Inovação e colaboração: um estudo a partir do planejamento participativo “Plano Fortaleza 2040”

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado da urbanização, que assola os municípios brasileiros, causa uma série de problemas sociais e ambientais. Dentre eles, destacam-se o desemprego, a criminalidade, a favelização e a poluição do ar e da água. Os números do Censo Demográfico confirmam a tendência crescente de aumento da urbanização no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O contingente de população urbana, que correspondia a 137,9 milhões de habitantes, em 2000, no último Censo, atingiu 160,9 milhões. Por seu turno, a população rural passou de 31,8 milhões, em 2000, para 29,8 milhões, em 2010.

O Brasil deixa de ser um país de características rurais para caminhar no sentido de um país mais urbanizado (IBGE, 2010). Essa configuração pode gerar problemas intensos para a gestão urbana, os quais se manifestam nas mais diversas formas, tais como em assentamentos subnormais em situação fundiária não regularizada, onde o acesso à infraestrutura urbana e às instalações sanitárias é muito restrito, e as condições de habitação e qualidade de vida são precárias (Netto *et al.*, 2009). Faz-se necessário, portanto, o desenvolvimento de novas estratégias que permitam o alcance de uma melhor performance das cidades e da sua sustentabilidade. Para isso, existe uma sucessão de projetos desenvolvidos com o intuito de transformar o espaço urbano em um ambiente onde os cidadãos, empresas e governo possam, de forma eficaz, ter acesso a recursos e serviços (LETAIFA, 2015).

Nesse sentido, Tukiainen e Sutinen (2015) apontam a inovação e a colaboração como oportunidades para alcançar um melhor desempenho na economia das cidades. Dessa forma, a inovação pode ser entendida como a iniciativa dos sujeitos em trocar conhecimento com demais organizações no desenvolvimento destas (DAHLANDER; GANN, 2010). A intenção é conceber

um ecossistema urbano de inovação transparente, no qual se pode compartilhar o conhecimento e incentivar a participação cidadã entre todas as partes interessadas da cidade.

Ressalta-se que a literatura acerca do tema assume e documenta diferentes formas de inovação colaborativa nas cidades. Leminen, Rajahonka e Westerlund (2017), por exemplo, identificam quatro tipos: melhoria da vida cotidiana e condição de vida; experimentos criativos de consumidor; experimentação e implementação de novas tecnologias; e criação e recriação de novos negócios. Ao se concentrar nas cidades, essa pesquisa sublinha que os atores-chave desse ambiente são empresas (pequenas e grandes), universidades, cidadãos e governo.

Acerca desse ambiente, o foco deste estudo dirige-se para os relacionamentos, como a colaboração, que motivam e incitam o desenvolvimento de inovações em cidades. Além das relações entre os indivíduos envolvidos com a inovação, um ambiente propício também se faz necessário. De acordo com Machado e Carvalho (2013), o ambiente externo causa forte influência e pode atingir substancialmente os resultados da inovação.

Com essas considerações e por meio do entendimento dos conceitos relacionados com o processo colaborativo no campo das cidades, tais quais *Open Innovation, Open Science e Citizen Science and Innovation*, é possível revelar como um ambiente urbano colaborativo pode, evolutivamente, se tornar e permanecer inovador. Assim, empresas, cidadãos, universidades e governos dependem de um ambiente urbano rico e fluido em diversidade de conhecimento, que impere a colaboração e que os movimentos em rede sejam relevantes (PIRES; PIRES, 2016).

No caso da cidade de Fortaleza, locus deste estudo, a velocidade com que se deu o crescimento demográfico foi sinônimo de dificuldade. O crescimento populacional da capital se deu, portanto, de forma dispersa, desordenada e desacompanhada de investimentos em infraestrutura domiciliar urbana e equipamentos públicos, na mesma escala em que se ampliou sua população (REVISTA FORTALEZA 2040, 2016a).

Sendo, portanto, necessário a criação de um planejamento urbano participativo “Fortaleza 2040”, um instrumento cujo objetivo é orientar o desenvolvimen-

---

<sup>1</sup>Bruna de Sousa Félix. Mestre em Administração pelo Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará.  
E-mail: brunasousa165@gmail.com

<sup>2</sup>Jeová Torres Silva Junior. Doutor em Administração, Universidade Federal do Cariri.

E-mail: jeova.torres@ufca.edu.br

<sup>3</sup>Samuel Façanha Camara. Phd em Administração. Universidade Estadual do Ceará.

E-mail: sfcamara2000@gmail.com

to da cidade e tem como visão de futuro torná-la inteligente e inovadora até o ano de 2040. Sob a perspectiva da Open Innovation, *Open Science e Citizen Science and Innovation*, esta pesquisa tem como pressuposto inicial que a cidade será mais inovadora, quanto mais estreita for a relação entre esses construtos.

Desta forma, a questão de pesquisa deste trabalho é: como a inovação e a colaboração estão incorporados ao planejamento participativo “Fortaleza 2040”? Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho consiste em perceber como os temas de inovação e colaboração contribuem para alcançar a visão de futuro proposta no Plano.

## 2 METODOLOGIA

Diante do objetivo geral de perceber como os temas de inovação e colaboração contribuem para alcançar a visão de futuro proposta no Plano, esta pesquisa foi desenvolvida a partir do uso de método qualitativo. Vieira e Zouian (2004) destacam que a pesquisa qualitativa garante uma riqueza maior de dados, pois nela é possível observar o fenômeno em sua totalidade, facilitando a exploração de contradições e paradoxos. Assim, a pesquisa qualitativa se torna adequada ao estudo por lidar com a compreensão dos fenômenos sociais, tendo na fala dos sujeitos, sobre as suas vivências, o principal conteúdo.

Esse trabalho, quanto aos meios, se caracteriza por se utilizar de pesquisa de campo e bibliográfica, compreendendo-as nos termos descritos segundo Vergara (2016).

Essa fase foi conduzida através de uma extensa revisão de literatura, fundamentada em reportagens, revistas especializadas, jornais e, principalmente, sites na internet e documentação eletrônica, com o objetivo de compreender a extensão desse fenômeno no Brasil. Vale salientar também que um importante instrumento, utilizado para a realização da pesquisa, foi o “Plano Fortaleza 2040”.

No percurso metodológico da coleta de dados, utilizou-se um roteiro semi-estruturado durante as entrevistas. Para esse estudo, foram escolhidos os indivíduos que participaram e participam da elaboração/execução do “Fortaleza 2040” e os sujeitos que não participaram diretamente da elaboração do Plano, mas que, de alguma forma, detém conhecimento sobre este

ou são *experts* nas temáticas abordadas pelo 2040. Os sujeitos da pesquisa foram divididos em dois grupos: i) “Grupo dos que elaboraram o Plano Fortaleza 2040”; ii) “Grupo dos que conhecem o Plano Fortaleza 2040”, mas não participaram da sua elaboração. Dessa maneira, a quantidade de número de entrevistas se deu pelo critério da saturação, que se aplica, segundo Bauer e Gaskell (2008), quando novos estratos não acrescentam mais nada novo na investigação e, por isso, deve-se finalizar o processo de captação de dados/entrevistas.

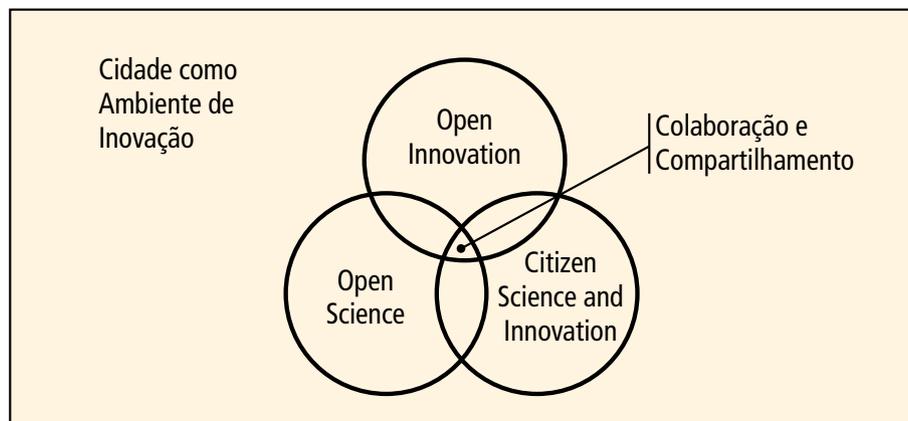
Para a compreensão do discurso dos participantes da construção/execução do “Plano Fortaleza 2040”, utilizou-se a técnica de Análise e Interpretação dos Núcleos de Sentido [ANS], adaptada por Mendes (2007) a partir da técnica de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2009). A análise realizada neste estudo concentrou-se no que há descrito no “Plano Fortaleza 2040”, com o objetivo de identificar características de inovação e compartilhamento nos discursos dos entrevistados. Para análise de dados qualitativos, utilizou-se o *software* denominado Atlas.ti v7.5.4. Este programa permite ao pesquisador gerar relatórios com o conteúdo das entrevistas, segregados pelas citações já codificadas, que foram submetidos à análise dos núcleos de sentido e às categorias. Os temas e os subtemas foram definidos como resultado do processo de categorização dos núcleos de sentido.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intenção deste tópico foi apresentar uma análise do elemento central deste estudo, que é o de perceber como os temas de inovação e colaboração estão incorporados ao planejamento participativo “Fortaleza 2040”, e refletir quanto a aproximação com a cidade, enquanto plano, junto ao cidadão. O documento do “Plano Fortaleza 2040” apresenta compromissos que procuram restabelecer um equilíbrio nas novas funções da cidade, que incluem a sociedade na gestão. Muitas das ações estão amparadas nas tecnologias de informação, com vistas a atingir maiores níveis de eficiência e interação com a sociedade. Isso possibilitará uma administração pública preparada para enfrentar os desafios vindouros.

Verifica-se, também, a partir da análise das ações propostas no Plano, que existe uma preocupação inerente com a preparação do corpo estatal (administra-

**Figura 1. Framework conceitual com elementos de conexão**



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

dores, servidores) para a abertura do processo de inovação. O Plano está estruturado de maneira que atende ao proposto por Hilgers e Piller (2011), na medida em que propõe a maioria de suas ações na perspectiva da transparência. Entende-se que o corpo gestor do Plano pretende criar uma estrutura administrativa que permita que os dados relevantes da cidade estejam disponíveis aos cidadãos. Observa-se que algumas ações já permeiam o campo da participação e, segundo o pensamento de Hilgers e Piller (2011), fazem parte de uma

importantes na edificação de um ambiente colaborativo de inovação e que, ao longo das análises, conforme pode ser observado na Figura 1, surgiram elementos que fortaleceram essa conexão, tais como: participação cidadã, transparência, acessibilidade a dados governamentais e criação do valor público, não mais fornecido somente pelo governo, mas sim pela colaboração. Esses elementos também reforçam a teoria dos autores Hilgers e Piller (2011), que cita a transparência, participação e a criação de valor como etapas para a abertura do processo de inovação.

segunda etapa do processo de inovação aberta na gestão pública.

O “Plano Fortaleza 2040” apresenta uma estrutura e visão geral de como a colaboração e a inovação poderão oferecer novos caminhos para se constituir um ambiente colaborativo de inovação, pautado nas abordagens *Open Innovation*, *Open Science* e da *Citizen Science and Innovation*. Estas, por sua vez, se apresentam como conexões

**Quadro 1. Ações relacionadas a participação cidadã e a criação do valor público**

Ação	Abordagem
Estabelecimento de mecanismos para fomentar integração interinstitucional e construir “alianças do conhecimento”, envolvendo os diversos atores do ecossistema de inovação para geração e apropriação de conhecimento aplicado a problemas locais.	<i>Open Innovation</i> <i>Open Science</i> <i>Citizen Science and Innovation</i>
Incentivo e apoio a criação de redes de organizações engajadas na promoção de inovação pelos grupos de baixa e média rendas para pesquisa e desenvolvimento de materiais, técnicas e design como processo de aprendizagem e criação coletiva.	
Mapeamento, identificação e valorização do conhecimento tradicional, estimulando a sua integração aos processos de inovação e competitividade.	
Apoio ao desenvolvimento de incubadoras tecnológicas de cooperativas/empreendimentos populares e iniciativas assemelhadas, como mecanismo de inclusão social, para suporte à apropriação/difusão de tecnologias existentes e inovação em empreendimentos sociais e informais. Fortalecimento da economia do conhecimento (adotar um modelo de desenvolvimento tendo este como motor dinâmico da economia).	

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Buscamos relacionar as ações elencadas no Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação, representado no “Plano Fortaleza 2040”, com as abordagens de *Open Innovation*, *Open Science* e *da Citizen Science and Innovation*, cujos elementos intercessores são: participação cidadã, transparência, acessibilidade a dados governamentais e criação do valor público, conforme já apontados nesse estudo pelos autores Hilgers e Piller (2011), como etapas para o desenvolvimento do processo de inovação aberta no setor público. Dessa forma, pretendemos ilustrar como as abordagens citadas nesta pesquisa atuam como orientadoras na criação de um ambiente colaborativo de inovação. Em seguida, são apresentados os compromissos, cuja ligação com as abordagens são a participação cidadã e a criação do valor público.

Verifica-se que as ações apresentadas propõem a participação direta e indireta do cidadão em criação de redes, para geração de inovações e disseminação do conhecimento. Assim, a proposta de participação objetiva significa, na realidade, “apresentar” à sociedade os futuros mecanismos e instâncias de participação social. Outro destaque é a intenção de incentivar outras organizações a aderirem ao processo como atividade de colaboração com a sociedade.

Nesse sentido, conforme propõe Angelis (2013), o valor público não é mais fornecido somente pelo governo, mas sim pela colaboração. O papel das gestões públicas se estende para a edificação da inteligência e resiliência com os cidadãos, empresas e outros órgãos e até outros países, por meio da capacidade coletiva para aprender, mudar e se adaptar ao ambiente. Tais processos colaborativos devem entender e envolver a sociedade, não apenas como usuária e que faz escolhas, mas também como criadora e formadora de políticas (Torres, 2007). A segunda parte de compromissos apresentados nesta seção está relacionada com a transparência e acessibilidade a dados governamentais.

**Quadro 2. Ações relacionadas a transparência e acessibilidade a dados governamentais**

Transparência e acessibilidade a dados governamentais	
Ação	Abordagem
Mapeamento das instituições de apoio à inovação existentes na cidade e organização de um banco de práticas e tecnologias.	<i>Open Innovation Open Science e Citizen Science and Innovation</i>
Apoio à criação de sistemas de acompanhamento e avaliação das políticas e planos locais, estadual e regional de CT&I.	
Institucionalização de mecanismos de aproximação das “ilhas de excelência” em pesquisa localizadas na região metropolitana, com vistas à ampliação do acesso a habilidades, informação e conhecimento.	
Estímulo ao desenvolvimento e à disseminação de várias aplicações promissoras de serviços: telefonia móvel para acesso a informações básicas, saneamento básico etc.	
Criação de mecanismos de incorporação de inovações nos empreendimentos governamentais.	
Desenvolvimento e ampliação dos mecanismos de coleta, tratamento, disseminação e usos de dados e informações sobre a cidade, aplicáveis à solução de problemas locais no contexto de uma cidade inteligente.	
Promoção de um programa permanente de inovação e modernização tecnológica da gestão municipal.	
Apoio à expansão de infraestrutura de internet banda larga, ampliando o acesso às redes de atividades vinculadas à educação, entrega de serviços públicos, pesquisa e negócios.	
Apoio à criação de novos modelos institucionais para a gestão e para compartilhamento da infraestrutura de CT&I local e estadual.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Nessa seção, verifica-se o interesse do governo em se relacionar com a sociedade de novas maneiras e a disponibilizar conteúdos e formatos de informações que atendam a interesses de diferentes públicos. O Plano compromete-se, também, a implementar soluções de abertura de dados e promover o aumento da integridade das informações públicas. Assim, percebe-se que a tecnologia da informação desempenha um papel relevante no sentido de realçar a transparência e disponibilizar as informações públicas para a sociedade (Torres, 2004).

Como resultado desta reflexão, pode-se considerar que foi dado um importante passo em direção à criação de um ambiente colaborativo de inovação para o futuro de Fortaleza. O Plano apresenta uma estrutura e visão geral de como a colaboração e a inovação poderão oferecer novos caminhos de participação dos cidadãos na administração pública e, ao mesmo tempo, reforça a criação de valor público e pode, futuramente, abrir espaço para propostas inovadoras no processo de tomada de decisão política.

#### **4 CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES**

Com atendimento ao objetivo geral deste trabalho – perceber como os temas de inovação e colaboração contribuem para alcançar a visão de futuro proposta

no “Plano Fortaleza 2040” - as características de um ambiente colaborativo de inovação emergiram no documento, revelando uma congruência entre a literatura e a prática abordada no Plano. Para o entendimento das temáticas, buscou-se entender, preliminarmente, o conceito de inovação, sob a óptica do Manual de Oslo (OECD, 1997, p. 55).

Vale salientar que esta pesquisa tem como pressuposto inicial que uma cidade será mais inovadora quanto mais estreita for a relação entre os construtos de *Open Innovation*, *Open Science* e *Citizen Science and Innovation*. Esse pressuposto mostra-se legítimo por meio das constatações realizadas ao longo das análises, e surge como conexões importantes na construção de um ambiente colaborativo de inovação. Em outras palavras, os conceitos citados emergem da colaboração e do compartilhamento atrelado à inovação, que, por sua vez, manifesta-se no Plano por meio do compartilhamento de visões, conhecimentos, habilidades, experiências e estratégias para contribuir com a prestação de serviços, bens e políticas nas cidades.

Por outro lado, emergiram conteúdos que evidenciaram a aproximação entre a academia e o setor produtivo, importante para o surgimento de inovações, e que esta necessita de uma maior atenção por parte do estado. No entanto, observou-se que o documento afirma haver esse distanciamento e, em seguida, confirma preocupar-se em estreitar essa relação. Existe, porém, uma correspondência entre o que está sendo falado e o que está descrito no Plano. Ademais, outro aspecto ressaltado como inovação nas entrevistas foi o da participação social, tida como pilar no “Plano Fortaleza 2040” para os sujeitos.

Já ao tratarmos o tema de economia do compartilhamento, este é identificado pelos elaboradores do Plano como uma colaboração de pares, onde os órgãos públicos, envolvidos no planejamento da cidade, devem se comunicar para facilitar o desenvolvimento das ações. Constatou-se aqui, pelos relatos dos entrevistados, que o termo economia do compartilhamento é interpretado como sendo inerente ao compartilhamento de conhecimento e que, durante toda a sua elaboração, houve a preocupação de como realizar o compartilhamento dos ideais do Plano, com esforços focados na constituição da participação social.

Conclui-se, assim, que a inovação, aliada ao com-

partilhamento de conhecimento, foi substancialmente caracterizada nos discursos analisados e que o respectivo planejamento é visto como uma inovação para a cidade, na visão dos sujeitos. Verifica-se, também, que há uma concordância daquilo que está descrito no Plano e o que é explanado pelos elaboradores, evidenciando a credibilidade do documento e a consistência dos dados explorados.

Uma outra interpretação importante é que os cidadãos precisam entender os benefícios que o Plano possa trazer com mais clareza, para facilitar a criação de uma cultura de compartilhamento do conhecimento e fazer com que os indivíduos entendam o quanto é importante promover o documento e a sua relação com o objeto, para estabelecer, com sucesso, um ambiente de compartilhamento. Os conceitos de inovação e compartilhamento foram, aparentemente, incorporados ao Plano sob o formato de metas e objetivos, que visam a melhoria e a disseminação destes na cidade, em forma de atividades, diretrizes e serviços.

Diante dos resultados obtidos nessa pesquisa, conclui-se que a lente teórica da inovação e da economia do compartilhamento mostrou-se apropriada para a compreensão do objeto elegido para estudo, pois permitiu uma análise, a partir da escuta ao outro, sobre suas percepções a respeito do vivido no contexto do planejamento participativo “Fortaleza 2040”. Este, por sua vez, apresentou-se como um importante instrumento para a cidade de Fortaleza. Além disso, permitiu uma análise de conteúdo do objeto de extrema riqueza e profundidade.

Considera-se que este estudo apresenta contribuições para o avanço e aprofundamento de estudos teórico-empíricos, que buscam compreender temas como inovação, compartilhamento, planejamento urbano participativo e cidades inteligentes, especialmente para pesquisadores que os façam, numa perspectiva interdisciplinar, interligando áreas como Gestão Pública e Gestão da Inovação. Além de perceber como a literatura está sendo tratada em um contexto prático, ela pode contribuir com reflexões futuras quanto ao objeto trabalhado.

## REFERÊNCIAS

FORTALEZA. PREFEITURA DE FORTALEZA. **Fortaleza 2040**. Disponível em: <<http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

LEMNEN, S.; RAJAHONKA, M.; WESTERLUND, M. *Towards Third-Generation Living Lab Networks in Cities*. **Technology Innovation Management Review**, v. 7, n. 11, p. 21-35, Nov. 2017 .

LETAIFA, S. B. *How to strategize smart cities: Revealing the SMART model*. **Journal of Business Research**, v. 68, n. 7, p. 1414-1419, July 2015.

MACHADO, D. P. N.; CARVALHO, L. C. Ambiente favorável ao desenvolvimento de inovações: proposição de um modelo de análise organizacional. **Revista de Administração**, v. 48, n. 3, p. 592-607, 2013.

MENDES, A. M. Pesquisa em psicodinâmica do trabalho: a clínica do trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007, p. 65-87.

NETTO, G. F.; BELTRAMI, A. C.; RODRIGUES, C.; RHOLFS, D. B.; SALES, L. B. F.; ALONZO, H. G. A. Por um Movimento Nacional Ecosanitário. In: **1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília, 2009.

OECD. **Manual de Oslo**: Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. 1997. Disponível em: <<https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/detalhe/Manuais/OC-DE-Manual-de-Oslo-2-edicao-em-portugues.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PIRES, A. C. M.; PIRES, L. R. G. M. (Orgs.). **Mobilidade Urbana: desafios e sustentabilidade**. São Paulo: Ponto e Linha, 2016. 217 p. Disponível em: <<http://cidadeemmovimento.org/wp-content/uploads/2016/10/Mobilidade-Urbana-Desafios-e-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

REVISTA FORTALEZA 2040. **Apresentação Plano Fortaleza 2040**. Fortaleza: Iplanfor, v. 1, 2016a. Disponível em: <<http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUIAN, D. M. **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, cap.1, p.13-28.



# Desafios da intersectorialidade: a experiência da Câmara de Governança do Plano Fortaleza 2040

## 1 INTRODUÇÃO

No novo paradigma de gestão pública, comumente denominado de Gestão Para Resultados (GPR), o poder público tem que assimilar que os recursos investidos, os processos realizados e os serviços prestados devem necessariamente gerar resultados transformadores para a sociedade. Essa nova lógica de gestão só se torna possível se os governos entenderem que os impactos de suas ações serão verdadeira e precisamente mensurados no longo prazo. Em outras palavras, significa romper com o modelo tradicional de descontinuidade das políticas, das ações setorializadas e dos imediatismos das soluções, geralmente criadas sem a participação da sociedade civil.

O Plano Fortaleza 2040 inaugurou essa nova era da gestão pública em Fortaleza. Sua visão de futuro sistematiza a cidade que os fortalezenses imaginam viver, com melhor qualidade de vida, menos violenta e com mais direitos preservados. Contudo, um plano sem ser devidamente acompanhado torna-se uma carta de intenções vazias.

A Câmara de Governança nasce na perspectiva de fazer o futuro acontecer, tomando para si um grande desafio: ser uma instância intersetorial de articulação e integração da ação governamental, visando aperfeiçoar o sistema de governança municipal de Fortaleza. E, como qualquer iniciativa inovadora, seu difícil processo de implantação trouxe consigo problemas novos e perguntas sem respostas claras e definitivas.

Aqui, temos a questão norteadora deste trabalho: “Como fortalecer a missão intersetorial da Câmara de Governança de Fortaleza para garantir a plena execução e o acompanhamento do plano de longo prazo Fortaleza 2040?”

Diante da indagação, a equipe da Asplan/Sepog se esforçou em achar soluções, e o presente artigo é a ten-

tativa de compartilhá-las. O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar, de maneira sucinta, a experiência da Câmara de Governança da Prefeitura Municipal de Fortaleza na ideação e implementação de melhorias visando aperfeiçoar o funcionamento de uma instância colegiada intersetorial, bem como evidenciar os resultados oriundos desta iniciativa para a governança municipal.

A execução das soluções apresentadas, divididas em dimensões que agrupam elementos características de modelos de governança, desaguarão em resultados importantes, verificados por meio de sistema informatizado e reconhecidos publicamente. Espera-se, assim, que o conteúdo exposto auxilie empreendimentos que estejam com entraves semelhantes.

## 2 METODOLOGIA

A Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) foi criada na reforma administrativa realizada pelo prefeito Roberto Claudio no início de sua gestão, em 2013, por meio da Lei Complementar nº 137/13 (DOM 08/01/2013). A Sepog nasce da fusão da Secretaria de Administração do Município (SAM) com a Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento (SEPLA), tornando-se o órgão central de planejamento e gestão da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), responsável por planejar, coordenar, articular, gerenciar e controlar as ações de gestão municipal, contribuindo para a qualidade da vida urbana e visando à efetividade na prestação dos serviços públicos do município.

Em sua estrutura organizacional, a Sepog conta com a Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Asplan), cujo decreto nº 13.826/2016 (DOM 16/06/2016) lhe delegou a responsabilidade por difundir as diretrizes e políticas que orientam a gestão corporativa de pessoas, TIC, patrimônio, serviços compartilhados, modernização administrativa e por coordenar, elaborar e consolidar, na perspectiva setorial, o planejamento estratégico, o Plano Plurianual (PPA) e os demais instrumentos de planejamento governamental, como o próprio Plano Fortaleza 2040.

Desta forma, coube à Asplan orientar o ciclo de gestão e superar o desafio de integrar os elementos constitutivos dos principais instrumentos municipais de planejamento que guiam a estratégia setorial

---

<sup>1</sup> Graduado no curso de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assessor de planejamento da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Fortaleza – CE, edgard\_lombardi@outlook.com

<sup>2</sup> Mestra em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora executiva da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Fortaleza – CE, desireemota.ce@gmail.com

da Sepog, indicando um caminho único, claro e inequívoco, com o objetivo de canalizar os esforços dos agentes públicos para as iniciativas prioritárias, elencadas a partir dos resultados que se espera atingir.

Em 2017, com o lançamento das Câmaras Setoriais, criadas para executar e acompanhar as ações do Plano Fortaleza 2040, foi delegada à Sepog a coordenação da Câmara de Governança e Participação Social, instância deliberativa do Fortaleza 2040 composta por secretários e presidentes de entidades. Em termos práticos, a Secretaria assumiu a função de orientar dez órgãos municipais na missão de tornar realidade as mais de 80 ações pactuadas com a sociedade traduzidas no eixo da Governança Municipal e distribuídas nos planos de Desenvolvimento da Gestão Municipal e de Participação e Controle Social. O Secretário Philipe Nottingham tornou-se coordenador e Desirée Mota, coordenadora de planejamento e desenvolvimento institucional da Sepog, ficou com a suplência da coordenação do colegiado.

No mesmo ano, após assumir as funções executivas da Câmara, a Asplan coordenou a elaboração do Planejamento Estratégico da Sepog (PE) 2017-2020 - sobre as bases da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) - que refletiu o dia-a-dia das áreas e orientou o aperfeiçoamento de processos e a implementação de projetos inovadores para toda a Secretaria. Como resultado, a perspectiva de Governança foi incorporada ao PE e materializada no objetivo estratégico de “contribuir com a implantação do modelo de governança definido no Fortaleza 2040”.

A partir de então, a Sepog, por meio da Asplan, criou iniciativas e intensificou as já existentes no sentido promover maior integração e eficácia nas ações de ambas as frentes de planejamento, Fortaleza 2040 e do PE. Toma-se forma, portanto, o desafio de construir condições práticas de governança para executar e monitorar a estratégia prevista em planos com escopos, ferramentas, temporalidade e abrangência distintas.

A implantação da Câmara de Governança e a iniciação do monitoramento dos planos subordinados a ela, entre 2017 e 2018, trouxe à tona dificuldades inerentes ao funcionamento de um colegiado intersetorial. Dentre as quais, destacaram-se obstáculos nos níveis estratégico, tático e operacional, identificados pela Asplan ao longo do período:

- **Estratégico:** Em 2018, não houve nenhuma reunião ordinária da Câmara de Governança, prejudicando a tomada de decisão estratégica e a implantação das comissões temáticas. Por seus membros serem secretários, havia dificuldades de agenda. As solicitações e demandas geradas e que eram remetidas para apreciação da Câmara não tinham encaminhamentos.
- **Tático:** A equipe que presta assessoria para a Câmara não era formalizada. Os procedimentos de coleta de informações para o acompanhamento das ações não eram padronizados, o que gerava dados pouco confiáveis. Não havia relatórios sistêmicos que pudessem atestar o andamento das ações. A comunicação entre a assessoria e as comissões era ruidosa e pouco eficaz.
- **Operacional:** As nove comissões temáticas previstas para executar as ações dos dois planos sob responsabilidade da Câmara não haviam sido implantadas. As que existiam, não acompanhavam as ações na plataforma digital; não possuíam controle sobre o número de membros; tinham alta rotatividade, baixo engajamento e responsividade dos representantes nas reuniões de comissão; e dificuldades de integração com os diversos órgãos para garantir a intersetorialidade dos trabalhos.

Diante da problemática, a Asplan, em conjunto com a alta gestão da Secretaria, pactuou na revisão do Planejamento para 2019 a meta institucional de “monitorar o Plano de Funcionamento da Câmara de Governança e suas Comissões”. O objetivo desta iniciativa foi prever formalmente na estratégia setorial uma ação que promovesse melhorias e mitigasse as dificuldades no funcionamento da Câmara que, naquele momento, não estava plenamente operante. A entrega concreta da meta estabelecida foi a elaboração do “Plano de Funcionamento da Câmara (2019 - 2020)”, contemplando a definição de um calendário anual; de capacitações para os membros; e a emissão de relatórios de acompanhamento das ações dos planos de Desenvolvimento da Gestão e de Participação e Controle Social.

Após a publicação da revisão do PE (2017-2020) com a meta relativa ao aperfeiçoamento da Câmara, a iniciativa do Plano transformou-se em projeto prio-

ritário do Portfólio Estratégico de Projetos – 2019 da Sepog. Dessa forma, o projeto precisou se adequar à nova metodologia de gerenciamento de projetos da Secretaria, ser criado e monitorado no Sistema de Acompanhamento e Planejamento (Siaplan) e ter o gerente e o patrocinador definidos.

O projeto de “Consolidação da Câmara de Governança” nasce, assim, em abril de 2019 com previsão de conclusão em outubro do mesmo ano, tendo Edgard Lombardi, assessor de planejamento da Asplan como gerente e Desirée Mota, coordenadora executiva da Asplan na figura de patrocinadora. Teve como objetivo elaborar e implementar o Plano de Funcionamento, definindo processos, boas práticas e mecanismos de acompanhamento e monitoramento sistemáticos da estratégia prevista nos planos de Desenvolvimento da Gestão Municipal e de Participação e Controle Social na Gestão Pública do Fortaleza 2040.

O plano de gerenciamento do projeto, criado no Siaplan, definiu uma metodologia que garantiu a participação ativa dos diversos atores-chaves, como os coordenadores e coordenadores suplentes das comissões, os articuladores do Iplanfor e, eventualmente, membros do pleno da própria Câmara. Eles contribuíram para a realização do diagnóstico situacional, propuseram melhorias que viraram insumos para a formulação da visão de futuro do colegiado e da estratégia a ser

adotada.

A etapa do **Diagnóstico** teve o objetivo de identificar a situação atual do funcionamento da Câmara e boas práticas de governança então utilizadas. Ela se dividiu em suas partes, a análise do ambiente interno e do ambiente externo. Na primeira, foram (a) compilados e analisados documentos utilizados no passado que pudessem clarear o histórico da Câmara; (b) realizados momentos de diálogos com coordenadores e comissão e articuladores do Iplanfor para entender, da perspectiva deles, os gargalos da Câmara; e (c) levantados os requisitos do Iplanfor sobre como as Câmaras Setoriais deveriam atuar e o então grau de aderência da Governança. A segunda parte, foram reunidos materiais orientativos sobre sistemas de governança pública, preferencialmente no Ceará, para coletar boas práticas.

- **Entrega:** A compilação dos resultados da análise do ambiente interno levantou e contextualizou 15 entraves, agrupados em 4 dimensões que caracterizam um sistema de governança para monitoramento de planos (escopo, estrutura, pessoas, processos e sistema), idealizadas a partir das boas práticas encontradas. Ao final, os 15 entraves foram refinados e transformados em desafios a serem superados.

A etapa de **Proposição de Melhorias** projetou-se como um exercício da Câmara em pensar seu próprio futuro, propondo a forma pela qual quer ser reconhecida, e também como um momento para estimular a ideia de melhorias a serem implementadas, em busca dessa visão. Para atingi-lo, o projeto previu e realizou uma oficina com os coordenadores de comissão e in-

Figura 01. Fases do projeto de “Consolidação da Câmara de Governança”



Fonte: Elaboração dos autores

tegrantes do Iplanfor para que, de forma participativa, os representantes dos órgãos pudessem fazer parte da solução dos problemas por eles vistos.

- **Entrega:** Definição da visão de futuro da Câmara de Governança, que serviu de base para a realização da “Oficina de Ideias”. Utilizando-se da metodologia do *world café*, a oficina gerou o “Cardápio de Ideias”, produto com 35 ideias que foram associadas aos 15 desafios identificados na etapa de diagnóstico.

A fase de **Definição de Iniciativas** juntou os resultados da etapa do diagnóstico, que permitiu que se identificasse as fragilidades e oportunidades do sistema da Câmara e as materializou nos desafios a serem superados, com os da proposição de melhorias, que formulou a visão de futuro e congregou ideias para atingi-la, para, por fim, gerar as ações a serem implementadas entre 2019 e 2020.

- **Entrega:** As cinco dimensões (escopo, estrutura, pessoas, processos e sistema) foram definitivamente consolidadas com seus objetivos específicos, agrupando o total de 11 iniciativas. Ao final do processo, 36 ações distribuídas entre as iniciativas foram previamente idealizadas, podendo estas serem suprimidas caso necessário.

Por fim, a **Implementação das Iniciativas** se iniciou ainda em abril de 2019, ocorrendo concomitantemente a elaboração do Plano. Isto, pois, o projeto foi criado ao mesmo tempo em que os processos de rotina da Câmara precisavam ser realizados pela Asplan. Contudo, ao longo da formulação do plano e da proposição de soluções, a assessoria e a coordenação da Câmara já se valiam das ideias para aperfeiçoar seu funcionamento. Os destaques das ações realizadas foram:

- **Escopo:** Foi feito pareamento entre ações e membros de comissão, em que cada um ficou diretamente responsável por acompanhar uma ou mais ações; equipes de coordenação foram orientadas a monitorar as linhas de ação; foco nas ações prioritárias; observar as metas para considerar o grau de completude das ações; incorporação do Fortaleza 2040 no plano estratégico da Sepog.
- **Estrutura da Câmara:** A Câmara estabeleceu agenda anual em 2019 e 2020 e realizou quatro reuniões ordinárias em 2019 (abril, julho, outubro e novembro), todas com quórum; houve a efetiva

implantação das nove comissões temáticas, com a definição e oficialização das equipes de coordenação (titular e suplente) e dos membros; fortalecimento da secretaria executiva e aproximação do articulador do Iplanfor; criação de grupo de trabalho para executar as ações prioritárias;

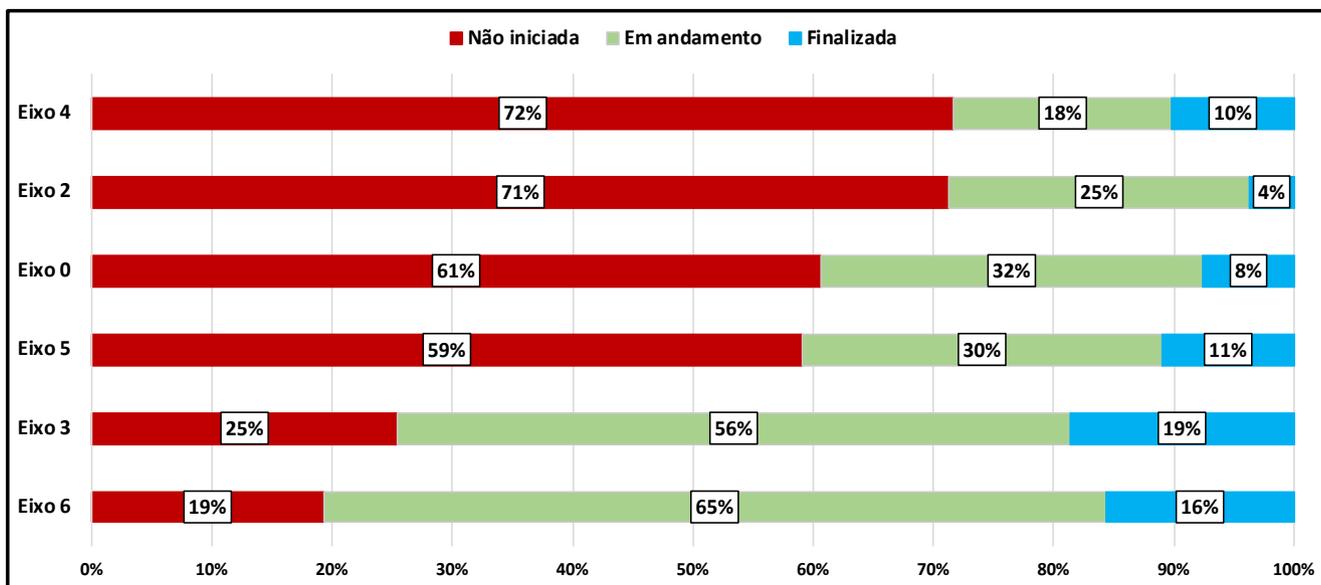
- **Pessoas:** Realização de treinamento na plataforma de acompanhamento do Fortaleza 2040, Siga 2040; capacitação em “*Design Thinking*” para membros de oito órgãos e coordenadores de comissão; seminários sobre o Eixo de Governança; acolhimento para os novos membros e equipes de coordenação.
- **Processos:** Apoio às comissões com a criação de canal de comunicação via *newsletter* quinzenal, grupo de *whatsapp*, reuniões focadas entre a secretaria executiva e comissões; esclarecimento e definição de processos e procedimentos, como os de solicitação de alteração de ação e de acompanhamento dos Planos.
- **Sistema de Informação Gerencial:** Elaboração do “Relatório Mensal de Acompanhamento de Ações”; criação de pastas virtuais no sistema de acompanhamento Siga 2040 com relatórios, apresentações e atas; orientação para a anexação de evidências das entregas no sistema; sugestões para o aperfeiçoamento do Siga, com *dashboards* e melhorias nos relatórios.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a implementação das iniciativas, a rotina do colegiado e das comissões temáticas a ele subordinadas foi aprimorada e a Câmara de Governança experimentou, a partir de 2019, uma evolução substantiva no percentual de ações iniciadas e em andamento dos planos de Desenvolvimento da Gestão Municipal e de Participação e Controle Social, que, juntos, formam o Eixo de Governança Municipal.

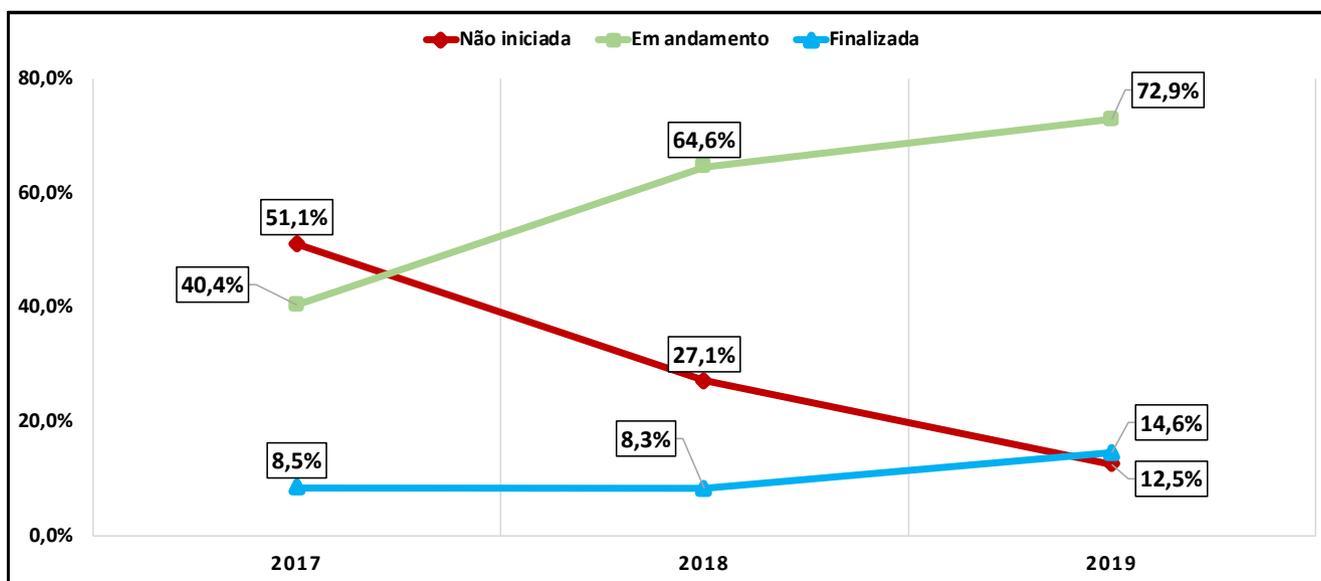
Em 2018, do total de 83 ações, 56,6% não estavam iniciadas, contra apenas 19% no ano seguinte. Como consequência, as ações em andamento pularam de 38,6% para 65%, entre 2018 e 2019. De forma mais tímida, as concluídas foram de quase 5% para 16%. Esse cenário evidencia que, embora a Câmara já estivesse funcionando desde 2017, foi com a execução das melhorias geradas pelo projeto que os resultados positivos

Figura 02. Situação das ações dos eixos do Plano Fortaleza 2040<sup>3</sup>



Fonte: Plataforma Siga 2040 | Acessado em 15/01/2020

Figura 03. Evolução das ações de Desenvolvimento da Gestão Municipal



Fonte: Plataforma Siga 2040 | Acessado em 15/01/2020

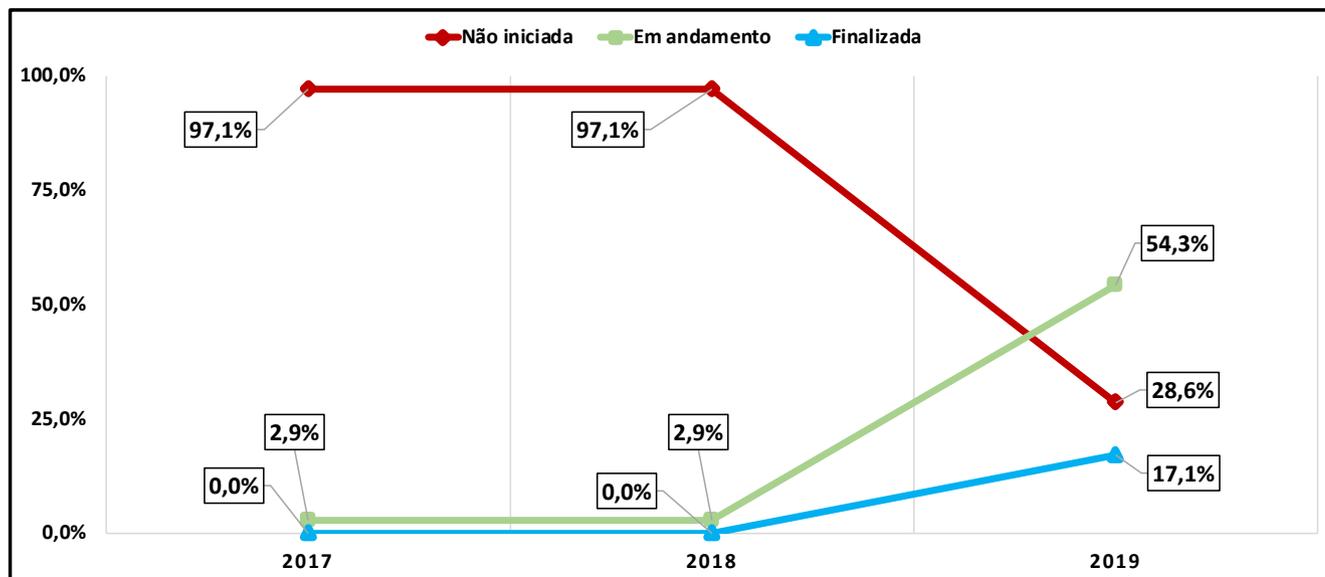
foram expressivamente potencializados.

A consequência foi o reconhecimento no “Encontro Anual das Câmaras Setoriais”, realizado pelo Iplanfor, em fevereiro de 2020, com a presença e a apresenta-

<sup>3</sup> Os dados para o Eixo 1 não estão disponíveis pois sua mensuração não ocorre por meio de ações.

ção das 15 câmaras setoriais. Em diversos momentos o trabalho e os resultados da Câmara de Governança foram citados como referência. Além disso, o colegiado tornou-se um caso de *benchmarking* para a Câmara de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a qual houve reunião técnica com o objetivo de se compartilhar boas práticas.

**Figura 04. Evolução das ações de Participação e Controle Social**



Fonte: Plataforma Siga 2040 | Acessado em 15/01/2020

O Eixo de Governança ter se consagrado como o que possui o maior percentual de ações em andamento e, também, o de menor em número de ações não iniciadas significa respeitar os anseios da sociedade expressados nos dois planos temáticos criados com o Fortaleza 2040. Em termos práticos, deixa como legado uma gestão municipal fortalecida e um sistema de participação e controle social delimitado.

Os 85,4% de ações em andamento e concluídas do Plano de Desenvolvimento da Gestão Municipal torna-se realidade com entregas como a nova carreira de Analista de Planejamento e Gestão; o fortalecimento da rede de planejamento, a nova regionalização administrativa e as plataformas Fortaleza em Mapas e Acervo Digital.

Já do Plano de Participação e Controle Social, o salto de 2,9% para 71,4% de ações iniciadas e finalizadas representam o acompanhamento de entregas como os 39 Fóruns e 29 Agendas Territoriais; apoio e o novo site dos conselhos municipais; o aprimoramento do Portal da Transparência e a adoção de 405 espaços públicos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2017, o governo federal publicou o decreto nº 9.203/2017 que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica

e fundacional. Embora circunscrita à esfera federal, o instrumento normativo definiu os princípios, as diretrizes e alguns mecanismos para o pleno exercício da governança pública, que constituem a base e o referencial orientativo para os demais entes federativos, principalmente para as limitações das gestões municipais.

À luz dos fundamentos teóricos e das disposições normativas que regem a governança, a experiência da Câmara de Governança de Fortaleza tenta evidenciar na prática os obstáculos característicos desse novo paradigma de gestão pública no âmbito municipal, e como as soluções adotadas foram criadas. Não obstante aos primeiros passos que foram dados, o desafio da intersectorialidade continua e a discussão não se encerra aqui, e a Prefeitura de Fortaleza seguirá a caminhar.

#### REFERÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Governança Municipal: modelo de gestão e participação da sociedade na elaboração do plano.** Fortaleza: Iplanfor, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **O Plano Fortaleza 2040 e a governança municipal.** Fortaleza: Iplanfor, 2019.



# Observatório de Fortaleza como instrumento de aprendizagem para estudantes da área do turismo e afins

## 1 INTRODUÇÃO

Considerados como espaços de conhecimento e informação global sobre determinado tema ou setor de atuação, os Observatórios contemporâneos podem ser classificados segundo os objetivos de suas ações. A multiplicidade de suas atividades e produtos faz com que sua importância se torne indispensável para a área a qual se propõe atuar. (ORTEGA; DEL VALLE, 2010 *apud* SOARES; FERNEDA; PRADO, 2017).

Diante disso, o Observatório de Fortaleza – Políticas Públicas e Governança Municipal<sup>2</sup> tem como objetivo produzir, divulgar e tornar as informações sobre a cidade de Fortaleza acessíveis. Para isso, o equipamento se dota de atividades e dispositivos para tornar seus estudos, pesquisas, projetos e conteúdos atraentes para o público e usuários. O referido equipamento é um dos poucos lugares da cidade com dispositivos tecnológicos que abrange a história, cultura e estudos contemporâneos sobre a cidade, além de programações semanais direcionadas a discutir temas concernentes à cidade de Fortaleza com especialistas.

O turismo é responsável por impactar mais de 50 setores da economia, gerando uma cadeia produtiva. Para que a atividade seja qualificada, se faz necessária a formação e qualificação dos profissionais atuantes ou que irão atuar na área (BRAGA, 2016). Nesse contexto, é fundamental para o estudante de turismo e afins um aprendizado amplo, que compreenda a intersectorialidade da área. A interdisciplinaridade do turismo requer do estudante e profissional um conhecimento macro, atualizado, que envolva especificidades comuns ao setor.

Nesse sentido, o Observatório de Fortaleza surgiu como um instrumento de aprendizagem, pela sua interdisciplinaridade. Mediante isso, tem-se como problemática de pesquisa a seguinte indagação: será que o equipamento pode ser um instrumento de aprendizagem para os estudantes da área do turismo e afins?

O presente estudo de caso se propõe a avaliar o Ob-

servatório de Fortaleza como instrumento de aprendizagem para estudantes de turismo e cursos afins. Para tanto, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: caracterizar o formato do equipamento, assim como descrever o Observatório de Fortaleza; contextualizar estudantes da área do turismo e afins; verificar a didática utilizada pelo Observatório. Parte-se da hipótese que a diversidade de atividades e produtos do Observatório de Fortaleza abrange ampla área de atuação, constituindo-se, para o estudante de turismo e áreas afins, uma ferramenta de suporte no aprendizado global da área.

Para viabilizar o teste da hipótese, foram adotados os procedimentos de estudo de caso, pesquisas bibliográficas e documentais, além da observação participante e abordagem qualitativa.

## 2 CONTEXTUALIZANDO OS OBSERVATÓRIOS

Ao se definir os Observatórios, é de relevância que se atente que, ao longo de seu surgimento e prática, seu conceito acaba por ser definido conforme o viés do autor ou da prática em que o observatório está inserido (ASPINALL *et al.*, 2016; LÓPEZ *et al.*, 2012 *apud* SOARES; FERNEDA; PRADO, 2017).

A necessidade de sistematizar informações sobre determinado tema ou setor permitiu que tais equipamentos fossem voltados para pesquisa, estudo, produção e análise de dados, com práticas que explicitaram suas áreas de atuação.

O século XX foi marcado por um período de mudanças tecnológicas, políticas e sociais. Os Observatórios contemporâneos têm sua origem associada a esse período. Limitamo-nos à origem de Observatórios Urbanos, que inicialmente surgiram nos Estados Unidos. Eram instituições que pesquisavam a Urbe, se organizando em rede, denominada National league of cities: *Urban Observatory Program*, na década de 1970 (BRAZ, 2015).

No Brasil, o surgimento dos Observatórios se deu na década de 1990, a partir de universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs), que se dedicavam a produzir estudos e análise de políticas públicas.

Com relação a classificação, Rebouças e Cunha (2010) qualificaram os observatórios segundo o objetivo de suas ações: (i) Observatório fiscal, como um espaço de fiscalização das ações governamentais; (ii)

---

<sup>1</sup>Bacharelada em Turismo (UniFanor) e Ex-estagiária da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR). E-mail: samarycosta.ce@gmail.com.

<sup>2</sup>Sediado desde 2017 na Rua Major Facundo, 584 – Centro – Fortaleza- CE- Brasil.

Observatório *think tank*, colaborando, intervindo e refletindo em prol de políticas públicas; (iii) Observatório laboratório, como espaço de análise diagnóstico e teorização; (iv) Fórum de discussão; (v) Centro de aglutinação e difusão de informações; (vi) Espaços para capacitação e educação; e (vii) Projeto de movimentos sociais. (REBOUÇAS; CUNHA, 2010 *apud* SOARES; FERNEDA; PRADO, 2017).

Pôde-se, a partir disso, elencar diversos observatórios, concernentes a sua classificação embutida em sua temática e relevância para seu meio de atuação. O Observatório de Indústrias Criativas, localizado na Argentina, é uma unidade de estudo composta por uma equipe interdisciplinar dedicada a obter, preparar e disseminar informações quantitativas e qualitativas sobre as indústrias criativas locais (SEMENSATO, 2015). O principal objetivo do observatório é contribuir para a criação de um sistema de informações que sirva para a tomada de decisões pela administração pública e pelos atores envolvidos na produção cultural e criativa, dedicando-se, assim, à indústria criativa e fiscalizando o poder público na elaboração de políticas públicas voltadas para sua área de atuação.

Por sua vez, o Observatório Itaú Cultural é um espaço de pesquisa, formação e reflexão sobre o setor cultural. Por meio de ações diversas, busca promover debates referentes a sua área de atuação, contribuindo para a formulação de políticas culturais. Nesse sentido, o observatório se preocupa em oferecer atividades teóricas e práticas, reflexivas e acadêmicas, com sólido embasamento conceitual e metodológico (SEMENSATO, 2015).

O Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo (OTE), núcleo de pesquisas e inteligência de mercado da São Paulo Turismo (SPTuris), analisa o comportamento do turismo paulistano, contribuindo na produção de dados para tomada de decisão de seus usuários. Para isso, analisa diagnósticos e formula teorias pautadas nos dados pesquisados (SÃO PAULO, 2020).

## **2. 1 OBSERVATÓRIO DE FORTALEZA – POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA MUNICIPAL**

Inicialmente denominado Diretoria de Monitoramento e Avaliação, o Observatório da Governança Municipal (OGM) ou Observatório de Fortaleza foi

criado em 2014. Desde 2017, tem sede na praça do Ferreira, centro da capital cearense, e é coordenado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). O Equipamento é voltado para produção, difusão e ao acesso a informações sobre políticas públicas da cidade, além de exibir as potencialidades e desafios de Fortaleza. Inerente ao seu escopo e frentes de atuação, o Observatório de Fortaleza tem como tarefa produzir debates, encontros, seminários e reflexões, visando alcançar grupos de interesse e interessados (FORTALEZA, 2020).

O Observatório de Fortaleza, enquanto equipamento, assume o lugar estratégico na governança do Plano Fortaleza 2040, plano de longo prazo que envolve os setores competentes no desenvolvimento da cidade. O local é a concretização de três anos de estudos e pesquisas realizados pelo IPLANFOR, com a execução técnica da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC/UFC), assim como os demais stakeholders (FORTALEZA, 2020).

O Observatório de Fortaleza se firma como ambiente de reflexão e discussão de assuntos que envolvem diversos setores e múltiplas áreas, promovendo programas, como Tardes no Observatório, Poética Cidadã, as Férias no Observatório e visitação de escolas e faculdades. Além disso, realizam-se exposições, lançamentos de livros, grupos de discussão e organizações da sociedade civil, como o projeto 1º Conselho Idadão de Fortaleza, em parceria com o coletivo Delibera Brasil/Fundação *NewDemocracy*, capacitação de seus colaboradores, seminários, parcerias com órgãos governamentais e instituições que venham a fomentar seu escopo e a criação da Rede Observatórios do Ceará, Rede Observa – CE (FORTALEZA, 2020).

No campo digital, são disponibilizados, no site, os Cadernos do Observatório, com artigos de temas concernentes à cidade. A seção Fortaleza em Mapas reúne informações georreferenciadas da cidade. Já a seção Acervo Digital de Fortaleza categoriza documentos com informações sociais, econômicas, estatísticas, geográficas, cartográficas, infraestruturais, de mobilidade urbana, histórica, dentre outras.

Seu ambiente físico é composto por hardwares com programações que levam o usuário a imergir interativamente na cidade de Fortaleza, por meio de monitores *touchscreen*, totens interativos, vídeos e óculos de realidade virtual.

A divulgação do equipamento se dá por meio de folders, distribuídos nos principais pontos da cidade e casas do turista e através das redes sociais.

### **3 SITUANDO TURISMO, ESTUDANTES DA ÁREA E AFINS**

A Organização Mundial do Turismo - OMT define Turismo como “[...] as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.” Essa designação foi adotada oficialmente pelo Ministério do Turismo brasileiro – Mtur (BRASIL, 2006,p.03).O turismo se define também como a soma e resultantes das relações de uma viagem no local visitado (BENI, 1998)

O estudo do Turismo é uma área de recente desenvolvimento. No Brasil, os primeiros cursos superiores na área surgiram no início da década de 1970. O termo turismologia é utilizado para designar essa área de estudos, sendo o turismólogo o profissional da turismologia (HALLAL *et al.*, 2010).

O Plano Nacional do Turismo (PNT) 2018-2022 é o documento que ordena as ações do setor público para o desenvolvimento do turismo brasileiro, contextualizando o turismo internacional e nacional. Relata a importância do turismo e afins no contexto da economia do país e sua importância na medida em que avança para realizar os objetivos da política nacional de turismo, como a qualificação profissional e de serviços da área, evidenciando a necessidade e relevância na qualidade dos serviços do setor.

Pelo mesmo documento, o turismo é tido como atividade econômica, capaz de potencializar a economia brasileira por meio de sua cadeia produtiva, que contempla setores tais como: hotelaria, agências de turismo, companhias aéreas, transportadoras de passageiros e turistas, gastronomia, organização de eventos, além de empreendimentos de lazer. Tais áreas são afins e podem ser segmentadas para fins de planejamento, gestão, estudos e pesquisas.

### **4 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM**

O sistema educacional brasileiro apresenta uma divisão em níveis, etapas, fases, cursos e modalidades, segundo a lei de diretrizes e bases da educação LDB, de 1996 (BRASIL,1996), em seu artigo 21º. O estudo

delimita o nível técnico e superior na área do turismo e afins. A cidade de Fortaleza é um destino turístico. Para que a atividade turística seja realizada com qualidade se faz necessária a qualificação. Profissionais do Turismo podem atuar de acordo com a segmentação, como turismo de sol e praia, turismo gastronômico, ecoturismo, cultural, religioso, entre outras, pois a mesma é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado (BRASIL, 2006).

Toda a cadeia do setor vai desde a promoção do destino até a organização da infraestrutura receptiva de desenvolvimento de roteiros, hospedagem, aluguel de veículos, guias e tantos outros. Para atendê-la com eficiência, é fundamental a formação por meio de cursos técnicos ou em âmbito de bacharelado.

O estudante que ingressa em instituições de ensino terá ferramentas para estudo, como bibliotecas, sites, grupos de pesquisa, visitas técnicas, dentre outras. Como um instrumento a mais de aprendizagem, surge a figura dos Observatórios, equipamentos capazes de abranger diversos métodos didáticos, através de programas, atividades, publicações, cadernos de observatório, dispositivos tecnológicos, salas situacionais e site.

Utilizando-se de métodos variados, é instigado no estudante e usuário do equipamento Observatório o pensamento crítico, por apresentar o conhecimento de diversas formas, suscitando assim a construção de opiniões. Para Freire (1997, p. 13), “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Os Observatórios podem ser classificados como espaço de discussão, capacitação e educação, portanto, instrumentos como esses viabilizam a elaboração de novas aprendizagens.

### **5 METODOLOGIA**

Segundo Yin (2005), diferentemente de outros métodos e estratégias de pesquisa, o estudo de caso foca em dois principais aspectos, no “como” e no “por que” de acontecimentos contemporâneos da nossa realidade. Para a descoberta dessas questões na presente pesquisa, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a gerência do Observatório de Fortaleza, do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), da

Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Na ocasião, perguntas foram realizadas e respondidas por meio de uma entrevista on-line no documento enviado para a entrevistada, para melhor compreensão e elucidação do estudo.

Segundo Ponte (1991, p. 2), o estudo de caso “[...] é uma investigação que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica [...], procurando descobrir o que há nela de mais característico”. A partir disso, realizou-se no Observatório de Fortaleza, no período de maio a dezembro de 2019, interruptamente, a observação participante, instrumento pelo qual o pesquisador tem contato direto com o fenômeno estudado (ZANELLI, 2002). Com isso, buscou-se verificar presencialmente suas especificidades e características, coletando dados e informações.

As informações obtidas na entrevista foram ordenadas em um esquema, visando a melhor verificação e análise de resultados. A observação participante foi avaliada logo em seguida.

## 5. 1 ANÁLISE DE RESULTADOS

A leitura do esquema evidencia que o equipamento Observatório de Fortaleza gera educação para seus usuários, como estudantes de turismo e afins, pois dispõe de dispositivos tecnológicos, em seu espaço físico,

com informações sobre a cidade de Fortaleza. Frequentemente, aborda temas tais como gastronomia, mobilidade urbana, turismo, cultura e patrimônio. Em seu programa “Tardes no Observatório”, que é divulgado por meio das redes sociais, a captação do público-alvo e do tema a ser discutido se dá por meio de instituições ligadas à temática. Por agregar uma diversidade de público, que compreende estudantes, pesquisadores ligados às universidades, pesquisadores independentes, gestores municipais, estaduais e nacionais, empreendedores, sociedade civil em geral e interessados nas temáticas, gera confluência de ideias. Considerado como equipamento de capacitação e educação, o mesmo dispõe de ferramentas de aprendizagem e didática interativa por meio dos dispositivos tecnológicos e das atividades, como o programa “Tardes no Observatório”. No setor do turismo, é de se destacar como ação relevante do Observatório de Fortaleza a proposição e incentivo da Secretaria de Turismo de Fortaleza à criação do Observatório de Turismo de Fortaleza.

## 5. 2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Ocorrida no período de maio a dezembro de 2019, interruptamente, por meio da observação participante, pôde-se observar o modo de funcionamento das ati-

**Esquema 1 – Entrevista com a gerente do Observatório de Fortaleza.**



Fonte: Autoria Própria (2020)

Figura 1. Programa Tardes no Observatório – Centro de Fortaleza



Fonte: @observatóriodefortaleza (2019).

vidades, como o programa “Tardes no Observatório”, onde temáticas concernentes à cidade de Fortaleza foram discutidas. Nesse sentido, destaco o programa ocorrido no dia 14 de novembro de 2019, no qual foi debatido o Centro de Fortaleza e suas variáveis, contando com representantes da Secretaria Regional do Centro, Secretaria Municipal da Cultura, Movimento Viva o Centro, além de pesquisadores, professores, alunos, moradores e comerciantes da região. A referida experiência testifica a importância da história e demandas locais, colaborando com a formação cidadã e profissional para estudantes de turismo e afins presentes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa, observou-se a importância dos Observatórios contemporâneos como fonte de informação global sobre determinado setor, porém existia uma dúvida. Por isso a importância do tema do presente estudo de caso: esclarecer se o Observatório de Fortaleza poderia ser um instrumento

de aprendizagem para estudantes da área do turismo e afins.

Diante disso, a presente pesquisa verificou o formato do equipamento, contextualizou estudantes da área do turismo e afins e verificou a didática do Observatório de Fortaleza

Constata-se que os objetivos foram atendidos, pois efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar a inter-relação de saberes, compreendidos na área do turismo e afins, ministrados por atividades do Observatório de Fortaleza ou por meio dos dispositivos tecnológicos organizados pelo equipamento sobre Fortaleza e setores envolvidos na governança da cidade, tornando-se instrumento de aprendizagem para estudantes da área do turismo e afins.

Partiu-se da hipótese que a diversidade de atividades e produtos do Observatório de Fortaleza abrange ampla área de atuação, constituindo-se para o estudante de turismo e afins uma ferramenta de suporte global da área. Durante o trabalho, verificou-se que a hipótese foi confirmada, pois a metodologia utilizada em estu-

dos de caso, que têm em “como” e “por que” suas questões centrais, além da observação participante, foi suficiente para atestar e confirmar a hipótese supracitada.

Por meio da pesquisa e abordagens qualitativas, aplicando-se entrevista e observação participante, constatou-se que Observatório de Fortaleza pode ser considerado um instrumento de aprendizagem para estudantes de turismo e afins. Nesse sentido, tendo em vista sua atuação concernente à temática de Fortaleza, abrange conteúdos referentes ao turismo por meio da realização de atividades presenciais ou pelas redes sociais. Constatou-se também a colaboração da equipe do Observatório de Fortaleza na proposição do Observatório de Turismo, por meio da Secretaria de Turismo de Fortaleza.

O estudo foi redigido no contexto da pandemia da Covid-19, o que impôs limitações. No entanto, a metodologia adotada supriu as necessidades do estudo, tornando a pesquisa eficiente e testificada. Percebeu-se que poderia ter sido realizada uma pesquisa com variáveis mais diversas. Porém, por conta da limitação do isolamento social, não foi possível realizar visitas a faculdades e instituições de ensino para avaliar suas rotinas presenciais que foram modificadas, gerando outras questões não cabíveis ao estudo. Ainda assim, as interações digitais possibilitaram a realização da presente pesquisa, pois não foram alteradas as variáveis fundamentais dos objetivos do estudo de caso. Portanto, para complementar, surge uma nova realidade que pode ser estudada por meio de estudos precedentes.

## REFERÊNCIAS

- BENI, Mario C. **Análise Estrutural do Turismo**. 14. ed. São Paulo: Senac, 1998.
- BRAGA, Gustavo. **Quem é o turismólogo?** 2016. (On-line). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6181-quem-%C3%A9-o-turism%C3%B3logo.html>. Acesso em: 05 maio 2020.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 25 maio 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadernos e Manuais de Segmentação. Marcos Conceituais – Ano de 2006**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/marcos\\_conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/marcos_conceituais.pdf). Acesso em: 25 fev. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional do Turismo 2018 – 2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT\\_2018-2022.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf). Acesso em: 25 fev. 2020.
- BRAZ, Paula Bessa. **Observatórios: modos de conhecer**. Observatório de Governança Municipal de Fortaleza. s. d. (On-line). Disponível em <http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-os.bservatorios/19-braz-observatorio-conhecer.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- FORTALEZA. Instituto de Planejamento de Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Plano Fortaleza 2040**. 2020. Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site>. Acesso em : 25 fev. 2020.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento de Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <http://observatoriodefortaleza.fortaleza.ce.gov.br/quemsomos>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- \_\_\_\_\_. OBSERVATÓRIO DE FORTALEZA. **Tardes no Observatório**. Fortaleza, 2020. Instagram: @observatoriodefortaleza. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5Aj1xGF5nB/>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALLAL, Dalila Rosa; MULLER, Dalila; GARCIA, Tania Elisa Morales; RAMOS, Maria da Graça Gomes. O contexto de criação dos cursos de bacharelado em turismo no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EN AMÉRICA DEL SUR, 10, 2010. **Anais [...]**. Mar del Plata:UFSC, 2010. p. 1-14.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO E EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO (São Paulo). São Paulo Turismo. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.observatoriodoturismo.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 5 maio 2020.

PONTE, João Pedro; MATOS, J. E.; GUIMARÃES, H M., LEAL. L. C., CANAVARRO, A. P. **O processo de experimentação dos novos programas de Matemática**: Um estudo de caso. Lisboa: IIE, 1991.

SEMENSATO, Clarissa. O surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais :Reflexões iniciais para construção de tipologias. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 55-66, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10401/7240>. Acesso em: 05 maio 2020.

SOARES, Lilian Campos; FERNEDA, Edilson; PRADO, Hércules Antônio. Observatório: um levantamento do estado do conhecimento. **Journal of Information Studies: Research Trends**. v. 12, n. 3, p.86-p.110, 2018. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7958/5333> .Acesso em: 25 fev. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, p. 79 - 88, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-294X2002000300009&nrm=iso&tIng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2002000300009&nrm=iso&tIng=pt). Acesso em: 10 maio 2020.



# Políticas culturais e cultura no século XXI: desafios e mudanças

## 1 PREÂMBULO

Na contemporaneidade, é bem possível afirmar que a cultura está a se tornar cada vez mais inteligível. Mas estamos numa encruzilhada: os modelos antigos falharam e ainda estão a gizar os novos. A grande questão é como se devem orientar as políticas culturais numa altura em que as novas tecnologias de informação parecem subverter todos os processos de criação, de mediação ou de fruição (GUERRA, 2019; SILVA; BABO; GUERRA, 2015).

Apoiando-nos essencialmente em relatórios europeus, procuraremos compreender como é que as políticas culturais se podem adaptar ao Modelo Cultura 3.0: *locus* em que todas as esferas foram dramaticamente subvertidas. Como veremos, apesar de ser um modelo complexo de aplicar, especialmente ao nível das políticas locais, a verdade é que se trata de um modelo que na nossa opinião finalmente poderá responder a todas as potencialidades da cultura: isto é, a formação de um projeto emancipador e de um verdadeiro direito à cidade. Tal só poderá ser exequível se as pessoas tiverem o saber-fazer para não estarem submissas unilateralmente ao neoliberalismo: daí a crescente aposta em práticas *do-it-yourself* (DIY) e no *maker movement*.

Neste artigo, analisaremos primeiro as políticas culturais na União Europeia de forma resumida, para depois estudarmos detalhadamente as mudanças, e opções, que estão na base do *digital shift*, como o *maker movement*, o DIY e o cooperativismo na *internet*. Por fim, terminamos com o postulado de políticas culturais no modelo de Cultura 3.0.

## 2 POLÍTICAS CULTURAIS: DEFINIÇÕES E ENCRUZILHADAS

Inicialmente é necessário definir políticas culturais. Muito resumidamente, são processos sociais institu-

cionais que englobam práticas de intervenção muito diversas, mas que assentam em duas dimensões: o poder e a cultura. Podem ser, porquanto, uma resposta institucional a problemas ou a fenômenos do campo de produção cultural ou, por outro lado, um condicionamento exógeno ao campo de produção cultural, especialmente quando as políticas culturais são acionadas a montante dos atores e das instituições culturais. Assim, as políticas culturais, devido ao seu posicionamento exterior ao campo de produção cultural, não deixam de provocar controvérsias, sendo mesmo perspetivadas como uma ameaça à autonomia do campo cultural. E o que podemos dizer sobre a sua gênese? Podemos recuar à proteção que os reis davam às artes durante a Idade Média ou durante o Renascimento. Porém, a ideia moderna de políticas culturais surge no pós-guerra e com a construção dos Estados Providência. Existia a convicção que os governos deviam se preocupar com o bem-estar dos seus cidadãos, inclusivamente com o cultural. Um pouco a ideia de divulgar a “civilização” por toda a população.

Ao abordarmos aqui o papel da União Europeia (UE) nas políticas culturais, temos de analisar primeiro a base legal que sustenta esta ação. Falamos do artigo 3 do Tratado da União Europeia e no artigo 167 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Os países-membros têm uma competência exclusiva no âmbito cultural. O papel da UE é o de encorajar a cooperação e o apoio às atividades dos países membros. Desde a “*European Agenda for Culture in a Globalised World*”, adotada em 2007, que a cultura se encontra no centro das políticas europeias, os três objetivos desta agenda de 2007 não diferem muito do que encontramos atualmente: promoção a diversidade cultural/diálogo intercultural; cultura como catalisador de criatividade; e a cultura como veículo de *soft power*.

Vários programas e agendas têm sido avançados desde então. O mais recente, e que analisaremos agora, é a Nova Agenda, o 2019-22 *Work Plan for Culture* (2018). Trata-se de um plano adotado em 2018 que postula cinco prioridades: 1) sustentabilidade do património cultural; 2) coesão e bem-estar; 3) um ecossistema de apoio aos artistas; 4) igualdade de género; 5) relações culturais internacionais.

Esta nova agenda surgiu da ambição de uma UE em que os cidadãos conseguissem usufruir dos desenvol-

---

<sup>1</sup>Doutora em Sociologia pela Universidade do Porto. Professora no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Investigadora Integrada no Instituto de Sociologia da mesma Universidade (IS-UP). Membro da Comissão Científica do Mestrado em Sociologia da Universidade do Porto. Investigadora associada no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT); no CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”; no Dinâmia CET - IUL; Professora Associada Adjunta do *Griffith Centre for Social and Cultural Research* (GCSCR). Fundadora e coordenadora da Rede Todas As Artes e Rede Luso-Afro-Brasileira de Sociologia da Cultura e das Artes.

vimentos culturais, sociais e econômicos. Por outro lado, a cultura surge aos decisores políticos europeus como uma forma de resolver todos os problemas: econômicos, pois cada vez é maior a proporção dos setores criativos no PIB europeu; sociais, já que as preocupações passam pelo reforço de uma identidade comum, cidadania ativa e inclusão. Com as crises dos refugiados e populismo, a UE sente a necessidade de criar um sentimento de comunidade inclusivo.

### 3 O DIGITAL SHIFT E SUAS METAMORFOSES

Um dos conceitos mais conhecidos no mundo sociológico é o de esfera pública. Resumidamente, Habermas (1976) considera a esfera pública como o espaço em que as pessoas privadas se juntam como um público. Nos últimos anos, o conceito de esfera pública sofreu profundas mudanças. Sofreu uma expansão, mas acima de tudo uma aceleração. É o resultado da predominância das redes sociais e meios de informação. É o chamado *digital shift* (KARATZOGIANNI; NGUYEN; SERAFINELLI, 2016). Trata-se de uma mudança que veio acentuar alguns dos principais rejeitos de Habermas: a formação de uma esfera pública apolítica e não emancipatória. Enfim, uma esfera onde ocorre um consumo passivo e homogêneo de bens culturais e das notícias dos media. Ora, isso provoca fortes impactos nas políticas culturais (europeias, nacionais ou locais), que é a questão que aqui nos importa.

Acima de tudo, segundo a *European Agenda for Culture* (2017) são três as principais mudanças: 1) os indivíduos como criadores/curadores. Isto é, a passagem do passivo para o ativo; 2) os indivíduos como novas audiências e, também, a grande questão: como os encontrar e promover o seu envolvimento?; 3) os indivíduos como críticos e comentadores, o que chamam de *feedback loop*. Sobre o primeiro tópico, podemos referir que as pessoas se libertaram das amarras da perspectiva paternalista. Esta começou nos anos 1960, na França. O objetivo era usar a arte erudita francesa como base de coesão e integração social. Além da óbvia visão paternalista, já que estamos a falar de uma política cultural de cima para baixo, em que os *especialistas* procuram elevar o gosto artístico do *povo*, numa lógica de quase os arrancar do obscurantismo. Como os trabalhos de Bourdieu (2010) nos mostram, foi uma estratégia que falhou. Agora as pessoas pura e simples-

mente não aceitam esta perspectiva paternalista e não aceitam passivamente as ofertas institucionais. Acima de tudo, é possível observar a passagem do passivo para o ativo, quer dizer, a participação dos indivíduos no processo participativo. Veja-se os múltiplos casos de cocriação artística, em filmes, teatro, museus, *DIY* baseados numa lógica de *crowd-curating*.

De igual modo, não nos podemos esquecer da importância do movimento *DIY*, que tem obtido cada vez mais seguidores, individuais e institucionais (GUERRA, 2018). É de salientar que o *DIY* entrou inclusivamente em políticas culturais europeias ou nacionais. A própria União Europeia começa a despertar para a necessidade dos seus cidadãos terem capacidades e saber-fazer capazes de os fazer superar obstáculos e os tornar mais independentes da sociedade de mercado. Temos, nos últimos anos, o projeto de investigação RICHES<sup>2</sup>, apoiado pelos fundos europeus, que tem como objetivo principal reduzir a distância entre as pessoas e a cultura. A melhor forma de o fazer, segundo os investigadores, é demonstrar a importância do saber-fazer artesanal e de como as tecnologias digitais são capazes de potenciar tudo isto.

Sobre o segundo tópico, as pessoas possuem novas formas de estabelecer ligações com a oferta cultural. Deixaram de ser receber o catálogo em casa ou ler no jornal as próximas atividades culturais. As instituições culturais precisam, portanto, de descobrir onde estão estas audiências e motivá-las a participar (*EUROPEAN AGENDA FOR CULTURE*, 2012). Mais do que isso, devem alcançar audiências que até então não participavam. As plataformas digitais são a melhor possibilidade para as alcançar. O digital shift possibilitou alcançar esses grupos até então impossíveis de obter. Agora, a grande questão é desenvolver a capacidade, por parte das instituições culturais, de desenvolverem formas culturais mais acessíveis e inclusivas para superar as barreiras sociais e físicas do acesso à cultura. Por outro lado, com o progresso de uma visão identitária do eu, as pessoas cada vez mais se identificam através de comunidades com gostos/interesses específicos: minorias étnicas ou religiosas, jovens, pessoas com deficiências etc. Apesar de esta dispersão criar problemas

---

<sup>2</sup>Para maiores desenvolvimentos ver <https://www.riches-project.eu/>



para as instituições, a verdade é que através das novas tecnologias digitais todos estes grupos passam a estar ao alcance.

Por fim, no terceiro tópico temos talvez o principal receio das instituições culturais. A tecnologia digital não permite unicamente aceder a múltiplas fontes de informação. Também passa a ser possível criticar e elogiar, imediatamente, as experiências que as pessoas vão tendo: seja um restaurante, uma cadeia de vestuário ou um museu. E aqui está o que para muitos é um problema. Como lidar com o *feedback* das audiências? Como lidar com um mau *feedback* nas redes sociais que vai crescendo como uma bola de neve? Esta visão é o reverso da medalha da perspetiva paternalista que não confia nas boas intenções destes *novos públicos* e da sua recente agência. Por outro lado, podemos ver nisto a capacidade de se obter opiniões sobre os padrões de qualidade, o que permite às instituições culturais uma ação mais direcionada e cuidada do que está errado. Todavia, como sabemos, a primeira versão nem sempre está errada. As redes sociais criam a capacidade de pequenas minorias criarem um *barulho* desproporcio-

nal e com isso fazer que as instituições respondam às suas exigências. O que pode levar à distorção e enviesamento do *feedback* recolhido e levar a decisões ex-temporâneas.

Posto isto, voltemos a postular três pontos, desta vez para os papéis que as instituições culturais, numa época marcada pelo *digital shift*, devem responder (*EUROPEAN AGENDA FOR CULTURE*, 2017): O papel educacional, já que é indispensável para a transmissão de conhecimento e é espaço para uma reflexão crítica sobre múltiplas questões, relacionadas ou não com a cultura. É, por assim dizer, o papel tradicional, o papel criativo, encorajando a criatividade e inovação que podem ser construídas a partir do conhecimento tradicional; o papel económico, já que as instituições culturais têm agora a necessidade de contribuição para acrescentar valor económico, como através do turismo.

#### **4 O MAKER MOVEMENT E A REIVINDICAÇÃO DE UM MUNDO MELHOR**

Então, temos de nos questionar: qual o papel da cultura na sociedade contemporânea? Terá ainda al-



gum papel de relevo na esfera pública e no combate ao avanço das políticas neoliberais e programas políticos de extrema-direita? Pensamos que o apelidado *maker movement* é uma forma particularmente interessante de envolver as pessoas no seu processo cotidiano. Trata-se de um movimento inicialmente voltado contra a produção em massa e uniformidade, entendido como alienante, e que por isso promovia os valores da simplicidade, criatividade individual e saber-fazer (MARTIN, 2015). Os ideais que o moldam encontram-se nos anos 1960, com os movimentos contraculturais e o seu ethos de emancipação sociocultural. Atualmente, com a penetração das tecnologias de informação e com as economias a se afastarem do modelo industrial para o modelo digital, o *maker movement* explodiu e expandiu para todo o globo a filosofia *DIY* que sustém este movimento.

É esta a grande diferença deste movimento. Deixou de estar acantonado num nicho de entusiastas e passou a ser um movimento mais amplo. Possui uma vertente econômica sim, mas vai muito mais além disso. Primeiro, promove uma renovação do interesse

no saber-fazer; segundo, promove uma democratização do processo de produção; terceiro, promove novos processos de aprendizagem e conhecimento. É um processo democrático em todos os níveis, o que pode ser transmitido a outras esferas da vida pública. A própria União Europeia reconhece a este movimento potencialidades e não apenas econômicas. Temos casos de projetos de ciência participativa, em que a base é o *DIY*, que procura ligar as pessoas com o mundo da ciência (NASCIMENTO *et al.*, 2014). Um modelo que cada vez mais as empresas privadas procuram replicar, em busca de inovação gerada por perspectivas *bottom-up*. É também necessário que nos questionemos: que sociedade este modelo *maker* promove? Rosa, Pereira e Ferretti (2018) consideram que apesar deste modelo mudar o mundo aos poucos e com pequenos passos, assume-se como marcante, pois os indivíduos adaptam o seu mundo físico através de um saber-fazer, através de fazerem coisas com as suas mãos.

Por outro lado, e relacionado com esta questão, encontra-se a ideia do cooperativismo na Internet (*platform cooperativism*), que assenta na noção de que

organizações democráticas podem e devem substituir empresas como a *Uber*, *Facebook* ou *Airbnb*, que exploram o trabalho de muitos e dão os lucros a poucos. O conceito de *platform cooperativism* tem obtido uma importância crescente desde que Scholz (2017) o popularizou como uma forma de criar plataformas *on-line* baseadas em estruturas cooperativas e como solução para os efeitos corrosivos do capitalismo. O cooperativismo na Internet é também uma renovação do modelo cooperativista, que é tão velho quanto o próprio capitalismo, pretendendo avançar com a ideia de uma Internet das Pessoas, em que a tecnologia é colocada para servir o bem social. Em que as pessoas tenham a capacidade de criar, comunicar, debater e decidir. No fundo, é dar às pessoas a capacidade de criar uma verdadeira alternativa à economia de partilha, que tem sido acusada de se apropriar do conceito de partilha para potenciar os seus lucros com o mínimo de investimento (SANDÓVAL, 2019).

Mas não podemos confundir o cooperativismo na Internet com o que se chama de *peer production*. Os projetos inspirados na *peer production* procuram produzir bens e plataformas acessíveis a todos. O cooperativismo na Internet, por outro lado, almeja beneficiar diretamente um determinado grupo de membros. Ou seja, não se trata de uma simples forma não-comercial de partilha. Procura romper com o intermediário e desenvolver novas formas de monetizar a colaboração *on-line*. Para muitas cooperativas digitais, o objetivo primordial não é o simples lucro, mas a criação de alternativas éticas ao capitalismo. Outras, por seu lado, procuram mesmo uma alternativa radical à forma como a economia é gerida e como a riqueza é partilhada. Mas acima de tudo é necessário constatar que as cooperativas digitais são empresas e por isso contribuem para a mudança social dentro do capitalismo. Assim, e apesar de todas as ambiguidades, trata-se de um modelo com potencial para unir ativistas, programadores, trabalhadores e todo e qualquer que pretenda usar a internet como forma de mudança social. Isto é, nas palavras de Bloch (1995), uma “concrete utopia” que não apenas sonha com uma alternativa social, mas a coloca em prática.

## 5 POLÍTICAS CULTURAIS PARA UMA CULTURA 3.0

Posto tudo isto, a nossa ideia é que as políticas culturais precisam se adaptar à *Cultura 3.0*. A *Cultura 1.0* era baseada na lógica de mecenato; a *Cultura 2.0* surge com os modernos estados-nação e (tímido) alargamento das audiências culturais. Atualmente entramos no modelo *Cultura 3.0*. Trata-se do resultado da nova vaga de inovações tecnológicas que estão na base das indústrias culturais. A grande inovação é que agora não se centra no alargamento da oferta e das audiências, mas sim numa mudança estrutural na produção. Hoje em dia praticamente cada um pode ser produtor. Com esta explosão do lado da produção, cada vez se torna mais complexa a divisão entre produtores e consumidores culturais. Sacco, Ferilli e Blessi (2018) afirmam que a grande mudança da *Cultura 3.0* é a transformação das audiências em atores culturais. E isto altera indelevelmente a separação entre os setores econômicos, culturais e criativos. Estes setores tornam-se cada vez mais sobrepostos e interdependentes.

O enfoque terá de ser, acima de tudo, numa participação cultural ativa. Uma situação em que as pessoas não se limitam a receber passivamente a cultura, mas são, pelo contrário, estimulados a participar em todo o processo. Serem parte integrante. Não apenas ouvir música, mas tocar, formar uma banda. O que implica toda uma mudança nas expectativas e valores, quer dos indivíduos quer das ideias que se têm sobre a criação artística (Durrer; Henze, 2020). O poder da participação cultural ativa da *Cultura 3.0* comporta oito níveis (Sacco; Ferilli; Blessi, 2018): primeiro, a inovação, pois a participação direta implica que os indivíduos adquirem criativamente ferramentas para desafiar e desconstruir valores e ideias estabelecidos; segundo, bem-estar, pois existe uma ligação entre participação cultural e bem-estar físico e psicológico; terceiro, sustentabilidade, já que a participação cultural ativa possibilita a aquisição de comportamentos e hábitos que são importantes para potenciar a mobilização social; quarto, coesão social, pois existe uma forte evidência da importância da participação cultural ativa ao nível da coesão social. Os próprios relatórios da União Europeia refletem isso; quinto, novos modelos empreendedores, pois a participação cultural ativa, com o seu enfoque na criatividade, é um importante estimulador de novas formas de empreendedorismo; sexto, aprendizagem ao longo da vida, pois é possível encontrar associações en-

tre participação cultural ativa e aprendizagem ao longo da vida; sétimo, *soft power*, pois a produção criativa e cultural aumentam a visibilidade e influência de uma região ou país a nível internacional; oitavo, identidades locais, já que existe o potencial para uma reconstrução da identidade local, isto é, se as políticas culturais incluírem as novas dinâmicas de produção cultural acima mencionadas e permitirem a participação das comunidades locais nessa mesma produção.

## 6 NOTA FINAL

Urge, portanto, a aplicação de políticas culturais emancipadoras. O melhor espaço para as aplicar, na nossa opinião, é nas cidades. Sem cidades não há cultura e vice-versa. Uma maior participação cívica e cultural, como vimos, é essencial para a formação de uma cidadania emancipada. O problema é que a democracia local, em geral, encontra-se baseada no chamado *cesarismo local*, isto é, presidentes da câmara que se perpetuam direta ou indiretamente nos cargos, o que implica necessariamente um poder local enfraquecido. Trata-se de um contexto pouco favorável a implementação de políticas emancipadoras.

Assim, *o direito à cidade* implica, na aceção de Matoso (2014), bem mais do que acesso a bens e recursos urbanos, mas sim a capacidade dos cidadãos de se transformarem a si mesmos e à cidade. Uma das melhores formas, que a própria UE procura implementar, são os orçamentos participativos. Vistos como uma inovação democrática com maior potencial para modificar as políticas culturais urbanas. Apesar de inicialmente ocorrer na América Latina, sofreu o impulso com a crise econômica europeia. Atualmente, cerca de 4000 cidades já experimentaram, de uma forma ou outra, orçamentos participativos. Esta explosão não deve ser desassociada do modelo Cultura 3.0, já que o desenvolvimento das tecnologias de informação têm aqui um papel-chave. O projeto EMPATIA<sup>3</sup>, fundado pela UE, procura responder aos desafios de como planejar sistemas participativos coerentes, bem como ferramentas que potencializem a agência. Veja-se o caso da ferramenta *Empaville*, um *role-playing game* que simula um processo participativo numa cidade imagi-

nária, com todos os conflitos típicos nestes processos. O objetivo, assim, é abrir a cidade às propostas de todos os cidadãos, num diálogo crítico e exigente, e que sirva finalmente para se obter o direito à cidade num contexto de democracia local participativa e livre de pessoalismos que condicionam as políticas cultural e urbanas ainda hoje.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, E. *The Principle of Hope*. Cambridge: MIT Press, 1995.

BOURDIEU, P. *A Distinção*. Lisboa: Edições 70, 2010.

DURRER, V.; HENZE, R. (Eds.). *Managing Culture. Reflecting On Exchange In Global Times*. Londres: Palgrave, 2020.

EUROPEAN AGENDA FOR CULTURE. *A report on policies and good practices in the public arts and cultural institutions to promote better access to and wider participation in culture*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012.

EUROPEAN AGENDA FOR CULTURE. *Promoting access to culture via digital means*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017.

GUERRA, P. Raw Power: Punk, DIY and Underground Cultures as Spaces of Resistance in Contemporary Portugal. *Cultural Sociology*, v. 12, n.2, p. 241–259, 2018.

\_\_\_\_\_. Pensar as políticas culturais no século XXI: o caso de Lisboa. *Revista NAVA*, v.3, n. 2, p. 157-179, 2019.

HABERMAS, J. *The Public Sphere: An Encyclopedia Article* (1964). *New German Critique*, n.3, p. 49–55, 1974.

KARATZOIANNI, A.; NGUYEN, D.; SERAFINELLI, E. (Eds.). *The Digital Transformation of the Public Sphere*. Londres: Palgrave, 2016.

<sup>3</sup>Para maiores desenvolvimentos, ver <https://empatia-project.eu/>

MARTIN, L. *The Promise of the Maker Movement for Education*. **Journal of Pre-College Engineering Education Research**, v. 5, n.5, p.1-30, 2015.

MATOSO, R. **Cultura, Espaço Público e Desenvolvimento**: Que opções para uma política cultural transformadora? Évora: CIMAC, 2014.

NASCIMENTO, S.; GUIMARÃES PEREIRA, Â.; GHEZZI, A. (2014). **From Citizen Science to Do It Yourself Science**. *Luxembourg: Publications Office of the European Union*, 2014.

ROSA, P.; PEREIRA, A. G.; FERRETTI, F. **Futures of Work: Perspectives from the Maker Movement**. *Luxembourg: Publications Office of the European Union*, 2018.

SACCO, P. L.; FERILLI, G.; TAVANO BLESSI, G. (2018). *From Culture 1.0 to Culture 3.0: Three Socio-Technical Regimes of Social and Economic Value Creation through Culture, and Their Impact on European Cohesion Policies*. **Sustainability**, v. 10, n. 11, 2018.

SANDOVAL, M. *Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation*. **Critical Sociology**, 2019.

SCHOLZ, T. **Uberworked and Underpaid**. Cambridge: Polity, 2017.

SILVA, A. S.; BABO, E. P.; GUERRA, P. Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 78, p. 105-124, 2015.



# O legado do Projeto São José para o desenvolvimento rural sustentável no Ceará

## 1 INTRODUÇÃO

A defesa de um desenvolvimento rural sustentável integra o escopo de ações e estratégias governamentais da Plataforma “Ceará 2050”, na qual a mesma tem sido imprescindível para requerer ações do estado que evidenciam a responsabilidade pública de enfrentar a questão social, garantindo, dentre outros, o direito à terra, à água e ao trabalho. Trata-se de um processo reivindicatório dos trabalhadores e trabalhadoras do campo organizados em associações comunitárias, cooperativas, assentamentos que encaminham suas demandas sociais para que sejam atendidas via políticas públicas, sob responsabilidade do Estado.

A exclusão econômica e social, o acúmulo e a concentração de riquezas por parte de uma pequena parcela da população, o aumento da pauperização da classe trabalhadora, o desemprego estrutural, as disputas pela terra, uma educação que não atende a todos, o recrudescimento do ultraconservadorismo, a agudização da desigualdade social, o aumento da violência no campo e na cidade, o ataque aos direitos sociais e à questão ambiental aprofundam as expressões da questão social. Soma-se a isso a enorme disparidade que envolve as cinco regiões do país – em especial a região Nordeste que ainda detém, segundo o Mapa de Pobreza e Desigualdade<sup>4</sup> divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2008, o primeiro lugar que está mais longe de vencer a barreira da linha da pobreza, tornando-a a ser considerada a região que mais necessita de investimentos.

---

<sup>1</sup>Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão social pela Universidade Estadual do Ceará. <http://lattes.cnpq.br/8335132894796505> E-mail: [janaalencar@gmail.com](mailto:janaalencar@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Ciências da Educação pela Universidade da Madeira (UMA) - Portugal. <http://lattes.cnpq.br/1487459435511278> E-mail: [msjunior0902@gmail.com](mailto:msjunior0902@gmail.com)

<sup>3</sup>Coordenador do Projeto São José/SDA. Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade da Madeira (UMA) - Portugal. <http://lattes.cnpq.br/8493504491414121> E-mail: [lafaetealmeida@yahoo.com.br](mailto:lafaetealmeida@yahoo.com.br)

<sup>4</sup>Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003.

<sup>5</sup>Programas Sociais são iniciativas destinadas a melhorar as condições de vida de uma população. Entende-se que um programa deste tipo está orientado para toda a sociedade ou, pelo menos, para um setor importante que tem certas necessidades ainda por preencher. A grande maioria dos programas sociais são implementados pelo Estado. Disponível em: <https://conceito.de/programa-social>. Acesso em: 15 set. 2020

O caráter histórico da distribuição de recursos públicos e a apropriação privada de recursos naturais, em consonância com o crescimento econômico desigual e irregular, retrata o enorme desafio de trabalhar o desenvolvimento de forma equitativa nas regiões do Brasil. Diante disso, a Região Nordeste do país tem sofrido com as políticas públicas desenvolvimentistas que, ao longo do processo de nossa formação sócio histórica, priorizaram um maior crescimento do Sudeste e Sul do Brasil. Por outro lado, cabe-nos reivindicar uma mudança nesse contexto, ainda que tímida e morosa, pela via das políticas públicas a fim de que atendam às necessidades dos povos do campo, no sentido de minimizar as desigualdades entre as regiões.

Ainda temos muito o que avançar para combater a desigualdade social que afeta a Nação, e em especial a população que se localiza no meio rural, mais especialmente aquelas que não são contempladas pelas políticas públicas. Conforme assevera Hoffmann (2009), a pobreza no meio rural é mais intensa quando comparada ao meio urbano, necessitando um tratamento político diferenciado daquele outorgado a este último, já que essa desigualdade social é fator que contribui para o status pobreza.

Nesse sentido, nos valem do legado deixado pelos programas sociais<sup>5</sup> brasileiros que fizeram e fazem a diferença para quem os recebe. Entre eles estão: Água Para Todos, Luz Para Todos, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, Brasil Sem Miséria, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, que compõem, historicamente, importantes planos de desenvolvimento para o combate à miséria e para a redução das desigualdades sociais no país, em especial na Região Nordeste.

Faz-se necessário fomentar a construção de políticas públicas que visam garantir a permanência do homem e da mulher no campo e, portanto, que sejam criadas as condições objetivas que permitam aos trabalhadores camponeses e suas famílias as condições de acesso no que se refere aos direitos sociais reconhecidamente fundamentais. Inclui-se, nesse âmbito, o programa de sucessão rural das juventudes.

Tendo como horizonte as estratégias de planejamento do Ceará 2050 deve-se considerar o aspecto da interterritorialidade das ações relativas ao desenvolvimento territorial no estado, onde podemos destacar temas

como agropecuária, questão ambiental e recursos hídricos.

Esta discussão nos remete às responsabilidades assumidas pelo setor de desenvolvimento agrário do Estado do Ceará que articula iniciativas de apoio à gestão, à produção e à base produtiva para os agricultores familiares organizados em entidades da sociedade civil, tal como a execução do projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José que trataremos mais adiante.

Em se tratando destes temas, uma das capilaridades de intervenção do governo do Estado do Ceará é por meio da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) que desenvolve, ao longo de mais de 20 anos, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José (PDRS/PSJ) - atualmente em sua quarta versão -, com o intuito de alavancar o processo de organização comunitária e de protagonismo social e econômico no meio rural no que diz respeito à organização produtiva e o acesso à água. Desde a sua implementação, essa experiência vem sendo realizada em parceria com o Banco Mundial, bem como as demais instituições parceiras: Ematerce, Cagece, Funceme, Ipece, Sisar, Sohidra, TCE.

Trata-se de um projeto que surgiu da avaliação positiva do programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) reformulado, realizada conjuntamente pelo governo brasileiro e o Banco Mundial, tendo como sucesso a introdução de um modelo efetivo para minimizar a pobreza rural no Nordeste, em especial no Estado do Ceará.

O Projeto São José (PSJ) passou por várias fases até se tornar o que conhecemos hoje, tendo como premissa garantir o desenvolvimento sustentável no Ceará, com foco na inclusão produtiva das populações rurais, proporcionando condições para se alimentar de forma saudável, produzir e comercializar seus produtos, sempre em conexão e cuidado com o meio ambiente.

O PSJ se destina a todos os grupos sociais como agricultores familiares que estão inseridos nos grupos mais pobres das áreas elegíveis, bem como artesãos, indígenas, jovens, mulheres, atingidos por barragens, pescadores artesanais e quilombolas.

Atualmente no Estado do Ceará existem 184 municípios, dos quais 154 já foram contemplados com ações

do PSJ, beneficiando comunidades, famílias, associações e cooperativas, priorizando o apoio a projetos produtivos<sup>6</sup>.

As principais demandas identificadas e consolidadas pelo PSJ focalizaram, inicialmente a inclusão econômica de agricultores familiares e pequenos produtores rurais não agrícolas nos elos de maior agregação de valor das cadeias produtivas. Considerando os esforços do Estado e visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, estão incluídas obras que visam à ampliação e/ou implantação de sistemas de abastecimento de água com distribuição domiciliar, bem como serviços de esgotamento sanitário simplificado nas comunidades beneficiadas. Finalmente, no rol de investimentos do projeto há, ainda, o suporte a um conjunto de atividades de fortalecimento institucional às estruturas organizacionais beneficiárias e funções públicas, como agentes essenciais para assegurar a competitividade e a sustentabilidade do mesmo.

Acreditamos que o PDRS/PSJ, agora em uma nova fase de desenvolvimento, traz em seu âmago uma evolução que foi trilhada ao longo de todo o seu percurso histórico. As atividades apoiadas pelo projeto, ao mesmo tempo em que pode contribuir em outras frentes, como traçar uma estratégia educacional voltada para contemplar uma educação voltada para o jovem agricultor e sua condição de permanência no campo, também se consolida como uma estratégia de desenvolvimento rural com sustentabilidade, na qual busca garantir ações inovadoras e novas oportunidades no campo.

## 2 O PERCURSO DO PROJETO SÃO JOSÉ NO CEARÁ

O Projeto São José vem desde os idos de 1990, sendo desenvolvido ao longo do seu período histórico. A partir do ano de 2012 houve a implantação do Projeto São José III, que passou por mudanças no decorrer do seu percurso.

Num primeiro momento, o Projeto São José III teve como foco o fortalecimento da agricultura familiar com a perspectiva de aumentar a inserção econômica, agregação de valores aos empreendimentos familiares,

---

<sup>6</sup>Dados colhidos no Sistema de Gerenciamento de Projetos – Sipro do PSJ.

com financiamento de projetos produtivos no âmbito de cadeias produtivas promissoras, numa perspectiva de fortalecimento dessas cadeias e da inserção sustentável da agricultura familiar nos respectivos mercados e assim torná-las resilientes frente as dificuldades.

Enquanto política pública estruturante, o PSJ III financiou a infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo assim com as metas de universalização do abastecimento de água potável e saneamento no meio rural do Estado do Ceará, proporcionando a minimização do uso de carros pipas e da contaminação do solo e das águas pelo lançamento incorreto dos esgotos.

Ressalte-se que na 1ª fase do PSJ III, as condições climáticas e ambientais de semiaridez afetaram profundamente a produção agrícola, gerando dessa forma uma situação de vulnerabilidade para as populações rurais do Estado do Ceará. Esta fragilidade se fez sentir presente em fatores como: escassez de recursos hídricos, degradação ambiental, vulnerabilidade da segurança alimentar e nutricional entre outras.

Vale lembrar que, ainda na fase acima descrita, as Entidades Representativas dos Beneficiários – associações, cooperativas, condomínios entre outras formas organizativas -, apresentaram vulnerabilidade socioeconômica, já que as de menor poder aquisitivo e/ou conhecimento tiveram dificuldade em acessar os benefícios do projeto, seja através do acesso da internet ou, ainda, pela pouca e/ou nenhuma capacidade de gestão empresarial, ao mesmo tempo em que as mesmas não possuíam capital de giro.

O PSJ III 1ª fase aplicou com empenho esforços para capacitar e acompanhar todas entidades e seus beneficiários para que de forma coletiva as barreiras pudessem ser derrubadas, ao mesmo tempo em que se construía uma relação de laços fortalecidos por ações que, muitas vezes, necessitaram ultrapassar fronteiras de desconfianças, bem como de aspecto cultural. O processo de mudança ocorrido foi um grande desafio enfrentado pelo projeto, o qual só o fortaleceu para assemelhar as novas demandas.

Saliente-se ainda que a 1ª chamada pública por meio eletrônico (internet) trouxe um grande avanço, ao mesmo tempo consolidou a transparência na gestão de recursos públicos empregados, favorecendo assim a possibilidade de todos aqueles que desejassem partici-

par do certame. É necessário reafirmar que ao promover todo esse desenvolvimento o PDRS/PSJ III 1ª fase traz em seu interior e contexto um vanguardismo com ideias avançadas, exercendo dessa forma um papel de precursor.

A maior característica do PSJ III 1ª fase foi a demanda crescente por água tratada nas mais diversas comunidades rurais do Estado principalmente devido ao agravamento da seca que já está no seu sexto ano consecutivo, ao mesmo tempo com esgotamento sanitário simplificado e construção de módulos sanitários.

Entendemos que o PSJ III 1ª fase cumpriu seu papel, favorecendo um maior desenvolvimento do meio rural quanto à questão de levar água para comunidades muito necessitadas desse bem, que é indispensável para a sobrevivência humana. Houve a necessidade de atualizar as demandas do projeto, ampliando suas ações, assumindo novos desafios, ao mesmo tempo em que se reafirmou sua importância não somente no âmbito estadual, mas também à nível regional e nacional. Atualmente o projeto - em seu novo momento - tem desenvolvido novas parcerias, realizou mudanças em sua estrutura organizacional e na concepção dos modelos de projetos desenvolvidos, aumentou e reorganizou seu corpo de profissionais, bem como implementou novas atribuições com a finalidade de atender os indicadores socioambientais e promover uma melhoria na qualidade de vida e no capital social rural.

A fase seguinte do PSJ III teve início a partir do ano de 2016 até meados de 2018, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar e, garantir o acesso a água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.

Atualmente, o Projeto São José se encontra em uma nova versão que é o PSJ III 2ª Fase/PSJ IV cujo organograma está disposto da seguinte maneira: 06 gerências, que são – Geraq – Gerência de aquisições; Geas – Gerência de acesso à abastecimento de água e saneamento rural; Gefig – Gerência de fortalecimento institucional e gerenciamento do projeto; Geplama – Gerência de planejamento, monitoramento e avaliação; Geafi – Ge-

rência administrativa-financeira; e, Gies – Gerência de inclusão econômica sustentável. Em relação às assessorias do PSJ contamos com 05, sendo as seguintes: ambiental, social, jurídica, comunicação e TI.

O projeto trabalha com a questão da água e fomenta as cadeias produtivas do meio rural, atendendo agricultores familiares e, ainda, povos e comunidades originários e tradicionais, constituindo uma política importante para o Estado do Ceará.

**Figura 1. Agricultores familiares produtores de melão, banana, batata, jerimum, etc.**



Fonte: Registro de José Anairton, da Associação dos Moradores de Cajazeiras, em Aracati - CE

Segundo consta na base de dados do Cadastro Único dos Programas Sociais – CADUNICO, em 2015 foram identificadas no Ceará 196.080 famílias tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganas, comunidades de terreiros, entre outros), sendo 4.247 indígenas, 2.024 quilombolas, 68 ciganas e 661 comunidades de terreiros, esses dois últimos grupos de famílias, mais concentrados na região de Crateús.

O contexto brasileiro apresenta bases agropecuárias bem distintas: por um lado está o agronegócio que tem bases empresariais; no outro lado temos a agricultura familiar, na qual apresenta características bem específi-

cas. Vale salientar que ambas se distinguem facilmente. A primeira tem suas bases voltadas para o interior do país, além de concentrar a terra nas mãos de uma elite empresarial e que se volta para o mercado externo. Já a segunda se concentrou de maneira histórica em três regiões – Nordeste, Norte e Sul, todas elas voltadas para a demanda interna por alimentação, bem com uma participação bastante pequena no setor agropecuário, já que a agricultura familiar é muito heterogênea.

Entendemos aqui que existem agricultores mais capitalizados e uma infraestrutura muito boa, com inserção no mercado; outros encontram dificuldade de

sobrevivência até para produzir. Conforme Barbosa e Peixoto (2018, p.4) no documento intitulado Diretrizes para o fortalecimento e expansão da agricultura em regime de economia familiar no Estado do Ceará: “a agricultura familiar brasileira é portadora de especificidades regionais importantes e dialoga com a diversidade ambiental, social e cultural do país, retratando bem a diferenciação regional brasileira”.

Assim, o processo de combate à pobreza no campo e na cidade perpassa pela necessidade de construir uma política pública solidária e concreta, que atue em prol da coletividade, na qual vise o ser humano como algo maior, objetivando a defesa do público, da igualdade, da liberdade e dos investimentos na capacidade humana, como bem explicita as diretrizes pautadas nos 7 Cearás - o Ceará do Conhecimento, o Ceará Democrático, o Pacífico, o de Oportunidades, o Ceará Acolhedor, o Saudável e o Sustentável (CEARÁ, 2014, p. 57). Isto nos provoca a revisitar constantemente os instrumentos, ferramentas e concepções atuais do Projeto São José.

A realidade do campo requer estratégias para implantação de políticas públicas necessárias e adequadas para o fortalecimento dos territórios, o combate à pobreza das populações do campo, a democratização do acesso e uso racional da água, bem como o respeito à questão de gênero, classe, geração e de raça e etnia. Cabe aos gestores das políticas compreenderem o campo/rural como uma categoria histórica, circunscrita em sua trajetória social (ELEUTÉRIO, BARROS, SOUZA JÚNIOR, 2019, s/p.).

Nesse sentido, se faz necessário considerar as estratégias do Plano de Governo dos 7 Cearás e contemplar as oportunidades previstas no Ceará 2050, tal qual a “elevação do nível socioeconômico dos municípios, nas regiões litorâneas e em áreas de maior produtividade rural ou urbana, como o Cariri, o Vale do Jaguaribe e o Sertão de Sobral, com redução do desequilíbrio existente entre estes e a capital”. (CEARÁ 2050, 2018, p. 65). Para isso é preciso que cada estratégia seja definida de forma objetiva, para que todos os recursos sejam usados de maneira eficaz e eficiente, evitando assim o desperdício seja de recursos financeiros, seja material ou humanos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que seja possível o empoderamento e protagonismo político dos sujeitos do/no campo, há a necessidade de se fomentar políticas públicas para que essa população esteja contemplada e inserida no contexto da dinâmica social do campo. Cabe, ainda, vislumbrar o fortalecimento dos processos formativos (educacionais) no/do/para o campo, no qual possibilite aos futuros gestores das comunidades, associações e/ou cooperativas desenvolver uma atuação em suas localidades com maior lucidez e entendimento sobre todos os trâmites necessários para uma melhor gestão e apoio à base produtiva.

É necessário ressaltar, ainda, que o uso das novas tecnologias é uma real necessidade não apenas no interior do processo educativo, mas também no cotidiano das pessoas, já que nos apoderamos cada vez mais do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e de novas ferramentas inclusivas.

Salientamos que se faz preciso estreitar laços interinstitucionais, com os movimentos sociais do campo e, ainda, como os mais diversos segmentos educativos para que possamos contribuir para o desenvolvimento de ações de educação do campo ampliando a conscientização dos sujeitos sociais dos territórios.

A estratégia educacional tem como principal atributo favorecer a permanência dos jovens no campo, no sentido de desenvolver as potencialidades presentes em cada localidade, bem como compreender quais são os anseios dessa população que, por muitas vezes, é secundarizada e negligenciada nos processos de acesso à mercado, emprego e renda.

Assim, é urgente consolidar políticas públicas pensadas por e para homens e mulheres que vivem nas áreas rurais, possibilitando uma educação de qualidade e contextualizada com sua dinâmica social rural e que seja consoante ao perfil heterogêneo e diversificado do campo, com vistas à sustentabilidade e o alcance das estratégias do Ceará 2050.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. M.; PEIXOTO, E. C. **Diretrizes para o Fortalecimento e Expansão da Agricultura em Regime de Economia Familiar o Estado Do Ceará**, p. 1-25. 27 e 28 de agosto de 2018.

CEARÁ. Governo do Estado. Projeto São José: um caminho para a sustentabilidade na e para a comunidade. In: **Desenvolvimento Rural Sustentável**. Coletânea de Cartilhas Temáticas. 2019.

\_\_\_\_\_. **CEARÁ 2050, juntos pensando o futuro**. Diagnóstico Consolidado - Desenvolvimento do Ceará entre 1987 – 2017. Vol. Único. Fortaleza – CE. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Revista Projeto São José III – Promovendo o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Fortaleza-CE. abri/2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Revista Projeto São José III – Promovendo o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Fortaleza-CE. jul/2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Revista Projeto São José III – Promovendo o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Fortaleza-CE. nov/2015.

\_\_\_\_\_. **Os 7 Cearás**. Propostas para o Plano de Governo de 2015-2018. Fortaleza: 2014.

ELEUTERIO, J. A.; BARROS. C. D. T.; SOUZA JÚNIOR, M. Desenvolvimento Rural Sustentável: contribuições e reflexões sobre o Projeto São José no Ceará. IN: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, 2019.

HOFFMANN, R. Desigualdade e polarização entre empregados na agricultura brasileira: 1992-2007. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 417-428, ago/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003/IBGE** [e] Banco Mundial. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MANUAL DE OPERAÇÕES DO PROJETO (MOP). **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Projeto São José III**. Março, 2015.





**Prefeitura de  
Fortaleza**  
Instituto de Planejamento  
de Fortaleza

# **A CIDADE E A PANDEMIA: OLHARES SOBRE FORTALEZA**

